

**UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG
MESTRADO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE - MPCS**

UMA DISCUSSÃO SOBRE PAISAGEM CULTURAL EM JOINVILLE/SC

**ELIZIANE MEURER BOING
PROFESSORA DRA. MARILUCI NEIS CARELLI**

JOINVILLE/SC

2013

ELIZIANE MEURER BOING

UMA DISCUSSÃO SOBRE PAISAGEM CULTURAL EM JOINVILLE/SC

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville – Univille, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade sob a orientação da Professora Dra. Mariluci Neis Carelli.

JOINVILLE/SC

2013

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

B681u

Boing, Eliziane Meurer
Uma discussão sobre paisagem cultural em Joinville/SC / Eliziane
Meurer Boing ; orientadora Dra. Mariluci Neis Carelli – Joinville: UNIVILLE,
2014.

132f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado Patrimônio Cultural e Sociedade –
Universidade da Região de Joinville)

1. Patrimônio cultural. 2. Paisagem cultural – Joinville/SC. I. Carelli,
Mariluci Neis. (orient.). II. Título.

CDD 363.69

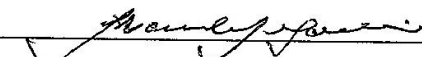
Termo de Aprovação

“Uma discussão sobre paisagem cultural em Joinville-SC”,

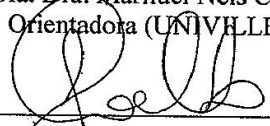
por

Eliziane Meurer Boing

Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovada em sua forma final pelo Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade.



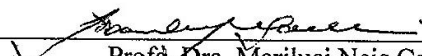
Prof. Dra. Mariluci Neis Carelli
Orientadora (UNIVILLE)



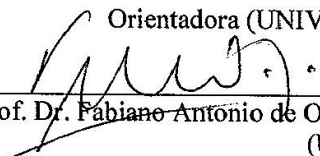
Prof. Ilanil Coelho

Coordenadora do Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade

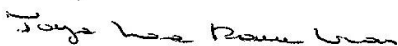
Banca Examinadora:




Prof. Dra. Mariluci Neis Carelli
Orientadora (UNIVILLE)



Prof. Dr. Fabiano Antonio de Oliveira
(UFPR)



Prof. Dra. Taiza Mara Rauen Moraes
(UNIVILLE)



Prof. Dr. Paulo Ivo Koehntopp
(UNIVILLE)

Joinville, 16 de dezembro de 2013.

Dedico esse trabalho aos meus pais,
meus eternos educadores, e a minha
família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, que me ilumina e me faz crer que com muita fé e paciência, mesmo nos momentos mais difíceis, sempre conseguimos galgar mais um degrau em nossa vida.

À minha orientadora, Professora Doutora Mariluci Neis Carelli, a dedicação, paciência e incentivo nos momentos mais importantes da elaboração da pesquisa, meus eternos agradecimentos e amizade.

Aos professores, funcionários do curso do Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, principalmente aos colegas da “turma IV” que me fizeram crescer como pessoa e como profissional.

Em especial aos meus pais Itamar e Augusta, que sempre me apoiaram incondicionalmente e disseram que o maior legado que poderiam me oferecer era a educação.

Aos meus irmãos Edilson, Edinéia e Edson, e aos agregados José Luiz, Solange e Denise, principalmente aos meus sobrinhos Victor Hugo, Ana Beatriz, Miguel e Micheli, por todo amor e carinho que me dão, e por compreenderem minhas ausências durante o período por que passei durante o desenvolvimento desta dissertação.

Às instituições de financiamento de pesquisa o Fundo de Apoio a Pesquisa/Univille, e o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (Fumdes) da Secretaria de Estado da Educação/SC, por me oportunizarem o desenvolvimento da pesquisa na forma de bolsa de mestrado.

As pessoas que contribuíram com suas memórias e relatos para minha coleta de dados, um agradecimento especial pela paciência e carinho com que me receberam.

E a todas aquelas pessoas que, direta ou indiretamente, colaboraram para o desenvolvimento desta pesquisa.

Na luz da tua estrada

*Às vezes sonhava com dias distantes
paisagens, que pareciam nunca chegar aos meus olhos
Ao longo do caminho, o sol me queimava a pele, me ardia os olhos...
A chuva, me deixava com frio, molhava minha alma,
com lágrimas que não acabavam mais...
O vento, este secava minhas roupas,
mas soprava areia em meus olhos...
O céu, ah o céu, me punia com sua ausência de estrelas...
Certo dia, porém, em uma curva,
deparei-me com uma pequena estrada,
ela não me mostrava lugar a que chegar,
somente tocou meu coração com sua simplicidade...
Resolvi caminhar por ela, e ao pisar senti o
chão parecer agradável, me acolhia...
dois passos e percebi que o vento trazia-me cheiro de rosas,
e eu inebriada com tal perfume continuei em
tão curioso caminho, vi coisas nunca antes vistas,
senti aromas nunca antes experimentados,
árvores tão altas que poderiam me lavar as estrelas
e seus troncos poderiam me servir de abrigo.
O sol, este, em sua magnitude, não queimava
mais minha pele, ao contrário, me aquecia, me
abraçava, aguçava o prazer de ver tudo a minha volta.
A chuva insistia em cair mansa, fazendo crescer a
minha volta, lindas flores, trazia vida, não pranto,
vinha do céu como promessa de um lindo dia.
A noite não me assustava mais, por que a lua e
as estrelas eram tantas que me ensinavam o
que era imensidão, não me sentia só...
Esta estrada me levou a felicidade, mostrou
que caminhar não é o mais importante,
mas o caminho que escolhemos, sim...
Obrigada por segurar minha mão...*

Maria Corina Araújo

RESUMO

Os elementos que compõem a paisagem podem determinar o sentimento de pertencimento da sociedade aos lugares, ligado à memória e à identidade. Assim, esta pesquisa centrou-se em discutir como é percebida a paisagem cultural em Joinville/SC. Este estudo foi desenvolvido seguindo uma metodologia de pesquisa bibliográfica, documental e de campo qualitativa, com a técnica de coleta de dados (entrevistas profundas), em que os sujeitos de pesquisa são moradores residentes na cidade há mais de quarenta anos. De acordo com os relatos, a paisagem de Joinville/SC sofreu transformações no decorrer do processo de colonização, no entanto, é possível identificar que algumas paisagens da cidade permanecem na memória coletiva da população, principalmente a Estrada Bonita, o conhecimento e a valorização dos bens culturais dessa localidade irão contribuir na historiografia local e regional, viabilizando a inserção social da comunidade. Além disso, foi possível perceber também através das memórias presentes nos relatos dos sujeitos de pesquisa que a Estrada Bonita pode ser considerada como uma paisagem cultural da cidade de Joinville/SC, porque mesmo a paisagem sendo um assunto pouco explorado e abordado no cotidiano dos entrevistados, seu discurso revela a importância cultural que envolve a imagem do local. Afinal o caráter único do lugar, apresenta os reflexos da interação do homem com o meio ambiente, resultado de processos de alterações do passado, sendo que afetam as futuras gerações e diante disso as paisagens são fundamentais para o reconhecimento da identidade do lugar, seja por características naturais ou culturais.

Palavras chaves: paisagem cultural, patrimônio cultural, memória, identidade.

ABSTRACT

The elements that compose the landscape can determine the feeling of belonging to society to the places linked to the memory and identity. For this reason has focused on discussing how the cultural landscape is perceived in Joinville/SC. This study was developed using a methodology bibliographical, documentary and qualitative field research with the technique of data collection (in-depth interviews), where the subjects of the research are residents living in the city for over forty years. According to reports, the landscape of Joinville/SC has been transformed during the process of colonization, however, it is possible to identify some cityscapes remain in the collective memory of the population, mainly Estrada Bonita (Beautiful Street), knowledge and appreciation of assets cultural location of this will contribute to the local and regional history, enabling the social integration of the community. Furthermore, it was also possible to see through the memories in the accounts, of research subjects that Estrada Bonita (Beautiful Street), can be considered as a cultural landscape of the city of Joinville/SC, because even the landscape is a relatively unexplored and covered in everyday matter of respondents, their speech reveals the cultural importance surrounding the image of the place. After all the unique character of the place, presents the reflections of man's interaction with the environment result of processes of change from the past , and affect future generations and on the landscapes that are critical for the recognition of the identity of the place, whether by features natural or cultural .

Keywords: cultural landscape, cultural heritage, memory, identity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Obra “A Adoração ao Cordeiro Místico” - Jan Van Wyck - 1432.....	19
Figura 2 - Obra “O Caminhante sobre o mar de névoa” - Caspar David Friedrich - 1818	21
Figura 3 - Paisagem cultural do Parque Nacional Tongariro - 2013.....	29
Quadro 1 - Critérios para inscrição do bem como Patrimônio Mundial pela Unesco - 2013	43
Quadro 2 - Recomendações nacionais e internacionais sobre proteção do patrimônio cultural e natural - 1931-2009.....	46
Figura 4 - Camocim (CE) e o Porto Pesqueiro de Valença (BA) - 2012.....	55
Figura 5 - Composição de imagens do Pantanal Matogrossense - 2012.....	56
Figura 6 - Projeto Barcos do Brasil - 2013	57
Figura 7 - Bens culturais do Roteiro Nacional de Imigração (conjunto histórico em madeira família Bez Fontana de Urussanga / família rural no Vale do Itajaí / propriedade de Nelson Bauer de Blumenau / casa de pedra da família Bratti de Nova Veneza) - 2012.....	58
Figura 8 - Bens culturais de Joinville no Roteiro Nacional de Imigração (Casa Kruger, Estação Ferroviária) - 2013.....	59
Figura 9 - Paisagem cultural: a cidade do Rio de Janeiro/RJ - 2013.....	61
Figura 10 - Mapa das 8 léguas para colonização - 1849.....	64
Figura 11 - Primeira vista de Joinville, antes da fundação. Desenho de 1850	66
Figura 12 - Centro da Colônia Dona Francisca em 1852	68
Tabela 1 - Crescimento populacional em Joinville/SC, entre 1960 e 2010	71
Figura 13 - Festa das Flores - 2012	72
Figura 14 - Bicicletas na cidade de Joinville/SC - 2013.....	73
Figura 15 - Construção do Comasa no bairro Boa Vista - 1960 e 1969	74
Figura 16 - Vista aérea da Fundação Tupy no bairro Boa Vista - 1954.....	74
Figura 17 - Vista aérea da Fundação Tupy no bairro Boa Vista - 2009.....	75
Quadro 3 - Unidades de conservação no município de Joinville - 1984-2004.....	76
Figura 18 - Chaminé da Indústria Wetzel e Moinho Santista - 2008	78
Figura 19 - Baía da Babitonga - 2012	79
Figura 20 - Panorama da Serra Dona Francisca – 2012.....	81

Figura 21 - Vista da Alameda Brüstlein de Joinville - 2012	82
Figura 22 - Localização da área de estudo do limite da cidade de Joinville/SC - 2013	83
Quadro 4 – Classificação dos sujeitos da pesquisa	84
Figura 23 - Foto do Rancho da Família Hatennhauer - 2013	89
Figura 24 - Propriedade identificada com placa de madeira - 2012	93
Figura 25 - Roda de água na propriedade do Sr. Ak - 2012.....	95
Quadro 5 - Produtores rurais comprometidos com o turismo rural - 2013.....	95
Figura 26 - Fachada do Restaurante Tia Marta - 2012	99
Figura 27 - Vegetação natural da Estrada Bonita - 2013	104
Figura 28 - Casa em estilo Enxaimel (construção localizada na Estrada Bonita - Joinville/SC) - 2012	107

LISTA DE SIGLAS

- FCJ – Fundação Cultural de Joinville
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- IPPUJ – Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville
- PMC – Plano Municipal de Cultura
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 UMA TRAJETÓRIA DA IDEIA DE PAISAGEM	18
1.1 O conceito de paisagem	19
1.2 Paisagem cultural: patrimônio ambiental	27
1.3 Patrimônio cultural e natural	36
1.4 A paisagem cultural no Brasil	47
2 UMA ABORDAGEM SOBRE A CIDADE: JOINVILLE/SC	63
3 ESTRADA BONITA: PAISAGEM CULTURAL DE JOINVILLE?	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	114
APÊNDICES	123
APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista	124
APÊNDICE B – Tabela de paisagens culturais no mundo	125
ANEXOS	128

INTRODUÇÃO

A preocupação com as questões ambientais serve de base para discussões que propõem uma mudança de valores e de paradigmas na atualidade, nos quais a conservação da natureza e sua patrimonialização envolvem interesses e valores advindos das esferas sociocultural, econômica e política. Essa situação enseja pesquisas do patrimônio ambiental sob a ótica dos estudos culturais, tangenciando demandas que envolvem o meio ambiente, preservação e políticas públicas, assim como o desenvolvimento sustentável e medidas promovidas para concretizá-lo “o patrimônio passou a ser assim, uma construção social de extrema importância política” (RODRIGUES, 2009, p. 16).

Dentre os pontos que ocasionaram essa preocupação encontra-se o processo de industrialização, que age diretamente sobre o homem, transformando o modo de vida da humanidade. Nesse crescente processo de transformação, as barreiras de tempo e espaço foram minimizadas ou redimensionadas, para não dizer rompidas, modificando os modos de ser e estar de cada civilização que passa a conviver com diferentes conflitos e consequências sociais.

Os reflexos dessas modificações podem ser percebidos no cotidiano e estão presentes nas relações sociais, principalmente no modo como o homem interage com o meio ambiente, criando verdadeiras desigualdades sociais, assim como uma degradação das questões ambientais. O autor Milton Santos expõe essa questão, em algumas de suas obras, geralmente, fazendo uma menção ao entrelaçamento do ser humano com a natureza, assim como uma ligação geral da totalidade. Dessa forma, de acordo com Santos (2006, p. 65),

[...] a realização concreta da história não separa o natural e o artificial, o natural e o político, devemos propor um outro modo de ver a realidade, oposto a esse trabalho secular de purificação, fundado em dois pólos distintos. No mundo de hoje, é frequentemente impossível ao homem comum distinguir claramente as obras da natureza e as obras dos homens e indicar onde termina o puramente técnico e onde começa o puramente social.

Devido a esse cenário de constantes transformações ligadas ao meio ambiente, nasceu o grupo de pesquisa Cultura e Sustentabilidade, que entre os vários estudos ligados ao assunto, desenvolveu um projeto de pesquisa focado no

patrimônio ambiental de Joinville/SC. As discussões realizadas no grupo sobre a relação do meio ambiente, cultura e patrimônio cultural, fizeram com que surgisse a motivação para desenvolver este tema, assim como a percepção de como seria aprofundar um estudo sobre uma nova categoria do patrimônio cultural, a paisagem cultural, assunto este sem muita abordagem na comunidade acadêmica.

Todo o estudo do grupo é focado nas questões ambientais da cidade de Joinville/SC, que se localiza no nordeste do Estado de Santa Catarina. Além da localização privilegiada da cidade e devido ao foco do grupo de estudos, o recorte da pesquisa foi direcionado para a paisagem dessa cidade, assim como pelo fato de não existir nenhuma abordagem conhecida sobre esse assunto específico na cidade.

A cidade de Joinville é a maior cidade do estado em população, é um polo econômico e tecnológico extenso e com destaque no mercado nacional. O município exerce papel essencial na economia do estado, principalmente nos setores de metal-mecânica e produção de plásticos. Junto a essa característica industrial está o crescimento populacional desordenado.

Dessa forma, pode-se verificar que Joinville faz parte, de um lado, da paisagem que compreende a Serra do Mar, a Baía Babitonga, o mangue, o rio Cachoeira e os sambaquis. De outro, a cidade e sua crescente urbanização e o parque industrial. Nesse contexto, a paisagem cultural é um produto da interrelação do patrimônio natural e cultural, tornando-se um forte elemento de identidade local, abrangendo a população diretamente envolvida, evidenciando sua memória e a essencialidade da identidade dos cidadãos que residem na região de Joinville.

Mas por que estudar a paisagem?

A paisagem esteve presente desde sempre, como entorno de um bem cultural, que faz parte do conceito de patrimônio cultural, sendo que a ênfase eram os monumentos, os conjuntos arquitetônicos e a paisagem ficava em um segundo plano. Depois de várias discussões por parte da sociedade e das instituições envolvidas sobre esse tema, no ano de 2009, com a publicação da Portaria n.º 127/2009 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a *paisagem cultural*, passou a ser efetivamente adotada como categoria de reconhecimento do patrimônio cultural.

Assim, estudar a paisagem cultural pode trazer novas percepções sobre a preservação patrimonial bem como perspectivas integradoras entre homem e meio

ambiente e são capazes de considerar as múltiplas relações tecidas ao longo do tempo entre essas duas esferas. Assim, como consequência desse cenário, surgiu o problema desta pesquisa: Como é percebida a paisagem cultural em Joinville/SC?

Portanto, para um melhor desenvolvimento da pesquisa, foi-se trabalhando com o objetivo geral de: Discutir a percepção sobre a paisagem cultural em Joinville/SC, devido à amplitude das paisagens encontradas na cidade como a Alameda Brüstlein, Cascata do Piraí, Morro do Boa Vista, Baía da Babitonga, Estrada Dona Francisca, a Estrada Bonita. Assim, no decorrer do estudo, foi optado por delimitar com mais detalhes a Estrada Bonita, devido as suas características únicas e aspectos da sua paisagem, através de métodos científicos específicos.

Este estudo foi desenvolvido seguindo a metodologia da pesquisa bibliográfica, documental e de campo qualitativa, com a técnica de coleta de dados, entrevistas profundas¹. Na pesquisa bibliográfica, buscou-se a literatura específica que compreendeu artigos, livros e outras publicações científicas bem como pesquisas já realizadas para compreender as discussões sobre a paisagem cultural. Outra fonte documental a qual este estudo recorreu foi a utilização de imagens (gravuras e fotografias), principalmente aquelas que puderam ilustrar paisagens culturais da cidade. O material ilustrativo utilizado neste estudo foi coletado principalmente em *websites*, no arquivo histórico e arquivo pessoal.

O último procedimento realizado foi a pesquisa de campo qualitativa, tendo como instrumento para coleta de dados um roteiro de entrevista profunda, durante a qual as informações foram coletadas individualmente, obedecendo a roteiro prévio e as opiniões dos participantes foram gravadas e analisadas posteriormente.

Os participantes selecionados para participar da pesquisa de campo, a princípio foram moradores residentes de Joinville/SC há, no mínimo, quarenta anos e estarem envolvidos com o ambiente universitário, assim optou-se por professores residentes em Joinville/SC. Essa seleção realizou-se com o objetivo de compreender o que essas pessoas consideram como paisagem na cidade de Joinville/SC, por terem acompanhado o processo de transformação pela qual a cidade tem passado. Entretanto, no decorrer da pesquisa foi necessário ampliar os sujeitos de pesquisa para moradores da área da Estrada Bonita, pela ênfase que estava sendo

¹ Classificada como pesquisa qualitativa as **entrevistas profundas**, são um método de entrevista utilizado sob a forma de uma conversa livre, amigável e informal, tendo como objetivo um assunto de interesse comum entre o entrevistador e o entrevistado, serve para registrar fatos subjetivos de como o entrevistado percebe esse assunto na sua própria vida. Nota da autora.

direcionada a essa região. No entanto, os critérios para seleção dos sujeitos de pesquisa foram que eles deveriam residir na Estrada Bonita há, no mínimo, quarenta anos.

A coleta de dados também serviu para verificar se o sujeito da pesquisa identifica no recorte utilizado alguma paisagem que possa ser considerado memória da cidade, com ênfase para a Estrada Bonita. Os relatos foram analisados com base na teoria sobre paisagem cultural e como indicadores das transformações nas paisagens na cidade.

No sentido de orientar a leitura, esta dissertação está estruturada em três capítulos: o primeiro capítulo abordará a fundamentação teórica sobre a paisagem cultural e sua relação com a cultura, centrando-se no estudo semântico e cultural do termo “paisagem”, com o objetivo de reconhecer e discutir os diversos significados e sentidos que são conferidos aos termos “paisagem” e “paisagem cultural”. O capítulo também abarca as discussões mais recentes sobre Patrimônio Cultural e os diversos teóricos e documentos que tratam da questão paisagística enquanto bem natural e cultural.

No segundo capítulo, será abordado o processo histórico da construção paisagística de Joinville/SC, analisando-se algumas imagens de paisagens da cidade.

Por fim, no terceiro capítulo, será discutida a Estrada Bonita, se é possível afirmar que a Estrada Bonita é uma paisagem cultural de Joinville/SC. Esse entrelaçamento entre as imagens de paisagens culturais e os dados coletados serve de base para perceber se os significados estão presentes nessas paisagens e de que forma estão representados no imaginário do habitante local, assim, essa relação da história com a “comunidade que compõe a paisagem de um lugar bom para se viver e desfrutar sua beleza” (ESTEVES, 2010, p. 28), pode ser identificado no contato com os moradores e suas memórias.

Para a abordagem dos assuntos tratados durante o estudo e a pesquisa foram utilizados vários pensadores. No entanto, para a fundamentação sobre Cultura e Patrimônio Cultural, os pensadores referenciados foram principalmente Françoise Choay (2006), Nestor G. Canclini (2009), Stuart Hall (2006), Isabelle Cury (2004).

E sobre a trajetória do conceito de paisagem, paisagem cultural, as contribuições teóricas ficaram por conta principalmente de Milton Santos (2012, 2006, 2004, 1986), Paul Claval (2011), Rafael W. Ribeiro (2007), Zeny Rosendahl

(2004, 2001), Roberto Corrêa (2004, 2001), Anne Cauquelin (2007), Leonardo Castriota (2009) e pensadores que de alguma forma buscaram em seus estudos referenciar esse assunto.

No que diz respeito ao assunto de memória e identidade os pensadores analisados foram especialmente Joel Candau (2011) e Maurice Halbwachs (2006). E quando abordado sobre a história de Joinville, buscou-se principalmente as contribuições de Carlos Ficker (2008), Raquel S'Tiago (2001), Sandra P. L. de C. Guedes (2010), Apolinário Ternes (2001, 1996), Isa de O. Rocha (1997) e Naum Santana (2008).

1 UMA TRAJETÓRIA DA IDEIA DE PAISAGEM

O conceito de paisagem é polissêmico, utilizado por várias ciências, cada uma delas se apropria do termo de maneira diferenciada, conferindo a ele significados bastante diversos e distintos (RIBEIRO, 2007). A paisagem, portanto, é portadora de múltiplos significados, expressando valores, crenças, mitos e utopias, caracterizando uma dimensão simbólica.

Tendo em vista a natureza complexa e interdisciplinar da ciência geográfica é que houve um embasamento para a discussão sobre a origem, a trajetória do conceito de paisagem, e com isso, experimentou um aprofundamento ideológico principalmente com os aspectos da geografia, uma vez que o termo paisagem trata-se de um conceito-chave dessa ciência (SANTOS, 2012).

A paisagem tem sido vista como o conceito capaz de fornecer unidade e identidade à geografia num contexto de afirmação da disciplina. Por herança da estética naturalista do romantismo a paisagem ocupa lugar proeminente na geografia. Tanto é interpretada como uma porção da superfície da terra, como se refere aos seus aspectos visíveis.

A abordagem contemporânea do estudo da paisagem possui em seu eixo principal a perspectiva da relação harmônica entre o homem e o meio ambiente, por meio da apropriação do espaço.

Mesmo sendo a paisagem uma forma de abordagem para conservação e preservação do patrimônio, seu enfoque pela interdisciplinaridade fez com que sua trajetória no campo do patrimônio cultural fosse entremeada de conflitos, dúvidas, questionamentos, obstáculos, até o seu reconhecimento como paisagem cultural.

Tendo em vista esse entremeio, é necessário compreender os múltiplos significados do termo paisagem e sua semântica sincrônica e diacrônica para então avançar-se nas discussões lançadas neste estudo.

1.1 O conceito de paisagem

A paisagem começou a ser referenciada em meados do século XV, nos Países Baixos, sob a forma de *landskip*², referentes às pinturas em quadros, quando eles apresentavam um pedaço da natureza (CLAVAL, 2004). A paisagem surge na pintura em consequência da ruptura com a visão teológica medieval³.

A introdução do romantismo nos quadros de pintura flamenga, a visão romântica da natureza ocorreu devido ao reaparecimento da paisagem como gênero de pintura independente, que teve sua verdadeira tradição iniciada pelos pintores flamengos e desdobrou-se nos séculos seguintes, “com os holandeses buscando a exatidão realista – nos quadros de marinas, paisagens rurais e cenários urbanos associados a dimensões bucólicas – e os romanos dando o tom mais poético na apreensão do pintado” (GOMES, 2001, p. 58). Assim, é possível perceber que o romantismo foi marcado pela subjetividade e percepção da paisagem, pela sensibilidade cativa do artista que valoriza cores e luminosidade.

Diante disso, pode-se considerar que na história da paisagem ocidental, a invenção da “janela” foi um fator decisivo. Aspecto presente na pintura flamenga da primeira metade do século XV (CLAVAL, 2004), como observado na obra “A Adoração ao Cordeiro Místico” (Figura 1) de *Jan Van Eyck*, pintada em 1432, e que na atualidade está exposta na catedral de *Saint Bavo*, na Bélgica. O autor, nessa obra, procura reproduzir de forma marcante, a natureza, com cada detalhe reproduzido de forma paciente, além de representar a figura humana apenas como um corpo existente num espaço e apresentar a natureza com uma exatidão impar de cor e beleza.

Essa janela fruto da pintura flamenga constitui um enquadramento, um quadro no quadro, que, isolando-o, encaixando-o, institui o lugar na paisagem (CLAVAL, 2004), e surge também como base para a instalação definitiva da perspectiva e foi através dessa percepção que alguns pensadores associam ao Renascimento a origem do conceito de “paisagem”.

² Variante arcaica de *Landscape*, palavra inglesa que significa “paisagem”.

³ A pintura era de forma religiosa, e o protagonista absoluto na pintura era a representação do corpo humano na arte. Essa ruptura deve-se ao aparecimento da paisagem acompanhado de uma revolução científica e técnica que libertou a natureza do concurso divino tornando-a objeto de conhecimento e abrindo caminho a sua manipulação e transformação com diversos fins (SALGUEIRO, 2001).

Figura 1 - Obra “A Adoração ao Cordeiro Místico” - Jan Van Wyck - 1432



Fonte: Wick (2013, web)

Dessa forma, foi em consequência do uso da perspectiva, que se introduziu então a paisagem como forma de pintura, porque no início as criações focavam na ilusão de profundidade, que era construída rigorosamente com as linhas de fuga. Mas esse método, no entanto, foi pouco aplicado, uma vez que nada era plano, sem curvas, ou seja, nada em linhas retas, porque para onde se voltava o olhar, as imagens que apareciam eram rios, lagos, montanhas. Diante disso, é que aos poucos foram sendo incluídas as perspectivas atmosféricas, que influi nas cores daquilo que está distante (CLAVAL, 2004).

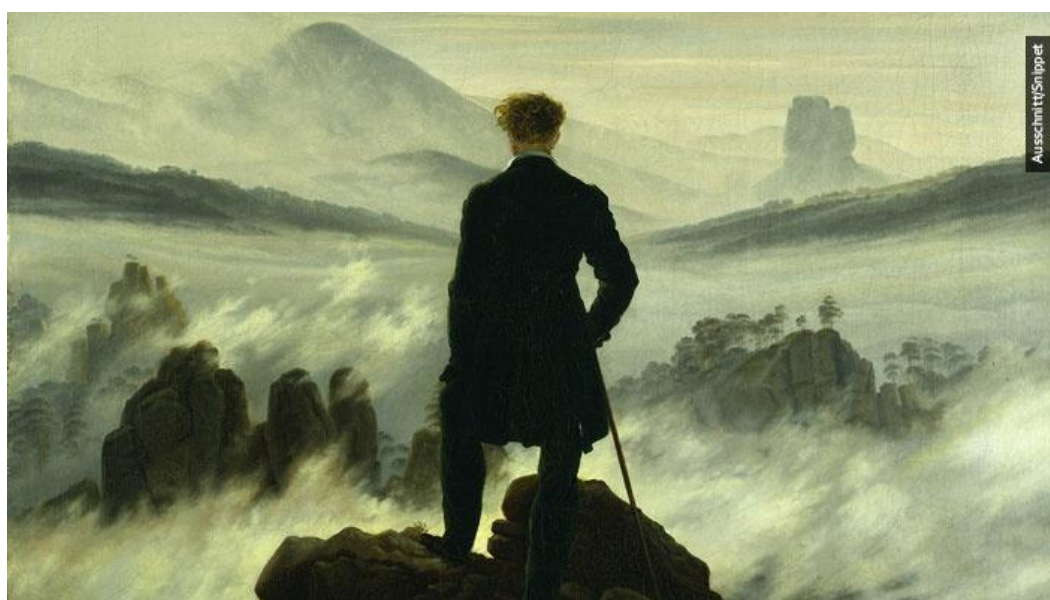
Devido a essa ligação dos quadros pictóricos com a natureza, “a paisagem torna-se uma das formas essenciais da arte pictural, no século XVII, mesmo que num gênero menor” (CLAVAL, 2004, p. 15). Ainda de acordo com Claval (2004), a pintura busca reproduzir objetivamente um fragmento da natureza, mas o ponto de observação e o enquadramento do olhar resultam de uma escolha. Assim sendo, na sociedade ocidental, a concepção de paisagem surgiu ao mesmo tempo em que a ciência estreitava a dicotomia entre sociedade e natureza (LUCHIARI, 2001) e passou a ser explorada pelas manifestações artísticas que buscavam a experiência da arte na correspondência com a natureza.

Na pintura, por exemplo, a paisagem começou a surgir no imaginário ocidental após a separação dos elementos naturais, quando houve um fortalecimento das cores causando a impressão, muitas vezes de serem mais importantes nas obras do que o próprio conteúdo. A paisagem, dessa forma, passou

a desempenhar um papel central, não somente como uma composição do cenário, mas uma relação direta com os personagens das obras e com o meio.

Na obra “O Caminhante sobre o Mar de Nevoa” (figura 02) de 1818, na qual autor, Caspar David Friedrich, utilizou a técnica de pintura a óleo⁴. Pode-se observar uma paisagem em que é possível perceber que o movimento renascentista integrava o natural, o humano e o espaço tridimensional, onde havia a perspectiva de profundidade, principalmente pelo homem encontrar-se retratado no centro da obra e as linhas na horizontal, tanto de rochedos como de encostas e montanhas distantes, convergirem-se para ele (DEUTSCHLAND, 2013, *web*).

Figura 2 - Obra “O Caminhante sobre o Mar de Névoa” - Caspar David Friedrich - 1818



Fonte: Friedrich (2012, *web*)

A composição de Friedrich apresenta a visão da natureza, imersa em uma atmosfera romântica, principalmente criada pelo mar de névoa que o circunda, tendo ao fundo um céu luminoso, e é nesse cenário com ar de mistério, que aparece uma figura solitária, que contempla a paisagem de uma elevação rochosa.

A inserção do homem nesse ambiente sugere que a figura, num momento de reflexão, quase se deixa levar pela força que a natureza exerce, além da sua

⁴ A obra pertence ao acervo *Kunsthalle de Hamburgo* desde 1970. *Kunsthalle* é uma casa das mais importantes coleções de arte pública na Alemanha está localizado perto do Lago Alster, é uma das poucas casas que fornecem uma turnê por sete séculos de história da arte, que atua em nível internacional (2013, *web*).

vontade de atingir o inatingível, fruto da sua relação com o meio ambiente, que está a sua volta.

No renascimento, a pintura passa a valorizar os fragmentos da natureza, que permite um tratamento real da luz e do espaço, principalmente quando são trabalhados os elementos paisagísticos nos quadros, sob a invenção da perspectiva, com suas regras de construção: horizonte, proporção, distância, pontos de fuga, sequência de planos, progressão e enquadramento (CAUQUELIN, 2007).

Do mesmo modo,

[...] a partir do século XVII, surgem, com os pintores e geômetras, interesses na formalização da representação dos lugares e espaços já descobertos ou em descobrimentos pelos viajantes. À representação plástica das formas idealizadas da natureza – predominantemente conduzidas no período renascentista – associa-se a evocação de seu conteúdo e o interesse na captura da beleza de seu caráter enquanto ‘natural’. A natureza passa a ser ressaltada nessas representações, inicialmente como instância selvagem, posteriormente bucólica, nostálgica, refletindo empenhos em torno da ideia de associar a natureza à harmonia (GOMES, 2001, p. 58).

Assim, naquele momento de enquadramento, as pinturas em quadros apresentavam um pedaço da natureza e os personagens ficavam em um segundo plano, “essa aproximação do homem com o mundo natural tornava cada vez mais evidente o caráter ornamental da natureza e sua valorização estética” (LUCHIARI, 2001, p. 14).

É possível depreender então que foi com a visibilidade da arte na pintura, assim como a invenção da perspectiva no Renascimento, que houve definitivamente a transformação de uma visão da natureza em paisagem, “até o século XVIII, a paisagem era, portanto, sinônimo de pintura. Assim, foi na mediação com a arte que o sítio – o lugar – adquiriu estatuto de paisagem” (LUCHIARI, 2001, p. 15).

Dessa maneira, a relação entre paisagem e natureza passa a ser algo real, ou seja, a forma simbólica que mostra a paisagem como um fato da natureza. Mas conforme Cauquelin (2007, p. 39), que argumenta,

[...] se a paisagem é identificada com a natureza, ela esteve presente desde sempre. Sempre houve paisagens, não é? Que a paisagem-natureza tenha evoluído, sofrido mudanças, até se admite; assim como os climas, as estações e o solo se transformaram, mas isso decorre de uma natureza em evolução contínua. As formas evoluem, mas a partir de um dado existente desde toda a eternidade [...] a paisagem participa da eternidade da natureza, um constante existir, antes do homem, e sem dúvida, depois dele.

Partindo desse pressuposto, tem-se conhecimento de que a paisagem sempre foi abordada na forma de natureza abrangendo os fenômenos visíveis do globo terrestre, principalmente nos relatos dos escritores, dos viajantes.

Um desses viajantes, o explorador alemão Alexandre Von Humboldt, quando de sua viagem à América Latina, por meio de uma linguagem simples, descreve em seus diários relatos de sua observação em relação ao globo terrestre e às paisagens naturais, sua relação de proximidade com as imagens da natureza, e essa narrativa foi uma evocação da beleza da natureza de forma bucólica, integrando fatos sociais e fatos naturais (RIBEIRO, 2007).

Nas palavras de Claval, o viajante costuma observar a cena com base na síntese de vários pontos de vista, Humboldt reproduz de sua viagem o seguinte,

[...] percorria a paisagem com um olhar que oscilava horizontalmente: varria o ambiente para o alto, a partir do nível dos olhos até os cumes, quando o observador se encontrava em um vale; para baixo a partir desse mesmo nível, até as zonas mais rebaixadas, quando ele acabava de escalar um pico (CLAVAL, 2004, p. 23).

Cauquelin (2007), Ribeiro (2007) dentre outros pesquisadores, alegam que foi o explorador Humboldt, um dos primeiros a tratar da questão da paisagem, principalmente por haver organizado e publicado materiais oriundos dessa viagem em “69 pranchas comentadas, uma seleção de paisagens, muitas vezes em aquarelas, que dão uma ideia muito mais sugestiva do continente do que poderiam fazer centenas de páginas de descrição” (CLAVAL, 2004, p. 16), fazendo uma integração entre os fatos sociais e os fatos naturais observados durante os percursos realizados.

Apesar da influência do explorador Humboldt, a utilização do conceito formal surgiu no fim do século XIX e início do século XX, na Alemanha, com a influência de Otto Schlüter (1872-1959), cujo método consistia “na descrição das partes componentes da paisagem criadas pelas atividades humanas e na explicação de suas origens” (RIBEIRO, 2007, p. 18).

Para Schlüter, assim como para a maioria dos geógrafos alemães do início do século XX, são as marcas – “rugosidades” descritas por Milton Santos – impostas à paisagem pelos homens que devem ser analisadas. Schlüter defendia que as marcas da ação do homem tem uma organização e cabia à geografia descrevê-la,

sendo tarefa dos geógrafos buscarem as origens da morfologia da paisagem cultural (SCIFONI, 2008).

Diante disso esse geógrafo criou, por volta de 1905, os termos paisagem cultural [*Kulturlandschaft*] para referir-se à paisagem transformada pelo trabalho do homem, em oposição à paisagem natural (*Naturlandschaft*) e paisagem primitiva (*Urlandschaft*), na qual a ação do homem estaria ausente (RIBEIRO, 2007) mesmo reconhecendo a dificuldade em distingui-los.

Outro geógrafo que também exerce influência sobre o surgimento do conceito foi Siegfried Passarge (1866-1958), que começou seus estudos apenas com os aspectos físicos, uma hierarquia de regiões e paisagens e depois incluiu a “sociedade como um agente na configuração da paisagem” (RIBEIRO, 2007, p. 18).

Dessa forma, esses dois geógrafos utilizaram o termo criado por Schlüter para referir-se à paisagem, sendo que o principal interesse de ambos era investigar como os elementos componentes da paisagem se agrupavam e também como funcionavam os “mecanismos de transformação da paisagem natural em cultural” (RIBEIRO, 2007, p. 18).

Na Califórnia surgiu então a Escola de Berkeley, no início do século XX, que se aproximou da Antropologia, propondo como unidade de estudo a paisagem cultural, isto é, a análise das formas que a cultura de um povo cria na organização do seu meio. Essa escola teve como elemento fundador principalmente uma resposta ao uso de teses europeias vinculadas ao determinismo alemão⁵ e ao possibilismo francês⁶ (DUTRA, 2008, *web*).

Certamente a Escola de Berkeley pode ser considerada uma catalisadora de ideias para pesquisas e estudos que tratam de processos histórico-culturais e ecológicos. E foi diante da industrialização e da crescente modernização na

⁵ **Determinismo:** com origem na Alemanha, seu idealizador foi Friedrich Ratzel, para a geografia seu objetivo era o “estudo da influência que a natureza exerce sobre o homem” e essa relação homem x natureza, deveria fundamentar que a “natureza determinaria o sucesso ou o fracasso de um povo”. Seu principal conceito era o “Espaço Vital: estabelecido através da obtenção do equilíbrio entre a população e os recursos disponíveis em dado espaço de forma que se garanta a sua sobrevivência e desenvolvimento, foi o determinismo que forneceu as bases para o desenvolvimento da Geopolítica” (VESENTINI, 2013, *web*).

⁶ **Possibilismo:** com origem na França, seu idealizador foi Paul Vidal de La Blache, para a geografia seu objetivo era “a relação Homem-Natureza e sua percepção a partir da interpretação da paisagem”, nesse contexto a relação homem x natureza faria com que o “homem passa a ser ativo, podendo abrir possibilidades de desenvolvimento diante da paisagem”. No entanto o principal conceito defendido era o de “Gênero de vida: Conjunto de técnicas e costumes passados no decurso histórico de um povo em seu processo de adaptação e/ou transformação do meio natural buscando garantir a sobrevivência e desenvolvimento da população” (VESENTINI, 2013, *web*).

agricultura que causaram impactos sérios ao meio ambiente, que Sauer começou a dedicar mais tempo a um tema que o ocupava no início da sua carreira: o ser humano como agente transformador da superfície da Terra.

Portanto, como membro dessa escola, Carl Sauer (1889-1975) foi um dos precursores no estudo da paisagem, e descrevia que “o conteúdo da paisagem é encontrado, portanto, nas qualidades físicas da área que são importantes para o homem e nas formas do seu uso da área, em fatos de base física e fatos da cultura humana” (RIBEIRO, 2007, p. 17).

Carl Sauer sofreu forte influência da geografia alemã, adotando os mesmos conceitos de paisagem natural e paisagem cultural de Otto Schlüter e de Siegfried Passarge. No entanto, Sauer analisa as formas estruturais e funcionais da paisagem, com ênfase para o pensamento positivista⁷ na sua definição de paisagem, e ao mesmo tempo deixa explícito que as dimensões estéticas e subjetivas existem, mas não podem ser classificadas e nem mensuradas (RIBEIRO, 2007).

Em 1925, Carl Sauer escreveu o livro “A Morfologia da Paisagem”, que virou um ícone no estudo da geografia cultural, principalmente por utilizar o conceito de paisagem como um elemento integrador desse fundamento, constatando-se assim que as estruturas e funções das paisagens eram determinadas por formas integrantes e dependentes, onde os cultivos e as transformações decorrem da ação sobre o meio. Portanto, a capacidade de utilizar com sabedoria, sem causar impactos ao meio, revelava uma característica cultural do grupo e pelo qual ele poderia ser julgado. A grande contribuição de Sauer foi avaliar que os aspectos aparentemente naturais ocorrem devido à influência humana.

É possível perceber, então que Sauer já enfatizava nos seus estudos a relação entre paisagem, natureza e cultura, conforme ressaltam Correa e Rosendahl (1998, p. 9),

[...] a paisagem geográfica é vista como um conjunto de formas naturais e culturais associadas em uma dada área é analisada morfologicamente, vendo-se a integração das formas entre si e o caráter orgânico ou quase orgânico delas. O tempo é uma variável fundamental. A paisagem cultural ou geográfica resulta da ação, ao longo do tempo, da cultura sobre a

⁷ O pensamento positivista defende a ideia de que o conhecimento científico é a única forma de conhecimento verdadeiro. Dessa forma, não pode ser considerado nada ligado às crenças, saberes ou qualquer outro conhecimento que não possa ser comprovado cientificamente. O aprofundamento sobre esse pensamento, não é objeto de estudo neste trabalho.

paisagem natural.

Ainda segundo o pensamento de Sauer, a análise da paisagem cultural se expressa necessariamente na reconstituição das sucessivas culturas de uma área, começando pela cultura original e continuando até o presente, que resulta em sua forma (paisagem) atual.

Entretanto, após a contribuição de Carl Sauer para a definição do conceito de paisagem e a visibilidade da paisagem cultural ao mundo, surge no fim da década de 60, uma corrente de pensamento chamada geografia humanista, que aborda um novo modo de pensar a geografia sob “um enfoque mais cultural, no qual a natureza, a sociedade e a cultura, são refletidas como fenômenos complexos sobre os quais só se obtém respostas a partir de experiências vividas pelos homens” (ROCHA, 2006, p. 11).

Essa nova linha de pensamento, contrária ao posicionamento de Sauer, projeta que a paisagem deve ser observada em todas as suas dimensões subjetivas, visíveis, e estéticas e coloca que “a percepção da paisagem [...] é resultante de um patamar moral, intelectual e estético alcançado pelo homem num dado momento do processo civilizatório” (RIBEIRO, 2007, p. 13).

Da mesma forma, na década de 80, alguns geógrafos apontaram para a concepção de uma nova geografia cultural, uma percepção atualizada, da antiga geografia cultural de Carl Sauer e a Escola de Berkeley, continuando a adotar da geografia humanista suas influências, mas incorporando como foco a “simbologia da paisagem e passando a valorizar o caráter subjetivo do conhecimento” (RIBEIRO, 2007, p. 14).

Essa nova corrente da geografia cultural tinha como principal diferencial da tradicional geografia cultural a abordagem de aspectos importantes no estudo da paisagem, principalmente a relação entre cultura, paisagem, homem e o meio (RIBEIRO, 2007).

Todavia, embora haja muitas abordagens sobre o conceito de paisagem, foi Carl Sauer e a Escola de Berkeley que tiveram o papel de transformar a paisagem em um conceito científico, baseado, por um lado, em uma abordagem dos aspectos materiais que envolvem a paisagem, e por outro, a nova geografia cultural trata da inclusão dos aspectos subjetivos e intangíveis, que nos tempos modernos trazem

novas perspectivas sob as quais a paisagem pode ser estudada, principalmente a categoria de paisagem cultural.

Paisagem e cultura carregam em si, portanto, uma oposição constante entre “materialidade” e “imaterialidade”. Talvez por isso o conceito de cultura, implícita ou explicitamente, sempre esteve associado ao conceito de paisagem e, dessa forma, embora este estudo esteja centrado na construção do conceito de paisagem cultural, precisa-se, por consequência, entender a relação da natureza (paisagem) e cultura, buscando o surgimento da paisagem cultural, como elemento do patrimônio.

1.2 Paisagem cultural: patrimônio ambiental

Neste item é feito um apanhado da relação de cultura e natureza, reafirmando a ideia de patrimônio ambiental e cultural, fundamental para o surgimento do conceito de paisagem cultural. Assim, acompanhando as tendências internacionais de integração entre a natureza e cultura, será explorado um conceito que na atualidade começou a ser referência, ou seja, o Patrimônio Ambiental e Cultural.

Paisagem é cultura, antes de ser natureza, gerada pelas marcas que o homem introduz na paisagem, fazendo um novo significado, um novo valor patrimonial. Portanto, a relação da cultura com o meio ambiente existe desde os tempos remotos, e exatamente por existir essa relação do homem com os elementos da natureza, é que há uma necessidade de uma ligação de como os diferentes grupos sociais se distribuem no espaço, ainda mais quando a questão ambiental é uma das variáveis que interfere no processo.

Esse aspecto, que pode ser observado no argumento de Varine-Bohan (1974), mostra que o Patrimônio Cultural deveria ser dividido em três grupos distintos. O primeiro grupo engloba os elementos pertencentes à natureza: os rios, o clima, a vegetação, o solo, enfim, todos os recursos naturais que formam o ambiente natural. O segundo grupo refere-se ao conhecimento, às técnicas e aos saberes adquiridos, tudo aquilo que não pode ser medido nem quantificado, é a capacidade do homem de se adaptar ao meio ambiente. E o terceiro considera os bens culturais, ou melhor, tudo aquilo que o homem, ao interagir com o meio em que vive e usando

os conhecimentos adquiridos fabricou, construiu ao longo de sua existência, principalmente aqueles advindos do patrimônio ambiental.

Desse modo o patrimônio ambiental pode ser entendido como

[...] uma área natural apresentando características singulares que registram eventos do passado e a ocorrência de espécies endêmicas. Nesse caso a sua manutenção é relevante por permitir o reconhecimento da história natural e, também, para que se possa analisar as consequências que o estilo de vida hegemônico pode causar na dinâmica natural do planeta. [...] Além disso, a singularidade que faz a área merecer sua elevação à condição de patrimônio pode apresentar beleza cênica ou, ainda, ser fundamental para o desenvolvimento de processos naturais, como ocorre com o mangue, responsável pela reprodução de microrganismos que servem de base da cadeia alimentar (ZANIRATO e RIBEIRO, 2006, p. 256).

Como a natureza vai sendo transformada pelo trabalho humano, essas constantes alterações impactam nos bens culturais, que parecem entendidos como resultado da transformação da natureza. Assim, Pelegrini (2006) defende que patrimônio ambiental não é somente “recursos naturais” ou “natureza não apropriada pelo trabalho”, mas sim os ambientes percebidos como lugar das relações sociais.

Vale lembrar que são essas inter-relações entre a cultura e o ambiente natural que conferem à paisagem uma identidade única, reforçando a valorização entre homem e meio ambiente, entre o natural e o cultural, é que teve início o processo para acrescentar a paisagem cultural às categorias do patrimônio cultural.

Certamente, por considerar uma abordagem contemporânea da paisagem para o patrimônio cultural, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1992, por meio do Comitê do Patrimônio Mundial, passou a adotar o conceito de paisagem cultural, gerando uma nova forma de pensar a paisagem, por considerar que a “expressão ‘paisagem cultural’ abarca uma grande variedade de manifestações interativas entre o homem e o seu ambiente natural” (UNESCO, 2013, *web*).

Do mesmo modo, a Convenção Europeia da Paisagem defende a importância da consciência, “de que a paisagem contribui para a formação de culturas locais, e que é fundamental o patrimônio natural e cultural, que contribui para o bem-estar dos seres humanos” (PORTUGAL, 2013, *web*).

As ações envolvendo a paisagem cultural tem ganhado força com a iniciativa da UNESCO. Dessa forma, a UNESCO, no documento intitulado “Diretrizes

Operacionais para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial”⁸, concluiu que:

Paisagens culturais representam o trabalho combinado da natureza e do homem designado no Artigo I da Convenção. Elas são ilustrativas da evolução da sociedade e dos assentamentos humanos ao longo do tempo, sob a influência das determinantes físicas e/ou oportunidades apresentadas por seu ambiente natural, e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, tanto internas, quanto externas. Elas deveriam ser selecionadas com base tanto em seu extraordinário valor universal e sua representatividade em termos de uma região geocultural claramente definida, quanto por sua capacidade de ilustrar os elementos culturais essenciais e distintos daquelas regiões (CASTRIOTA, 2009, p. 261).

Partindo desse pressuposto, o Comitê do Patrimônio Mundial identificou e classificou a paisagem cultural em três categorias que Castriota (2009, p. 263) reafirma: são as variações “daquelas (paisagens) mais deliberadamente ‘*plasmadas*’ pelo homem, passando por aquela dos trabalhos ‘*combinados*’, até chegar àquelas menos evidentemente ‘*moldadas*’ pelo homem (mas altamente valorizadas)”.

De forma mais descritiva a classificação pela UNESCO (2013, *web*) está assim explicitada:

(i) A mais fácil de identificar é a **paisagem claramente definida**, intencionalmente concebida e criada pelo homem, o que engloba as paisagens de jardins e parques criadas por razões estéticas que estão muitas vezes (mas não sempre) associadas a construções ou conjuntos religiosos.

(ii) A segunda categoria é a **paisagem essencialmente evolutiva**. Resulta de uma exigência de origem social, econômica, administrativa e/ou religiosa e atingiu a sua forma atual por associação e em resposta ao seu ambiente natural. Estas paisagens refletem esse processo evolutivo na sua forma e na sua composição. Subdividem-se em duas categorias: - uma **paisagem relíquia (ou fóssil)** é uma paisagem que sofreu um processo evolutivo que foi interrompido, brutalmente ou por algum tempo, num dado momento do passado. Porém, as suas características essenciais mantêm-se materialmente visíveis; - **uma paisagem viva** é uma paisagem que conserva um papel social ativo na sociedade contemporânea, intimamente associado ao modo de vida tradicional e na qual o processo evolutivo continua. Ao mesmo tempo, mostra provas manifestas da sua evolução ao longo do tempo.

(iii) A última categoria compreende a **paisagem cultural associativa**. A inscrição destas paisagens na Lista do Patrimônio Mundial justifica-se pela força da associação dos fenômenos religiosos, artísticos ou culturais do elemento natural, mais do que por sinais culturais materiais, que podem ser insignificantes ou mesmo inexistentes (grifo nosso).

⁸ Intitulado Diretrizes operacionais para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial, revisão de 22ª sessão da Comissão do Patrimônio Mundial de Dezembro/1998. Disponível em <<http://whc.unesco.org>>. Acesso em 26 Jun.2013.

Justamente por ter sido criada essa classificação, é que foi possível em 1993, inscrever o Parque Nacional Tongariro, localizado na Nova Zelândia, como bem na lista do Patrimônio Mundial, sob a categoria de paisagem cultural. Sua descrição pela UNESCO (2013, *web*) reflete a percepção das pessoas sobre o parque,

[...] as montanhas no coração do parque têm importância cultural e religiosa para o povo Maiori, e simbolizam as ligações espirituais entre esta comunidade e seu meio ambiente. O parque tem vulcões extintos e ativos, uma ampla gama de ecossistemas e algumas paisagens espetaculares.

O Parque Nacional Tongariro (Figura 3) foi inscrito na lista do Patrimônio pela primeira vez em 1990, unicamente pelo critério natural, reconhecendo os valores naturais excepcionais de sua paisagem vulcânica, embora já estivesse contemplado como sítio misto natural/cultural desde 1986.

Figura 3 - Paisagem cultural do Parque Nacional Tongariro - 2013



Fonte: Canadá (2013, *web*)

Mais tarde, tornou-se o primeiro Sítio do Patrimônio Mundial a ser renominado e reinscrito com a adição do critério cultural. Isso se deu em 1993, logo após a introdução da categoria de Paisagem Cultural associativa, no caso do Parque Nacional de Tongariro, a inclusão foi principalmente pela paisagem cultural claramente associativa ao patrimônio cultural indígena da Lista de Patrimônio Mundial.

É possível depreender então que essas categorias de paisagens culturais fomentam além da relação entre as pessoas e o meio, entre a cultura e o meio

natural, a ideia de pertencimento, significado, valor e singularidade do lugar (RIBEIRO, 2007). Ainda nas palavras de Santos (2012, p. 98) “é em torno do homem que o sistema da natureza conhece uma nova valorização e, por conseguinte um novo significado”.

Partindo dessa premissa de valorização, cabe salientar que,

[...] da valorização da percepção e das atitudes decorre a preocupação de verificar os gostos, as preferências, as características e as particularidades dos lugares. Valoriza-se também o contexto ambiental e os aspectos que redundam no encanto e na magia dos lugares, na sua personalidade e distinção. Há o entrelaçamento entre o grupo e o lugar (ROCHA, 2006, p. 12).

O geógrafo Milton Santos no seu livro “Metamorfoses do Espaço Habitado” comenta sobre percepção e conhecimento, e que “a dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos” (SANTOS, 2012, p. 68), justamente porque nossa visão é influenciada pela nossa localização. Assim, o aparelho cognitivo é o principal fator para a compreensão, pelo qual a pessoa valoriza e organiza o seu espaço e também o seu mundo, embora a percepção seja um processo seletivo, Santos (2012, p. 68) defende que “nossa tarefa é a de ultrapassar a paisagem como aspecto para chegar ao seu significado”, causando esse entrelaçamento do ser humano com o lugar.

Sendo a paisagem o que se vê, supõe-se necessariamente a dimensão real do concreto, o que se mostra, e a representação do sujeito, que codifica a observação. A paisagem resultado desta observação é fruto de um processo cognitivo, mediado pelas representações do imaginário social, pleno de valores simbólicos (CASTRO, 2012).

Nesse sentido, a percepção só existe porque há uma realidade empírica e objetiva que a possibilita. É dela que partem as determinações do processo perceptivo e não o contrário; a paisagem é um conjunto de espaços, espaços esses transformados pelas relações humanas.

Seguindo a mesma linha de explanação, o geógrafo Paul Claval (2011, p. 234) também defende que “o individuo não é indiferente ao que vê”, visto que a paisagem é referenciada no “clima do lugar, a sua vegetação, as forças que o animam estão em diapásão dos seus estados de alma” (CLAVAL, 2011, p. 234).

Ainda de acordo com Claval (2011, p. 234), a paisagem para o indivíduo “faz num certo sentido parte do seu ser”.

Foi com base nessas percepções, que a relação das pessoas com o meio ambiente começou a ficar mais valorizada, visto que são destacadas as experiências, os sentimentos, a intuição das pessoas com o meio ambiente em que habitam e são esses aspectos que devem ser mais compreendidos e valorizados.

Assim, para a esfera ambiental da atualidade, há necessidade de se focar a paisagem como elemento transformador e também transformado, dos aspectos culturais relevantes para a sociedade, visto que a paisagem exprime valores, posturas e a própria existência humana.

O exposto remete à Recomendação denominada R(95)9, promulgada em 1995, pelo Comitê de Ministros do Conselho da Europa sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas, a qual foi baseada em várias regulamentações.

Dentre elas, a Convenção de Paris de 1972 e a Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992, em que as discussões principais foram sobre a “necessidade de se atingir um equilíbrio harmonioso de relações entre a sociedade e seu meio ambiente, com vistas a promoção do desenvolvimento econômico sustentável” (CURY, 2004, p. 330).

O conceito de desenvolvimento sustentável procura transmitir a ideia de que é necessário conciliar o crescimento e desenvolvimento econômico à conservação dos recursos naturais, sendo que essa noção muitas vezes aparece nas políticas de gestão dos governos.

Assim, a Recomendação denominada R(95)9 propõe a adoção de políticas para conservação e preservação das áreas de paisagem cultural na sua totalidade. Essas políticas devem estar integradas ao planejamento e gestão da área envolvida, assim como com as políticas ambientais e sociais, sobretudo em suas dimensões culturais e econômicas. A referida recomendação emprega o termo paisagem como,

[...] expressão formal dos numerosos relacionamentos existentes em determinado período entre o indivíduo ou uma sociedade e um território topograficamente definido, cuja aparência é resultado de ação ou cuidados especiais, de fatores naturais e humanos ou de uma combinação de ambos (CURY, 2004, p. 331).

Além disso, a paisagem é vista como um bem cultural, com destaque para três aspectos: “a percepção de determinado território, os testemunhos do passado do relacionamento entre os indivíduos e seu meio ambiente; ajuda a identificar as especificidades das culturas locais, crenças, práticas, tradições” (FIGUEIREDO, 2012, *web*).

Em adendo, é preciso frisar que um ponto fundamental dessa recomendação é a diferença entre paisagem e áreas de paisagem cultural, uma vez que a última deve “[...] ser entendida como um recorte especial da primeira” (RIBEIRO, 2007, p. 51),

As áreas de paisagem cultural são partes específicas, topograficamente delimitadas da paisagem, formadas por várias combinações de agenciamentos naturais e humanos, que ilustram a evolução da sociedade humana, seu estabelecimento e seu caráter através do tempo e do espaço e quanto de valores reconhecidos têm adquirido social e culturalmente em diferentes níveis territoriais, graças à presença de remanescentes físicos que refletem o uso e as atividades desenvolvidas na terra no passado, experiências ou tradições particulares, ou representações em obras literárias ou artísticas, ou pelo fato de ali haverem ocorrido fatos históricos (CURY, 2004, p. 332).

Essa Recomendação foi apresentada, notadamente, no sentido de produzir informações e uma política paisagística que possa dar suporte às autoridades, para a conservação das áreas de paisagem cultural, tendo em vista a demonstração de que o meio ambiente é um sistema dinâmico, que tem o efeito de modificar a paisagem, com as constantes mudanças ocasionadas pelos processos industriais e agrícolas (CURY, 2004).

Para complementar a trajetória do conceito de paisagem cultural, no ano de 2000, foi aprovada a Convenção Europeia da Paisagem, que estabelece a proteção, a gestão e o ordenamento das paisagens europeias, com o objetivo principal de instituir medidas legais para as áreas urbanas e naturais que devem guiar a adoção de políticas nacionais de proteção, recuperação, valorização e preservação para a paisagem na Europa.

Da Convenção Europeia de Paisagem consta a seguinte definição para paisagem: “designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo caráter resulta da ação e da interação de fatores naturais e ou humanos” (PORTUGAL, 2013, *web*).

Dessa forma, a Convenção Europeia da Paisagem aplica-se a todo o território das Partes, com abrangência das várias áreas existentes, como terrestres, aquáticas e com incidência e aplicação “sobre as áreas naturais, rurais, urbanas e periurbanas [...] e a paisagens que possam ser consideradas excepcionais como a paisagens da vida quotidiana e as paisagens degradadas” (PORTUGAL, 2013, *web*).

Embora essa convenção não faça distinção entre o que seria natural e o que seria cultural, uma vez que se refere à paisagem cultural, somente como paisagem, sua principal intenção é de estabelecer uma ligação da natureza com a diversidade ambiental.

Nessa convenção há um destaque que, independente de seu valor, todas as formas de paisagens são identificadas como cruciais para a qualidade do ambiente da sociedade e, portanto merecem ser consideradas nas políticas de paisagem. Em outras palavras, são as políticas de paisagem, definidas pelas autoridades competentes que poderão permitir a adoção das medidas estabelecidas pela convenção, ou seja, a proteção, a gestão e o ordenamento da paisagem.

Mesmo considerando a paisagem na sua totalidade, a Convenção Europeia separa as paisagens em três tipos: paisagens de considerável importância ou excepcionais, paisagens ordinárias e paisagens degradadas. Como esclarece Ribeiro (2007, p. 54), com essa classificação seriam definidas as paisagens que deveriam ser protegidas seja “pela sua importância atribuída em função dos diferentes valores, [...] e as que necessitariam de políticas de remodelação e transformação”.

Na convenção das paisagens

[...] os 46 países europeus signatários se comprometeram a: reconhecer legalmente as paisagens; estabelecer e implementar políticas de proteção, gerenciamento e planejamento; criar procedimentos de participação e integrar a questão da paisagem nas políticas de planejamento regional e urbano” (FIGUEIREDO, 2012, *web*).

A Convenção Europeia da Paisagem lida com os conceitos atrelados aos de desenvolvimento sustentável, sobretudo porque “sua intenção é a de garantir o usufruto das paisagens para as populações atuais e futuras, permitindo também, na medida do possível, o desenvolvimento dos meios de produção” (RIBEIRO, 2007, p. 54).

O desenvolvimento sustentável prevê ações eficazes que encampam as questões sociais, econômicas, culturais e ambientais, numa política dinâmica e integrada de desenvolvimento (SACHS, 2009). Certamente, deve-se levar em conta que as paisagens evoluem no tempo, dentro da dinâmica do desenvolvimento de várias maneiras, principalmente por ações antrópicas e naturais, além disso,

[...] as paisagens sempre mudaram e continuarão a mudar, tanto sob o efeito dos processos naturais, como da ação humana. Na verdade, o objetivo é acompanhar as mudanças que ocorrerão, reconhecendo sua diversidade e a qualidade das paisagens que serão herdadas, se esforçando em preservar, talvez enriquecer, essa diversidade e essa qualidade (RIBEIRO, 2007, p. 55).

No entanto, como as paisagens estão em constante processo de modificação, sendo necessária sua adaptação conforme as atividades humanas, essa evolução é que transforma ou transformou a paisagem de maneira dinâmica, gerando uma energia que é refletida nos elementos da paisagem, como a organização e a evolução sócio-espacial.

Para Santos (2012, p. 79) “a paisagem é diferente de espaço. A primeira é a materialidade de um instante da sociedade [...]. O espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém o movimento”. A paisagem e o espaço formam um par dialético. Ao mesmo tempo em que eles se complementam, se opõem.

Então ao referir-se a evolução das paisagens, assim como ao ambiente sócio-espacial, deve-se levar em consideração esse par dialético, de espaço e paisagem, caracterizado ainda nas palavras de Santos (2012, p. 80) que “o espaço é igual à paisagem mais a vida nela existente; é a sociedade encaixada na paisagem, a vida que palpita conjuntamente com a materialidade”.

Como é transparente no pensamento dos teóricos e nos documentos elaborados a partir das convenções e comitês, o conceito de Paisagem Cultural é flutuante e recebe diferentes classificações no intuito de compreender, discutir e aplicar o termo às diversas pesquisas, estudos e recomendações de preservação/conservação.

Embora este estudo esteja centrado na construção do conceito de paisagem cultural, é importante analisar sucintamente a trajetória do patrimônio cultural e natural.

1.3 Patrimônio cultural e natural

Para se entender o conceito de paisagens em consideração de seus atributos naturais e culturais como patrimônio, é necessário entender-se a origem da diferenciação entre cultura e natureza, como campos opostos e suas posteriores mudanças.

A atual definição de Patrimônio contempla elementos culturais e naturais, de natureza material ou imaterial, que deve estar associada a um processo de construção social, resultante de um contexto histórico e vinculado a um determinado grupo social sobre o qual reconhecem sinais de sua identidade (ZANIRATO, 2011).

Por isso, para entender de que forma ocorreu a constituição do conceito de paisagem é preciso, antes de tudo, compreender a trajetória do patrimônio cultural. Dentro desse universo maior, há evidências de ações e abordagens específicas para os estudos das paisagens, que se percebem atrelados ao contexto da época, sobretudo pela associação dos aspectos culturais e naturais.

Dessa forma, a conservação não se restringe a fatores estéticos, mas sim a sua representatividade para determinada população, pois “salvaguardar o que se denomina patrimônio é condição essencial para a manutenção do sentimento de enraizamento do sujeito com o espaço que habita e para a configuração de suas identidades” (ZANIRATO, 2011, p. 190).

Ao mesmo tempo, a definição de patrimônio da UNESCO (2013), ressalta que é o legado que se recebe do passado, vive-se no presente e deixa-se às futuras gerações, e o patrimônio cultural e natural deve ser o ponto de referência da nossa identidade, traz à tona os nossos desejos de patrimonialização dos referenciais que um dia já fizeram parte da sociedade de outrora e que agora se recebe como legado e que adquirem significados diversos ligados à memória, e que dão pistas para compreender a atual conjuntura social que estamos inseridos.

A primeira noção de patrimônio advém etimologicamente da concepção de “herança paterna”. Segundo Funari e Pelegrini (2009) a palavra “patrimônio” deriva do latim “*patrimonium*” que faz alusão a “tudo que pertencia ao pai”, ou seja, tudo aquilo que pudesse ser deixado para as futuras gerações de legado, principalmente objetos materiais, em que o vínculo da identidade familiar fosse preservado.

Na mesma linha de pensamento, Choay (2006) afirma que o patrimônio vincula-se às heranças de determinadas composições de uma sociedade, como familiar, social e econômica, podendo-se acrescentar a natureza em um determinado tempo e espaço. Essa atenção à “Natureza” no acréscimo de Choay (2006), incluindo-a como uma categoria do patrimônio em que se percebem “tempo e espaço” ecoa na construção do conceito de paisagem cultural que mais tarde será resgatado.

Ainda de acordo com Choay (2006), a palavra patrimônio foi outrora ligada às estruturas familiares, jurídicas e econômicas enraizada num determinado tempo e espaço. Esse conceito, entretanto, sofreu uma evolução semântica influenciada pelos diferentes contextos históricos e sociais, principalmente no que se refere ao patrimônio cultural e histórico com o entendimento de que a acumulação de objetos, os conhecimentos e a transmissão dos saberes para as gerações futuras, fazem despertar no povo um sentimento de *identidade cultural*.

Quando se fala em patrimônio cultural, imediatamente associa-se o termo aos conceitos de memória e identidade, “uma vez que entendemos o patrimônio cultural como lócus privilegiado onde as memórias e as identidades adquirem materialidade” (PELEGRINI, 2006, p. 1). Segundo Pelegrini (2006), as noções de patrimônio cultural estão vinculadas às de lembrança e de memória, que são fundamentais no que diz respeito a ações patrimonialistas, uma vez que os bens culturais são preservados em função da relação que mantêm com as identidades culturais.

A identidade cultural tem sido fonte de preocupações constantes das ciências sociais, visto que no mundo moderno, a identidade cultural remetia a noção de que o sujeito era baseado na noção de ser um indivíduo centrado, dotado de razão, de consciência e de ação. Isso vai ao encontro da menção que Le Goff (1997) faz quando comenta que independente de ser de um país, cidade ou comunidade, a identidade cultural se faz por meio da memória individual e coletiva.

No entanto, a crescente complexidade das sociedades fez emergir a consciência de que o(esse) indivíduo era formado na sua relação com os outros, principalmente nas pessoas que eram importantes, que lhe transmitiam valores e sentidos do mundo em que residiam.

Mostrava, dessa forma, que as identidades eram construídas na interação do ser humano com a sociedade, que conforme Hall (2006, p. 8) nos “aspectos de nossas identidades que surgem de nosso “pertencimento” a culturas étnicas, raciais,

linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais”, ou seja, identidade formada a partir de uma cultura nacional.

Nessa linha, Meneses (1984, p. 33) argumenta que “não se pode ser humano por si, por representação própria: os valores, significações, papéis que me atribuo necessitam de legitimidade social, de confirmação por parte dos meus semelhantes”.

Ainda segundo Hall (2006, p. 8), essa afirmação, vem fundamentar “que as identidades modernas estão sendo “descentradas”, isto é, deslocadas ou fragmentadas”, causando uma preocupação nos cientistas sociais, visto tratar-se de uma profunda transformação nas sociedades do século XX, principalmente por causar uma fragmentação das paisagens culturais de classe, raça, nacionalidade, que no passado forneceram as bases para a formação da identidade cultural.

No entanto, como a identidade vai se formando ao longo do tempo, por meio de processos inconscientes, ela acaba sempre incompleta, está sempre em processo de formação, deixando dessa maneira, ser mediada pelo mercado global de lugares, estilos e meios de comunicação, imagens.

Essas transformações do tempo e espaço, afetadas pelo processo da “mudança na modernidade tardia, em particular ao processo conhecido como globalização” (HALL, 2006, p. 14) além do impacto que causaram sobre a identidade cultural, fizeram com que a cultura nacional fosse considerada um “dispositivo da modernidade” (HALL, 2006, p. 50).

Partindo dessa relação da cultura nacional com a identidade cultural, estabeleceu-se que ter identidade equivaleria a ser parte de uma nação, gerando uma unificação desses conceitos e que de acordo com Silva (2000, p. 85) “é necessário criar laços imaginários que permitam ‘ligar’ pessoas e que, sem eles, seriam simplesmente indivíduos isolados, sem nenhum “sentimento” de terem qualquer coisa em comum”.

Dessa forma, essa relação de unificação entre a identidade cultural e cultura nacional deve ser embasada por meio de três conceitos, que Hall (2006, p. 58) descreve como: “as *memórias* do passado, o *desejo* por viver em conjunto, a perpetuação da *herança*”.

Assim, o passado era venerado e os símbolos conservados porque continham e perpetuavam a experiência de gerações, ou seja, a tradição lidava com o tempo e espaço inserindo qualquer atividade ou experiência que contivesse a continuidade

com o passado, presente e o futuro, fazendo, desse modo, uma analogia ao patrimônio.

Essa busca de uma identidade nacional, “frequentemente leva a condições em que o objetivo desejado é uma integração harmoniosa, que neutralize os conflitos e mascare as contradições” (MENESES, 1984, p. 33), fazendo com o que patrimônio cultural apareça como um conceito de referência nessa situação.

Nos últimos anos, a palavra patrimônio passou a ser uma referência a uma parte dos bens culturais de uma sociedade. O patrimônio histórico e cultural tornou-se um bem comum, e, nessa formulação, alguns bens formam a riqueza material e moral do conjunto da nação (ABREU, 2009).

Pensando nessa assertiva, a valorização do patrimônio cultural é

Fator de memória das sociedades. [...] além de servir ao conhecimento do passado, os remanescentes materiais de cultura são testemunhos de experiências vividas, coletiva ou individualmente, e permitem aos homens lembrar e ampliar o sentimento de pertencer a um mesmo espaço, de partilhar uma mesma cultura e desenvolver a percepção de um conjunto de elementos comuns, que fornecem o sentido de grupo e compõem a identidade coletiva (RODRIGUES, 2009, p. 17).

Apesar de algumas vezes entender-se memória como um fenômeno particular, segundo Halbwachs (2006), ela deve ser compreendida também, como um fenômeno coletivo e social. E os elementos que constituem a memória, tanto individual quanto coletiva, são inicialmente aqueles episódios ocorridos pessoalmente e aqueles vividos pelo grupo no qual a pessoa se relaciona (POLLAK, 1992).

O patrimônio cultural na contemporaneidade vem ganhando cada vez mais espaço nas discussões, certamente devido aos fenômenos de urbanização crescente, internacionalização da cultura, que, por um lado, colocam em risco os contextos de vida e tradições locais de todo o globo terrestre e por outro, colocam diferentes culturas em diálogos e entrecruzamentos que acabam intensificando os conflitos identitários.

Nessa intersecção, ainda que seja motivo de debate e discussão, uma vez que as instituições e os espaços de memória podem preservar determinadas identidades em detrimento de outras, é de fundamental importância a proteção, conservação e preservação do patrimônio cultural, histórico e natural, claro que, sempre com uma relação harmônica entre o passado e o presente.

Para isso há várias instituições, tanto no âmbito internacional, quanto no âmbito nacional, voltadas para a preservação do patrimônio cultural e natural.

Essas instituições têm como objetivo promover a cooperação nas áreas de educação, cultura e com importante papel de reconhecimento dos patrimônios culturais e que se colocam acima dos interesses locais, estatais, nacionais, para uma dimensão maior, ou seja, dos valores mundiais de caráter universal (UNESCO, 2013). São essas instituições que produzem legislações específicas para a proteção do patrimônio cultural.

As primeiras cartas e recomendações do patrimônio cultural enfatizam as preocupações com a noção de monumentos, algumas com o seu entorno, assim estende-se aos conjuntos arquitetônicos, focam também na arqueologia e na restauração dos bens.

Choay (2006), que discute a noção de monumento e sua diferenciação com o conceito de monumento histórico, adiciona a essa discussão a intrínseca relação do bem cultural com uma memória viva e com sua duração, colocando duas faces sobre o uso do monumento histórico. De acordo com Choay (2006, p. 26) “[...] ou ele (monumento histórico) é simplesmente constituído em objeto de saber e integrado numa concepção linear de tempo [...] ou então ele pode, além disso, como obra de arte, dirigir-se à nossa sensibilidade artística, ao nosso “desejo” de arte”.

Nos primeiros momentos da política patrimonial predominava um entendimento de arte e de história vinculada à elite dominante e distante das camadas sociais menos privilegiadas. As transformações pela qual a História passou nas décadas finais do século XX culminaram no reconhecimento da importância de todos os agentes sociais, e não somente da elite, na construção social da história, rompendo com antigos paradigmas de exclusão das camadas sociais de menor poder econômico (ZANIRATO, 2009).

No que se refere ao Patrimônio Natural, o seu conceito inicial pode ser remetido ao Monumento Natural estabelecido pela Convenção para a Proteção da Flora, Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos países da América, em 1940 (ZANIRATO, 2009), que trazia consigo a noção de natureza intocada, isolada das atividades humanas. Mas para Scifoni (2008, p. 10) o patrimônio natural representa de um lado,

A “memória” da natureza [...], os testemunhos dos processos naturais e das relações estabelecidas entre seus elementos. De outro, torna-se, também, parte da memória humana, pois adquire significado e sentido para os diversos grupos sociais, torna-se uma referência histórica e é inserido na memória social.

Assim, a Convenção do Patrimônio Mundial, organizada pela UNESCO e que ocorreu em 1972, no que se refere à salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural, constatou que

[...] o patrimônio cultural e o patrimônio natural são cada vez mais ameaçados de destruição, não somente pelas causas tradicionais de destruição, mas também pelas mudanças da vida social e econômica, que as molestam com fenômenos de alteração ou de destruição ainda mais temíveis; considerando que a degradação ou o desaparecimento de um bem do patrimônio cultural e natural constitui um empobrecimento nefasto do patrimônio de todos os povos do mundo; e considerando que alguns bens do patrimônio cultural e natural apresentam um interesse excepcional e, portanto, devem ser preservados como elementos do patrimônio mundial da humanidade inteira (CURY, 2004, p. 177).

Inaugurando a classificação/divisão do patrimônio em cultural e natural, a Convenção, em 1972, contextualiza o conceito de Patrimônio Cultural como:

[...] os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura, ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenha um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as áreas que incluam sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (CURY, 2004, p. 178).

Do mesmo modo em 1972, foi definido pela Convenção em seu artigo 2º, que o Patrimônio Natural são:

[...] os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; as formações geológicas e fisiográficas e as zonas nitidamente delimitadas que constituíam o habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas e que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação; os sítios naturais ou as zonas naturais estritamente delimitadas, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural (CURY, 2004, p. 179).

Além dessa definição, foi consagrado pela área cultural o seu forte vínculo com a natureza, como exposto pela UNESCO,

O caráter desta Convenção é sumamente original e consagra novas e importantes idéias. Ela liga as noções de natureza e cultura, até agora vistas como diferentes e, mais do que isso, antagônicas. De fato, durante muito tempo natureza e cultura se opunham: o homem devia conquistar uma natureza hostil, enquanto a cultura simbolizava os valores espirituais. Mas, na verdade, natureza e cultura se complementam: a identidade cultural dos povos é forjada no meio em que vivem e, em geral, parte da beleza das mais belas obras criadas pelo homem provém exatamente da integração com o lugar em que se encontram (UNESCO, 2013, *web*).

No momento da definição do que seriam considerados patrimônios cultural e natural, uma característica prevaleceu em todos os bens, que independente do ponto de vista de que tivesse o patrimônio - fosse este arte, ciência, história, estética, antropologia, conservação ou de beleza natural - o bem deveria ser de “valor universal excepcional” (CURY, 2004, p. 178).

Considerando o patrimônio em seu duplo aspecto cultural e natural, a Convenção lembra as formas pelas quais o homem interage com a natureza e, ao mesmo tempo, a necessidade fundamental de preservar o equilíbrio entre ambos. Justamente por analisar a dualidade dos aspectos culturais e naturais, o Comitê do Patrimônio Mundial define os critérios para a inscrição dos bens na lista do Patrimônio Mundial, principalmente para garantir a evolução do próprio conceito do que é patrimônio mundial. Estes critérios são revistos regularmente pela instituição.

Diante disso, os bens inscritos na lista do Patrimônio Mundial eram analisados e selecionados, definidos pelos dez critérios em vigor na Convenção, para os bens culturais e para os bens naturais, e para obterem sua inscrição, “os bens deveriam satisfazer pelo menos um desses critérios” (RIBEIRO, 2007, p. 35), os critérios adotados estão listados no Quadro 1.

Quadro 1 - Critérios para inscrição do bem como Patrimônio Mundial pela UNESCO - 2013

BEM CULTURAL E BEM NATURAL	
i. representar uma obra-prima do gênio criativo humano, ou	vii. ser exemplos excepcionais representativos dos diferentes períodos da história da Terra, incluindo o registro da evolução, dos processos geológicos significativos em curso, do desenvolvimento das formas terrestres ou de elementos geomórficos e fisiográficos significativos, ou
ii. ser a manifestação de um intercâmbio considerável de valores humanos durante um determinado período ou em uma área cultural específica, no desenvolvimento da arquitetura, das artes monumentais, de planejamento urbano ou de paisagismo, ou	viii. ser exemplos excepcionais que representem processos ecológicos e biológicos significativos para a evolução e o desenvolvimento de ecossistemas terrestres, costeiros, marítimos e de água doce e de comunidades de plantas e animais, ou
iii. aportar um testemunho único ou excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização ainda viva ou que tenha desaparecido, ou	ix. conter fenômenos naturais extraordinários ou áreas de uma beleza natural e uma importância estética excepcionais, ou
iv. ser um exemplo excepcional de um tipo de edifício ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história da humanidade, ou	x. conter os habitats naturais mais importantes e mais representativos para a conservação in situ da diversidade biológica, incluindo aqueles que abrigam espécies ameaçadas que possuam um valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação.
v. constituir um exemplo excepcional de habitat ou estabelecimento humano tradicional ou do uso da terra, que seja representativo de uma cultura ou de culturas, especialmente as que tenham se tornado vulneráveis por efeitos de mudanças irreversíveis, ou	
vi. estar associados diretamente ou tangivelmente a acontecimentos ou tradições vivas, com ideias ou crenças, ou com obras artísticas ou literárias de significado universal excepcional (o Comitê considera que este critério não deve justificar a inscrição na Lista, salvo em circunstâncias excepcionais e na aplicação conjunta com outros critérios culturais ou naturais).	

Fonte: Primária (2013, adaptada de UNESCO, 2013d, *web*)

No entanto, nesse documento também foi verificado um antagonismo entre as categorias cultural e natural, reflexo da “origem bipartite da preocupação com o patrimônio mundial, oriunda de dois movimentos separados: um que se preocupava com os sítios culturais e outro que lutava pela conservação da natureza” (RIBEIRO, 2007, p. 38).

A diferenciação entre patrimônio cultural e patrimônio natural até então apontava para uma noção de cultura que contrapunha o “cultural” e o “natural” e que não abarca, segundo Canclini (2009, p. 38) “[...] todas as instâncias de uma

formação social”. Além disso, para Leff (2009, p. 98), “toda formação social desenvolve-se numa estreita relação com o seu entorno natural”.

Assim a utilização dos recursos naturais sempre está associada às práticas culturais da sociedade que medem “as inter-relações entre os processos ecológicos e os processos históricos” (LEFF, 2009, p. 98). Nem mesmo a oposição “Sociedade” X “Cultura” pode corresponder a uma noção de cultura que corresponda às complexidades e relatividades culturais com as quais se depara na atual conjuntura social.

Canclini (2009, p. 41) atinge, em sua discussão, uma última instância de definição de cultura que pode desmistificar algumas noções estruturadas sobre cultura e patrimônio, enfatizando que “[...] o mundo das significações, do sentido constitui a cultura”. Nesse sentido, é possível depreender que “[...] a cultura abarca o conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação na vida social”.

Ainda distante do pensamento de Canclini ao constatar a existência de bens que poderiam ser classificados nas duas formas, logo foi criada a classificação de bem misto, para aqueles bens que poderiam fazer parte tanto do patrimônio natural quanto do patrimônio cultural, sem, no entanto, ser necessária uma integração entre ambos. Tal constatação pode ser observada no Quadro 1, que os sítios mistos, possuem ao mesmo tempo, valor excepcional natural e cultural, partindo dessas interações significativas do homem e o meio natural.

Essa resolução tomada pela convenção de patrimônio cultural e natural, entretanto, não é recente, afinal, ao se fazer um retrocesso da discussão acerca da noção de paisagem, está na Carta de Atenas, escrita em 1931, a recomendação para a valorização dos monumentos e sua vizinhança, que em alguns conjuntos de caráter pitorescos inclui “[...] estudar as plantações e ornamentações vegetais convenientes a determinados conjuntos de monumentos para lhes conservar o caráter antigo” (CURY, 2004, p. 14).

Apesar de o foco principal ser a valorização do monumento, já se tinha a noção inicial do respeito pela concepção de adoção da paisagem como patrimônio.

Da mesma forma, pode-se perceber na Recomendação de Paris no ano de 1962, relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios, que é de fundamental importância,

[...] a preservação, e quando possível, a restituição do aspecto das paisagens e sítios, naturais, rurais ou urbanos, devido à natureza ou à obra do homem, que apresentem interesse cultural ou estético, ou que constituam meios naturais característicos; Considerando que por sua beleza e caráter, a salvaguarda das paisagens e dos sítios [...] é necessária à vida do homem, para quem constituem poderoso regenerador físico, moral e espiritual e por contribuírem amplamente para a vida artística e cultural dos povos (CURY, 2004, p. 82).

Essa questão é levantada porque o homem comete atentados contra a beleza da natureza, no acelerado processo de industrialização e urbanização e principalmente na “intensificação da ocupação humana sobre a superfície do planeta teria destruído, degradado e deteriorado muitas paisagens” (LUCHIARI, 2001, p. 17). Assim, poupar essas paisagens e sítios, deve ser considerado um estímulo necessário à vida humana, além de contribuir diretamente no patrimônio cultural da sociedade.

Entretanto, nos documentos citados neste estudo, o recorte para a paisagem era mais como um complemento do bem cultural, não sendo considerada pela sua própria razão simbólica. Nessa linha de pensamento, o bem cultural seria o fator principal, e se houvesse no seu entorno alguma paisagem, esta também seria preservada. Desse modo “a paisagem só tem valor a partir do momento em que dá sentido a um bem mais importante” (RIBEIRO, 2007, p. 40).

É nessa intersecção que se insere este estudo que busca perceber a paisagem em toda a sua carga significativa, não somente como um segundo plano para um bem cultural “maior”, mas como lugar de memória viva, presente na voz daqueles que com ela interagem.

Do levantamento bibliográfico feito até o momento, é possível depreender que existem diversos documentos e recomendações em níveis internacionais e nacionais que retratam as normas e procedimentos para a proteção do patrimônio cultural e natural. Neste trabalho são apresentadas algumas recomendações que, de alguma forma, estão vinculados à proteção da paisagem, que foram organizadas por ano e apontadas no Quadro 2,

Quadro 2 - Recomendações nacionais e internacionais sobre proteção do patrimônio cultural e natural - 1931-2009

Ano	Documento	Especificação
1931	(1ª) Carta de Atenas	Cooperação técnica e moral entre as nações para a conservação do patrimônio artístico e arqueológico
1933	(2ª) Carta de Atenas	Diretrizes de caráter universal para a proteção ao patrimônio histórico através da salvaguarda de edifícios isolados ou conjuntos urbanos que constituísse expressão de uma cultura anterior.
1962	Recomendação de Paris	Relativa à Salvaguarda de Beleza e Caráter das Paisagens e Sítios
1964	Carta de Veneza	Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios.
1967	Normas de Quito	Sobre a preservação e Utilização dos Monumentos e Sítios de Valor Artístico e Histórico
1971	Programa Homem e Biosfera	Programa para cooperação científica internacional sobre as interações entre o homem e o ambiente.
1972	Convenção de Paris	Para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.
1972	Declaração de Estocolmo	Sobre Ambiente Humano
1975	Declaração de Amsterdã	A conservação do monumento deve estar relacionada à preservação de sua ambiência. Conservação integrada entre o planejamento do uso do solo e o planejamento urbano regional.
1977	Carta de Machu Picchu	Confere ao patrimônio importância cultural e social, além de seu caráter histórico.
1980	Carta de Burra	Preocupação com a descaracterização do entorno e sobre a Conservação de Lugares de Significado Cultural
1982	Declaração de Nairóbi	Sobre a proteção ambiental
1982	Carta de Florença	Sobre jardins históricos
1989	Carta de Cabo Frio	Salvaguarda do patrimônio natural e cultural da América Latina em suas diversas manifestações.
1992	Carta do Rio	Sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente
1994	Conferência de Nara	Sobre autenticidade em relação à convenção do Patrimônio Mundial
1995	Recomendação nº R (95) 9	Sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas.
1998	Declaração de Estocolmo	Sobre o patrimônio cultural
2000	Convenção Europeia da Paisagem	Sobre a proteção, a gestão e o ordenamento das paisagens europeias.
2000	Decreto Brasileiro nº 3.551	Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial
2003	Carta da Indonésia	Sobre a conservação do Patrimônio
2005	Declaração de Xi'an (China)	Conservar o Patrimônio Cultural nas Cidades e as Paisagens em processo de mudança.
2007	Relatório de Olinda	Sobre as Paisagens Históricas Urbanas nas Américas
2008	Declaração de Foz do Iguaçu	Sobre o Espírito do Lugar
2008	Carta dos itinerários Culturais	Sobre a investigação, salvaguarda, conservação e desenvolvimento relativos aos Itinerários Culturais.
2009	Chancela da Paisagem Cultural	Estabelece a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira

Fonte: Primária (2013, adaptada de Cury, 2004; ICOMOS, 2013, *web*)

No próximo tópico, será abordado o estudo específico da Paisagem Cultural no Brasil, ressaltando alguns detalhes sobre as políticas de proteção do patrimônio

cultural do país e como estão sendo pensadas e aplicadas as políticas públicas para a manutenção e preservação das paisagens culturais em alguns lugares específicos.

1.4 A paisagem cultural no Brasil

Em consonância com as políticas mundiais, no Brasil, também não havia nenhuma legislação com menção direta à paisagem cultural. O que ocorreu no país, como em muitos outros, foi que, na década de 1930, surgiu uma legislação com o objetivo de organizar o patrimônio histórico e artístico brasileiro, o decreto-lei nº 25/1937 (BRASIL, 2012, *web*), que na sua publicação define o que consiste, então, o patrimônio cultural do país.

Nesse decreto, no art. 1º, no parágrafo 2º, há uma referência à paisagem, de uma forma genérica, que cabe a ressalva:

[...] equiparam-se aos bens [...] e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e **paisagens** que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (BRASIL, 2012, *web*, grifo nosso).

Naquele momento, a paisagem cultural era inerente à paisagem natural na mesma medida em que natureza equiparava-se à paisagem. O que importava não era o resgate dos valores culturais, da carga significativa para um determinado nicho social impressa na paisagem e sim a sua “feição”, sua aparência natural ainda que esta tenha sido sobrepujada pela “indústria humana”.

Tanto que foram adotados nesse decreto instrumentos legais para o tombamento dos bens, dentre essas medidas, a criação dos quatro Livros do Tombo, nos quais os bens poderiam ser inscritos, desde que tivessem uma característica de valor excepcional⁹.

Os livros tiveram a seguinte classificação:

⁹ A referência ao valor excepcional do bem foi mencionado no capítulo 1.3.

1) **Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico**, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular; 2) **Livro do Tombo Histórico**, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica; 3) **Livro do Tombo das Belas Artes**, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira; 4) **Livro do Tombo das Artes Aplicadas**, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras (BRASIL, 2012, *web*).

Mesmo não sendo de forma aberta, assim, indiretamente, a paisagem poderia ser passível de inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, pois ao especificar as categorias para que os bens pudessem ser inscritos nos livros, Mario de Andrade, idealizador do projeto, "inclui a preocupação com a paisagem em algumas delas" (RIBEIRO, 2007, p. 70), uma vez que seu entendimento de paisagem é "como um bem de valor patrimonial que deve ser preservado" (RIBEIRO, 2007, p. 71).

O projeto elaborado por Mario de Andrade previa o

[...] estabelecimento de quatro Livros do Tombo, com abrangências muito semelhantes aos que de fato foram criados. No entanto, na posição na qual foi criado o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, era proposta a criação do Livro do Tombo Arqueológico e Etnográfico. Uma leitura apressada poderia levar a pensar que as paisagens não teriam sido mencionadas no projeto. No entanto, ao detalhar o objeto dos Livros, nota-se que não era esse o caso. A paisagem, uma vez que seja fruto do engenho humano, é também para Mario de Andrade um bem artístico, passível de valorização e de inscrição no Livro do Tombo (RIBEIRO, 2007, p. 70).

Mas mesmo tendo essas referências, poucos bens foram inscritos no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico com o foco de paisagem; o que prevaleceu no momento das inscrições foram os pontos de vista originados do paisagismo, da arquitetura, das artes.

Da mesma maneira, isso aconteceu com a Constituição Federal do Brasil, de 1988, na qual, de uma forma ampla, a proteção ao patrimônio cultural pode ser efetivamente garantida, para Delphim (2008, p. 2) "[...] somente a Constituição Federal da República Federativa de 1988 definiu, de forma ampla e pormenorizada o interesse pelo patrimônio natural e cultural do Brasil". A Constituição, no artigo 216, define o patrimônio cultural brasileiro como:

[...] os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória, dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, no quais se incluem:
I – as formas de expressão;

- II – os modos de criar, fazer e viver;
- III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV – as obras, objetos, documentos, edificações, e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 2012, *web*).

Na Carta Magna Brasileira, a paisagem, enquanto patrimônio, também fica encoberta sob outras formas de bens culturais. No entanto, ela aparece na Constituição Federal, no artigo 23, inciso III, que esclarece sobre a competência dos poderes públicos e ressalta sua obrigação em “proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos” (BRASIL, 2012, *web*).

Dito de outra forma, “a natureza e os bens culturais são dotados de um novo valor e devem ser protegidos, contraditoriamente, da ação humana para a sobrevivência humana” (LUCIARI, 2007, p. 33). Essa proteção pode ser na forma dos recursos naturais ou por meio de artefatos culturais dotados de memória social.

No nível brasileiro, ainda há pouco debate sobre a paisagem (cultural), como ocorrido em nível internacional, principalmente no europeu. Embora tenha se percebido que na Europa, já existam políticas públicas voltadas para a identificação, preservação e valorização da Paisagem, no Brasil, esse processo está insuficiente.

De fato foram necessárias algumas décadas, para que viesse à tona a ideia do pensamento preservacionista, pelo qual se deveria proteger os bens do patrimônio histórico e artístico nacionais, sobretudo os monumentos naturais e as paisagens naturais.

Contudo, mesmo existindo os instrumentos de preservação, “até a década de 1980 a dinâmica da modernização era mais atuante pelo território do que as intervenções de preservação” (LUCIARI, 2007, p. 33). Diante disso, foi a partir da década de 80 que “se tornou clara a percepção de que ao longo da história, os fatos culturais estão necessária e intimamente ligados aos recursos naturais” (CURY, 2004, p. 10).

Como consequência desse hibridismo de cultura e natureza, surgem as paisagens culturais, porque mesmo as “paisagens tidas como produtos exclusivos da natureza, são, muitas vezes, resultados da ação humana” (LUCIARI, 2007, p. 31).

Dessa forma, na questão da paisagem cultural, passa a assumir com mais ênfase o contexto da discussão do patrimônio cultural, principalmente devido ao crescimento demográfico e ao desenvolvimento industrial, que fizeram com que a distribuição do homem e sua inserção no meio ambiente provocassem uma preocupação do entendimento das relações entre sociedade e natureza.

Certamente, foi a partir dessa discussão que surgiu a iniciativa do IPHAN, em 2007, para a elaboração do Seminário “Semana do Patrimônio – Cultura e Memória na Fronteira”. Nesse evento foi elaborada a Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural, que tinha como objetivo principal abordar a paisagem cultural dos Pampas Gaúchos e as paisagens culturais de fronteira mas, sobretudo, o binômio da biodiversidade e o plurarismo cultural como fatores de vital importância para a sobrevivência humana no planeta. Nessa carta também há uma definição de paisagem cultural como sendo

[...] o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com o homem, passíveis de leituras espaciais e temporais (ICOMOS, 2012, *web*).

Além da definição de paisagem cultural, esse documento apresentou algumas considerações sobre os procedimentos para sua preservação, assim como quem deveria conceder a certificação, que deveria ser “concedida pelos órgãos de patrimônio cultural [...] sob a forma de um termo de compromisso e de cooperação para gestão compartilhada de sítios de significado cultural” (ICOMOS, 2012, *web*).

Todavia, no Brasil, tradicionalmente, a paisagem no que tange à atuação das instituições responsáveis pela preservação do patrimônio, foi sempre considerada como o entorno dos bens já tombados ou a serem tombados, ou seja, uma espécie de pano de fundo para os objetos de interesse histórico e cultural.

Como já mencionado, a previsão de proteção da paisagem já estava, destacada no decreto-lei nº 25/1937, no entanto, devido à “(re)significação da paisagem” (LUCHIARI, 2001, p. 9) nos tempos atuais no âmbito do IPHAN, houve a possibilidade da inserção da “paisagem cultural como uma nova categoria específica do patrimônio cultural” (IPHAN, 2012, *web*).

Essa inserção efetivou a criação da Portaria n.º 127/2009, um instrumento para a preservação da paisagem cultural, aplicável a porções do território nacional.

Nessa Portaria foi estabelecida a “chancela da Paisagem Cultural Brasileira” (IPHAN, 2012, *web*). Cabe lembrar que este instrumento, será mais um a integrar o rol de instrumentos de preservação do patrimônio cultural já utilizado, como o tombamento e o registro.

Para a criação desse instrumento foi considerada a necessidade de ações de “preservação de contextos culturais mais complexos, que abranjam porções do território nacional [...] e a interação peculiar do homem com o meio natural” (IPHAN, 2012, *web*). Assim, o Brasil tornou-se signatário de várias cartas internacionais que “reconhecem a paisagem cultural e seus elementos como patrimônio cultural” (IPHAN, 2012, *web*).

Dessa forma e diante das considerações apresentadas, ficou definido quando da publicação da Portaria n.º 127/2009, no seu artigo 1º, que a Paisagem Cultural Brasileira seria constituída por “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 2012, *web*).

Certamente é por isso que Santos (2012, p. 64) afirma que “cada lugar é singular e uma situação não é semelhante a qualquer outra”, o que remete à ação que o ser humano faz para adequar a natureza a suas necessidades, ocasionando, dessa forma, transformações constantes no meio em que vive.

Essas transformações fazem parte de uma sociedade que está constantemente em mudança, principalmente nas cidades onde o fluxo migratório é muito elevado, e é justamente nesses espaços que as paisagens acabam sofrendo mais modificações. No entanto, esses espaços que apresentam um elemento essencial, um caráter bem peculiar ou especial, com uma característica própria, é que servem de base para a construção dessa porção peculiar do território nacional.

Esse elemento peculiar é, assim, a identidade, capaz de diferenciá-la num contexto mais amplo. O que lhe confere essa identidade pode ser, em primeiro plano, resultado de marcas inscritas no espaço ou de formas reconhecíveis e delimitáveis, ou seja, as formas de uma sociedade se identificar com o seu espaço de memória (RIBEIRO, 2007).

Esses espaços, além da construção material, também possuem valores, uma representatividade, um sentimento de “pertencimento” ao lugar, fato esse que remete a um significado para o patrimônio cultural. Assim, dentre as características

da paisagem cultural, pode-se citar o retorno ao passado, pois a paisagem cultural é um espaço do terreno que reflete o processo de transformação de um determinado local.

Como consequência da construção dessa porção peculiar do território é que ocorreu a inovação das práticas de aplicação da chancela da Paisagem Cultural. Tendo a compreensão e noção da diferenciação dessa construção, reconhecendo a sua existência, é que o espaço pode receber a chancela, se não ficaria na generalidade “tudo é paisagem cultural” (IPHAN, 2012, *web*).

Somente após a definição do recorte territorial com sua característica peculiar em comparação com o restante do território nacional ou às demais porções do território passíveis ou não de serem classificados como paisagem cultural é que segundo o IPHAN (2012, *web*) pode ter início a chancela da Paisagem Cultural impedindo as generalizações de que “tudo é paisagem cultural”,

[...] a grande inovação da chancela da Paisagem Cultural Brasileira é a possibilidade de se trabalhar de forma conjugada com manifestações culturais dinâmicas, de diversas naturezas, tangíveis e intangíveis, e com forte correlação com uma determinada porção territorial. A medida dos ingredientes, porém, dependerá muito mais de cada realidade do que de uma matriz pré-definida de causa e consequência (IPHAN, 2012, *web*).

A chancela, para fins deste estudo, constitui um “selo” de qualidade, instrumento de reconhecimento do valor cultural de uma porção definida do território, que mostra os processos de interação do homem com o meio ambiente de formas especiais. Para que essa paisagem chancelada possa usufruir desse título, ela deve manter as características que a fizeram merecer a sua classificação.

No entanto, está previsto na Portaria citada, nos artigos 15 e 17, que a chancela poderá ser cancelada num prazo de dez anos, e que caso isso ocorra, deverá ser publicada o seu cancelamento em documentos oficiais, assim, como é para a sua implantação.

Portanto, para que essa chancela não resulte apenas em mais um documento de preservação é necessária a definição de alguns critérios, como abordado pelo IPHAN (2012, *web*) na Portaria n.º 127/2009, em seu artigo 4º:

[...] a chancela da Paisagem Cultural Brasileira implica no estabelecimento de pacto que pode envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando a gestão compartilhada da porção do território nacional assim reconhecida.

Em decorrência desse pacto, deve ser realizado um Plano de Gestão, contendo as ações para a preservação dos valores do lugar que foi reconhecido como Paisagem Cultural Brasileira. Caso as paisagens forem perdidas ou degradadas, pode ser cancelada a chancela, o que é diferente dos outros processos de preservação do patrimônio cultural, que uma vez declarado, por exemplo, o tombamento, não há possibilidade de anulação.

Então, mais uma vez para o estabelecimento do pacto, é preciso ter clareza de quais são os atributos e as qualidades que fizeram com que aquela porção do território apresentasse uma particularidade ou excepcionalidade, capaz de se tornar diferente das demais e ser reconhecida.

A criação da Portaria n.º 127/2009, como instrumento de preservação com a instituição da Chancela, representa uma grande inovação na forma de dedicar-se ao patrimônio cultural brasileiro, pois serve de ferramenta para as ações de valorização, planejamento, assim como viabiliza a qualidade de vida da população e a motivação responsável pela preservação conjunta na gestão desse patrimônio.

Nas palavras do diretor do IPHAN em Santa Catarina, o arquiteto Dalmo Vieira Filho (2012) *“a Portaria n.º 127/2009 vem para suprir uma lacuna, entre aspectos de natureza material e imaterial no patrimônio, para transferir valor e para gerar valor motivacional e com isso implantar uma ação política pública, como um pacto entre as partes”*.

“As paisagens culturais representam o trabalho combinado da natureza e do homem” (CASTRIOTA, 2009), que devem apresentar configuração peculiar. No entanto, em sua maioria, as paisagens culturais que já foram “chanceladas” ou estão na lista para receber esse selo, possuem em comum, outro fator, que é o extremo apego, identidade, sentimento de pertencimento que os moradores possuem com esses espaços onde residem. Estes são os principais motivadores para que esse instrumento de preservação seja eficaz, assim como:

[...] a busca pela preservação da diversidade e riqueza dos cenários, urbanos e rurais, tendo em vista que os processos de massificação da vida e das paisagens têm colocado em risco e mesmo provocado o desaparecimento de contextos de vida e tradições culturais que, a rigor, não deveriam ser perdidas, sob pena do empobrecimento do próprio espírito e da ciência humana. Em tempos de “globalização” e pasteurização das culturas, é saudável que possamos resguardar e valorizar contextos de vida singulares, que se traduzam na relação harmônica do homem com a natureza e, conseqüentemente, em maior qualidade de vida (IPHAN, 2012, *web*).

No entanto como o processo de mudança está cada vez mais rápido, a cultura e a natureza não faziam parte dessa concepção, mas importante ressaltar que um dos pontos que foram levantados no estabelecimento da chancela da Paisagem Cultural é justamente esses “fenômenos contemporâneos de expansão urbana, globalização, que colocam em risco os contextos de vida e as tradições locais em todo o planeta” (IPHAN, 2012, *web*).

Essa preocupação com os riscos da vida moderna para o bem cultural também está presente no pensamento de Leff (2006, p. 405) que comenta que “a degradação socioambiental emerge como um efeito mais eloquente da crise da civilização moderna, construída sobre bases de racionalidade social contra a natural que atenta contra a diversidade ética e cultural do gênero humano”.

Justamente por essa mensuração dinâmica que ocorre atualmente na sociedade, em decorrência das transformações, mas também tendo ciência que não se pode coibir o progresso, é que na Portaria n.º 127/2009, em seu artigo 3º, para que esse instrumento seja eficaz, deve ser considerado:

[...] o caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as porções do território a que se aplica, convive com as transformações inerentes ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis e valoriza a motivação responsável pela preservação do patrimônio (IPHAN, 2012, *web*).

Partindo desse pensamento, Sachs (1986) corrobora a afirmação com seu posicionamento e nos seus escritos mencionava que é preciso ter princípios para o desenvolvimento sustentável, visto que o ser humano é parte integrante desse quadro e sem sua participação nada pode ser executado. Se o ser humano causa a degradação socioambiental devido ao seu crescente consumismo, somente ele pode construir bases para que haja uma racionalidade socioambiental e no meio dessa racionalidade a preservação da paisagem cultural.

O IPHAN (2012, *web*) defende que no país, mesmo com todas as situações causadas dos problemas socioambientais, existem “lugares que formam o painel de riquezas culturais brasileiras”, com destaque para a relação exemplar entre homem e natureza. Dentre alguns se pode fazer referência às relações entre o sertanejo e a caatinga, o candango e o cerrado, o boiadeiro e o pantanal, o gaúcho e os pampas, o pescador e os contextos navais tradicionais, o seringueiro e a floresta amazônica, são alguns exemplos.

Ao observar-se a sintonia do ser humano com o ambiente natural (Figura 4), e são esses elementos que compõem a paisagem, que apresentam as singularidades relacionais entre as culturas e o meio ambiente, definindo dessa forma, a distinção com os outros espaços, apresentando assim, a “alma do lugar”.

Figura 4 - Camocim (CE) e o Porto Pesqueiro de Valença (BA) - 2012



Fonte: IPHAN (2013, *web*)

No Brasil, por enquanto, não existe uma lista de bens que receberam a chancela da Paisagem Cultural, no entanto existem vários lugares que estão em processo de estudo, segundo o IPHAN (2012). Justamente para exemplificar claramente qual o objetivo da chancela, o Pantanal Matogrossense (Figura 5), que já é considerado Patrimônio Nacional pela Constituição da República, também listado pela UNESCO como Patrimônio Mundial, está cotado como forte candidato a receber o “selo”. O que tem de peculiar nesse lugar é a forma equilibrada e harmoniosa em que convivem o homem e a natureza.

O Brasil é um país rico em flora e fauna, sendo que uma dessas maiores riquezas é a Floresta Amazônica e o Pantanal Matogrossense. O Pantanal é reconhecido como uma das mais exuberantes e diversificadas reservas naturais do planeta, fato que lhe rendeu pela UNESCO, o status de Patrimônio Mundial em 2000 (IPHAN, 2012).

Figura 5 - Composição de imagens do Pantanal Matogrossense - 2012



Fonte: IPHAN (2013, *web*)

A vegetação do Pantanal é um mosaico de matas e plantas das mais diferentes espécies, campos inundáveis de forma contínua, devido ao seu solo íngreme, além de possuir dentre as riquezas pantaneiras muitos metais e pedras preciosas. É riquíssimo nas suas manifestações culturais provocadas pelas diversas etnias, à tradição pantaneira alia-se a farta produção artística contemporânea, mostrando a sua cultura aos visitantes, principalmente sendo o turismo uma atividade promissora para a região (IPHAN, 2012).

Mas o que mais chama a atenção, no Pantanal é sua natureza bela, única, excepcional, sendo essas qualidades que fazem deste pedaço do Brasil, uma paisagem cultural. Outros exemplos de lugares que podem entrar na lista desse instrumento, são os núcleos de pescadores que, com seus barcos, formam os contextos das paisagens tradicionais do patrimônio naval (Figura 6), assim como as regiões de imigração do Sul do Brasil, o Vale do Ribeira e o rio São Francisco (IPHAN, 2012).

O projeto Barcos do Brasil foi contextualizado porque segundo o IPHAN (2012, *web*) o “Brasil é o país mais rico do mundo em diversidade de barcos tradicionais, com representação de boa parte do patrimônio naval da humanidade”. Diante disso foi criado o projeto “Barcos do Brasil”, que tem como principal objetivo localizar, proteger e valorizar os barcos tradicionais.

O projeto foi criado pelo IPHAN em 2008 e visa beneficiar milhares de brasileiros que tiram da pesca o seu sustento, além de realizar o inventário e o diagnóstico do patrimônio naval no Brasil; o monitoramento e conservação das principais embarcações; a construção de barcos tradicionais em locais públicos e o desenvolvimento de programas para conservação e manutenção dos barcos tradicionais. Mas também “promover o reconhecimento e a valorização dos modos de vida, tradições e conhecimentos acumulados por gerações” (IPHAN, 2012, *web*), buscando dar uma nova dimensão à atividade, além de oferecer uma melhor qualidade de vida aos usuários e detentores desse patrimônio: os marinheiros, os pescadores, os mestres construtores e seus auxiliares.

Figura 6 - Projeto Barcos do Brasil - 2013



Fonte: IPHAN (2013, *web*)

Ainda de acordo com o IPHAN (2012) o patrimônio naval brasileiro possui exemplares de diversas embarcações, dentre elas as de tradições mediterrâneas, africanas, entre outras, além da diversidade de ambientes geográficos litorâneos, de lagos e de rios do país. Os modelos destacados na Figura 6 fazem parte do acervo do Museu Nacional do Mar, de São Francisco do Sul, Santa Catarina.

Indo ao encontro das novas propostas do IPHAN, de valorizar as manifestações culturais das localidades, e também por conta, do conceito de

paisagem cultural, o IPHAN vem desenvolvendo um estudo, em território nacional, intitulado “Roteiros Nacionais de Imigração em Santa Catarina” (Figura 7), que trata de uma ampla pesquisa que mapeou e identificou o patrimônio cultural dos grupos de imigrantes alemães, poloneses, italianos, ucranianos no estado catarinense, os quais contribuíram para a formação do que se chama de “identidade nacional”¹⁰ (IPHAN, 2012).

Figura 7 - Bens culturais do Roteiro Nacional de Imigração (conjunto histórico em madeira família Bez Fontana de Urussanga / família rural no Vale do Itajaí / propriedade de Nelson Bauer de Blumenau / casa de pedra da Família Bratti de Nova Veneza) - 2012.



Fonte: IPHAN (2013, web)

O projeto Roteiros Nacionais de Imigração, como um todo, tem como objetivo reconhecer e valorizar a contribuição das várias etnias que integram o patrimônio cultural brasileiro, através das atividades relacionadas à arquitetura, música, culinária e outras formas de expressão, além de preservar o legado dos povos europeus que chegaram ao Brasil a partir do século XIX e cuja presença foi fundamental para o processo de transformação cultural, social e econômica.

¹⁰ Identidade nacional já foi comentada no cap. 1.3

O IPHAN, para a realização desse projeto, teve como premissa que são as populações que preservam tradições e costumes trazidos de suas regiões de origem. A atribuição do valor desse patrimônio está no fato de que a constituição de comunidades imigrantes em um novo território leva à construção de novas expressões culturais, a partir daquelas vividas em seu país de origem.

Afinal, tendo passado por um processo de mudança, esses imigrantes passaram a incluir novos saberes e fazeres, motivados pelas diferenças de clima, de solo e relevo. A paisagem, nesse caso, é testemunha da sucessão dos meios de trabalho, é resultado histórico acumulado das culturas que se desenvolverem a partir da paisagem natural.

Todavia, esse projeto foi baseado em um inventário preliminar iniciado em 1983, foi interrompido na década de 1990, devido a questões políticas, porém foi retomado em 2003/2004, quando foi finalizada a etapa de mapeamento dos bens. A ideia original era além de mapear para o inventário dos bens, mas estabelecer pelo IPHAN (2012, *web*),

[...] linhas de promoção e fomento daquele patrimônio que possibilitasse, especialmente, a preservação das paisagens rurais, constituídas não apenas pela arquitetura dos imigrantes, mas resultante dos hábitos e costumes ainda vivos no cotidiano da região. Desde o principio, imaginava-se [...] promover uma maior integração entre os diversos bens (que estão localizados em áreas rurais de distintos municípios, em várias regiões do Estado) e proporcionar alternativas de sobrevivência às famílias de agricultores e pequenos produtores rurais.

A proposta levada então ao Conselho Consultivo do IPHAN, em 2007, foi o tombamento dos bens, visto que naquele período não havia ainda nenhuma proposta prevendo a paisagem cultural. O conselho optou pelo tombamento dos bens e prorrogou a decisão sobre a paisagem, até “que o IPHAN desenvolvesse um instrumento à luz do qual a proposição deveria ser analisada” (IPHAN, 2012, *web*). Na atualidade esse projeto passa por revisão, justamente pela criação e implantação da Portaria n.º 127/2009.

A cidade de Joinville/SC (Figura 8) faz parte desse projeto dos “Roteiros Nacionais de Imigração/SC”, com a contemplação do tombamento de alguns bens. Mas o que nos remete a paisagem cultural é sua conexão à paisagem, aos lugares por onde passaram, viveram imigrantes e também aos lugares onde os escravos se instalavam.

Figura 8 - Bens culturais de Joinville no Roteiro Nacional de Imigração (Casa Kruger, Estação Ferroviária) - 2013



Fonte: IPHAN (2013, *web*)

Dentre os bens tombados estão a Casa Kruger e a Estação Ferroviária, ambos possuem a característica da colonização alemã, principalmente pelo estilo enxaimel da construção. A casa Kruger é o portal do turismo ecorrural de Joinville, no local funciona uma central de informações sobre a cidade e a região, além de preservar a relação com o meio natural.

A Estação da Memória, além de constituir essa porção do território representativa da cidade, apresenta ainda na sua construção a conexão do homem com a transformação da cidade, atribuindo valor significativo, apresenta no seu ambiente a memória, assim como transporta o homem ao passado geralmente de modo coletivo (HALBWACHS, 2006). Traz também uma conexão com o presente e com o futuro, e esses processos sociais da memória são importantíssimos para a composição da identidade e do lugar.

Depois da restauração e requalificação da Estação da Memória, o espaço, na atualidade, abriga a Coordenação de Patrimônio Cultural, área de lazer, cultura e educação, contando a história da cidade, bem como a memória do trabalho em Joinville e região (Figura 8). Mensalmente ocorre nesse espaço o evento “Sábado na Estação”, com Mercado de Pulgas, Feira de Arte, Artesanato e Apresentações Culturais (FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE, 2012).

Dessa forma, as ações propostas para as Paisagens Culturais no Brasil variam de lugar para lugar, afinal o país possui fatores históricos e específicos para cada região.

No ano de 2012 o Brasil teve sua primeira paisagem cultural reconhecida pela UNESCO com o título de Patrimônio Mundial. A cidade do Rio de Janeiro/RJ (Figura 9) que se inscreveu sob o título “Paisagens cariocas entre a montanha e o mar”, teve sua inclusão baseada nos critérios para definição do bem cultural e natural¹¹. Assim, “a paisagem cultural do Rio de Janeiro possui atributos que lhe conferem valor excepcional universal com base nos critérios I, III e VI” (IPHAN, 2012, *web*).

Figura 9 - Paisagem cultural: a cidade do Rio de Janeiro/RJ - 2013



Fonte: IPHAN (2013, *web*)

Somente alguns locais da cidade compõem essa titulação, como o Pão de Açúcar, o Corcovado, a Floresta da Tijuca, o Aterro do Flamengo, o Jardim Botânico e famosa praia de Copacabana, além da entrada da Baía de Guanabara que serão alvo de ações integradas visando a preservação da sua paisagem cultural (IPHAN, 2013).

¹¹ Esses critérios já foram mencionados no item 1.3.

O conceito de paisagem cultural foi adotado pela UNESCO em 1992 e incorporado como uma nova tipologia de reconhecimento dos bens culturais, conforme a Convenção de 1972 que instituiu a Lista do Patrimônio Mundial. Até o momento, os sítios reconhecidos mundialmente como paisagem cultural relacionam-se somente às áreas rurais, aos jardins históricos e a outros locais de cunho simbólico, religioso e afetivo.

Segundo o IPHAN (2013, *web*) “o reconhecimento do Rio de Janeiro culminará uma nova visão e abordagem sobre os bens culturais inscritos na Lista do Patrimônio Mundial”, além de fortalecer o instrumento criado para a valorização das paisagens culturais.

Portanto, esse instrumento serve como um balizador para a população promover uma discussão de que não apenas edificações estéticas, monumentos, podem ser patrimonializados, mas também espaços do território com marcas de ação humana, que ao longo do tempo foram proporcionando interação do homem ao meio natural, são patrimônios culturais.

No próximo capítulo, será realizada uma abordagem sobre a construção da cidade Joinville, nos aspectos de colonização e transformações ocorridas na cidade pelo processo de industrialização e migração, assim como a cidade é percebida nos vários ângulos social, econômico e cultural.

2 UMA ABORDAGEM SOBRE A CIDADE: JOINVILLE/SC

O presente capítulo resgata as principais condições históricas que balizaram a formação da cidade de Joinville, desde a formação rural, no período de colonização até as transformações paisagísticas ocorridas pelo processo de industrialização e migração.

A constituição de uma cidade passa por várias etapas, assim foi também com Joinville, em Santa Catarina, construída ao longo dos anos desde seu surgimento oficial enquanto colônia na data de 1851. As terras onde se localiza a cidade, entretanto, já eram ocupadas desde os tempos pré-cabralinos¹² por indígenas, depois por franceses, espanhóis e portugueses (S. THIAGO, 2001). Ainda de acordo com S. Thiago (2001, p. 15), o surgimento da condição de colônia, foi principalmente por,

[...] iniciativa de empresários alemães, acionistas da Companhia colonizadora de Hamburgo. Essa empresa promoveu a imigração de milhares de europeus, a maioria vítima da crise que se operava nos campos e cidades germânicas em decorrência da revolução industrial e do processo de consolidação do capitalismo.

Essa colonização também resultou das constantes transformações econômicas que estavam ocorrendo na Europa, com a Unificação em 1871 do “Império Alemão”, assim como esclarece Santana (1998, p. 25) “o Brasil [...] era visto como um mercado passível de ser explorado pelas potências comerciais da época, a Alemanha e a Inglaterra”. Diante dessa situação, empreendeu-se uma “intensa corrente migratória, para o “novo mundo”, onde a promessa de acesso à (nova) terra constituía-se um grande atrativo” (SANTANA, 1998, p. 27). Dentre os imigrantes havia diversas origens, como prussianos, saxões, pomeranos, entre outros vinculados à etnia germânica.

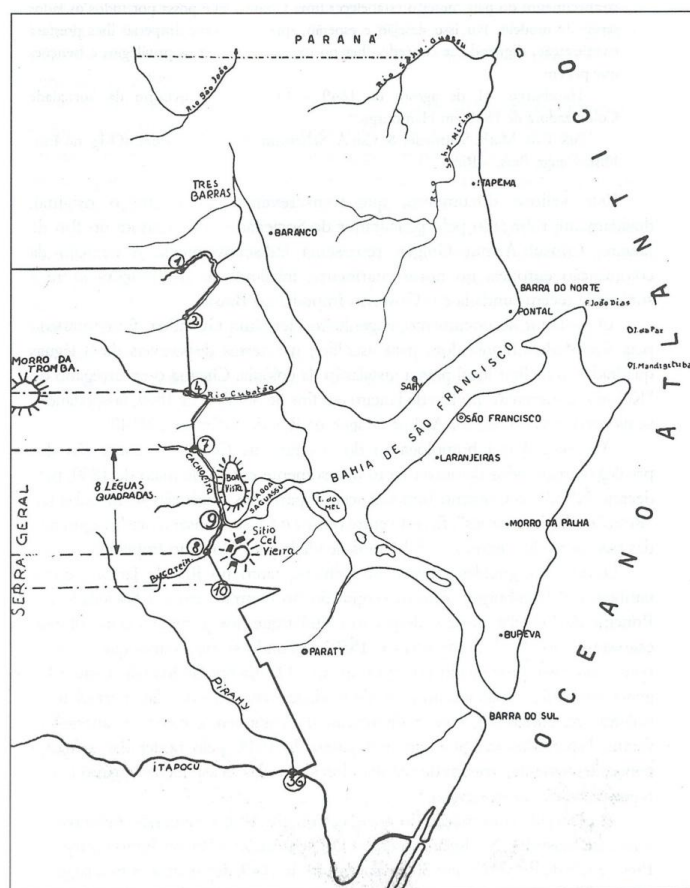
Contudo, a efetiva ocupação das terras onde se situa a cidade de Joinville ocorreu no século XIX, com a negociação de 25 léguas quadradas, de um dote nupcial pelo casamento do príncipe de Joinville, François Ferdinand Philippe (terceiro filho do rei da França, Luiz Felipe) com a irmã de Dom Pedro II, princesa Dona

¹² Este termo é utilizado para referir-se ao Brasil, antes do seu Descobrimento por Pedro Álvares Cabral.

Francisca Carolina (Françoise Caroline). “O local das 25 léguas quadradas ainda não fora escolhido, sendo o dote da princesa até essa data uma área imaginária e imensa na mata virgem [...] (dentre as melhores da província de Santa Catarina)” (FICKER, 2008, p. 26), efetivando a fundação da denominada Colônia Dona Francisca, em homenagem à Princesa Francisca Carolina, e posteriormente chamada de Joinville, em homenagem ao Príncipe de Joinville.

Essas terras acabaram sendo negociadas como parte dos problemas financeiros do príncipe de Joinville, que se encontrava exilado. Nesse acordo o príncipe comercializa com o Senador Mathias Schroeder um total de oito léguas das terras dotais (Figura 10), para que o Senador, que já possuía uma frota de navios e fazia expedições e transportes, além de vastas relações comerciais no Brasil, por meio da sua empresa, a Companhia Colonizadora de Hamburgo, empreendesse uma colonização em grande escala, reforçando “as relações mercantis existentes entre o Brasil e a Alemanha” (SANTANA, 1998, p. 29).

Figura 10 - Mapa das 8 léguas para colonização - 1849



Oito léguas quadradas cedidas à Sociedade Colonizadora de Hamburgo de 1849

Fonte: Ficker (2008, p. 53)

Ainda, antes da chegada dos primeiros imigrantes, o filho do Senador Schroeder, Eduard Schroeder, em janeiro de 1851, resolveu verificar “*in loco*” os preparativos feitos para recepção dos imigrantes colonos, além de fiscalizar o empreendimento paterno. Nessa viagem, trouxe o amigo Dr. Koestlin, que escreveu ao jornal alemão *Hamburger Nachrichten*, relatando os ocorridos da viagem, mas o que chama a atenção é justamente a riqueza dos detalhes narrados por ele,

Partindo de São Francisco no dia 1º de fevereiro, atravessamos a baía num bote em direção à colônia, passando por diversas ilhas, como a Ilha Comprida, a Ilha Redonda, etc. cuja base rochosa é o reino de ricas estirpes de aves. Fileiras de garças brancas, azuis e mesmo vermelhas, assim como patos d’água, habitam essas paragens e os rochedos que aí se encontram espalhados.

Enormes quantidades de pequenas aves aquáticas amarelas habitam os ares.

Ao longo, vêem-se as pitorescas montanhas costeiras e a impressionante queda do Piraí que, distante quatro milhas das praias, se lança estrondosa e espumante serra abaixo!

Depois de se ter saído da baía e tendo-se atravessado a pequena lagoa Saguacú, ingressa-se no rio, em cujas margens há arbustos de mangue, sinal certo de terras pantanosas e sujeitas a maré. Mas dentro em breve, a margem se torna mais elevada à esquerda e a mata tropical, em sua virginal beleza, recobre os solos secos. Centenas de palmitos dão prova de que a gente se encontra no Brasil, a pátria das palmeiras.

A partir da confluência do Bucarein e do Cachoeira, onde se inicia a região da Colônia e onde se entra no Cachoeira, as margens se aproximam mais e mais, a floresta se curva por cima das águas e as colinas se achegam (...) justamente nessa confluência, até onde as embarcações costeiras podem chegar sem maior dificuldade, pretende-se erguer uma cidade que deverá ter o nome de Joinville! (FICKER, 2008, p. 66).

A fim de corroborar a sensação descrita nesse relato, pode-se dizer que quando oficialmente, em 09 de março de 1851, chegam às terras dotais com a barca “Colon”, os primeiros imigrantes, mesmo atravessando todos os percalços de uma viagem para uma terra nova, desconhecida, e, ao mesmo tempo, por ser um espaço encantador, acredita-se, segundo Ficker (2008, p. 99) que,

[...] foi um verdadeiro espetáculo, porquanto apresenta a Baía Babitonga dimensões e surpresas paisagísticas raramente igualadas por outras baías do Sul do Brasil. Passando pela Ilha Redonda e Ilha Comprida, os passageiros apreciaram as pedras enormes de granito nas margens dos ilhotes e a quantidade imensa de aves aquáticas. [...] atravessada a lagoa Saguacú o rio tornou-se extremamente estreito, tanto assim que as árvores, com suas ricas parasitas, dobravam-se sobre as cabeças dos passageiros, entusiasmados com a beleza tropical das folhagens, das flores e orquídeas da nova pátria, na terra ainda tão pouco conhecida, cheia de segredos e mistérios.

Iniciava-se, portanto, a ocupação efetiva das terras onde se desenvolveria a cidade de Joinville, já em meio à acentuada diversidade cultural entre os imigrantes, alemães, suíços e noruegueses e entre esses e os nativos que moravam no distrito de São Francisco do Sul (S. THIAGO, 2001).

Ao chegar tiveram de construir todo o espaço inicial da cidade, justamente por encontrarem um lugar com o meio ambiente totalmente natural, onde a paisagem, havia tido pouca interação com o homem.

Figura 11 - Primeira vista de Joinville, antes da fundação. Desenho de 1850



Fonte: Ficker (2008, p. 69)

De acordo com o arquiteto e urbanista Sganzerla (2001, p. 65) “se Joinville não fosse uma cidade, certamente essas terras poderiam ser um parque, mesmo assim e pela massa de vegetação existente, temos então uma cidade no meio de muito verde”.

O desenho extraído do livro de Ficker (Figura 11), é uma xilogravura publicada na *Illustriete Zeitung*¹³, em 1851, mostrando uma primeira vista da cidade em 1850, antes mesmo de sua constituição, corrobora o depoimento de Sganzerla e demonstra a grandeza do entorno natural em contrapartida com a presença do

¹³ Revista Alemã com publicação de notícias da Colônia.

homem, quase imperceptível na tela. A pose na qual o homem é retratado, entretanto, revela a ideia da força humana sobrepujando o ambiente natural.

Força humana a qual Ternes (1981, p. 12) também trata,

Os primeiros 118 imigrantes, chegados a 9 de março de 1851, não encontraram mais que dois grandes ranchos às margens de Ribeirão Mathias, um córrego hoje inteiramente canalizado. Graças à intervenção de Eduardo Schroeder, o filho do senador Mathias, que tomou providências para que o fracasso não fosse total. Pois existiam apenas dois barracos rústicos e esparsas plantações de milho e batata. O mesmo contratou os serviços de nativos, empregados das fazendas existentes no Itaum e no Boa Vista e procedeu realmente ao estabelecimento de uma infra-estrutura mínima, como caminhos, demarcações de lotes, plantações e derrubada da floresta para o recebimento dos primeiros imigrantes, já em viagem desde os primeiros dias de janeiro.

Ao chegarem ao Brasil, os primeiros 118 imigrantes, constataram uma realidade diferente da que lhes foi apresentada ao comprarem suas passagens para um novo país, afinal os dias foram difíceis na medida em que quase nada tinha sido feito, sofreram um grande impacto, não apenas com o meio ambiente, o solo e o clima que eram adversos, o que provocou forte desilusão, gerando revolta em alguns, medo, angústia em outros, insegurança para todos (TERNES, 1981).

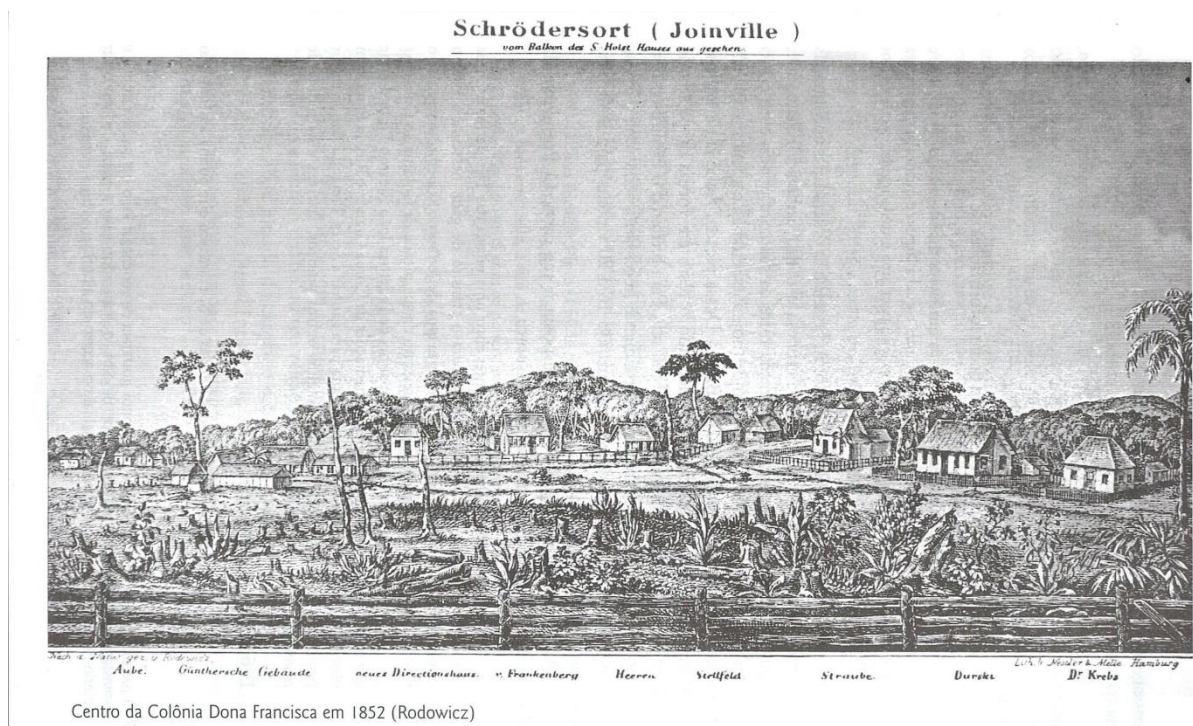
Mas, precisaram adaptar-se à nova realidade que lhes foi apresentada, segundo a historiadora S. Thiago (2001, p. 16) “tal desafio exigiu a capacidade de dominar o meio ambiente, vontade e muito trabalho, atributos comuns entre a maioria dos imigrantes”.

Aliás, somente uma forte união, uma firme decisão mental, e uma extraordinária vontade coletiva é que explicam como os pioneiros imigrantes conseguiram vencer todos os obstáculos, arrancando da terra forças para plantar uma cidade no meio da inóspita mata tropical (TERNES, 1981). Na pintura de Rodowicz, no centro da colônia Dona Francisca em 1852 (Figura 12), a floresta predominava, as primeiras casas começaram a ser construídas e as primeiras plantações a serem feitas.

Nessa imagem fica clara a intervenção humana sobre a paisagem natural. Tanto no canto inferior quando no meio da pintura, a natureza é entrecruzada, o ambiente natural encontra limites em feitos humanos, as gigantes árvores já se mostram escassas e as ruas e casas passam a criar outros desenhos e contornos na nova cidade. Ainda assim, no horizonte, a natureza ainda se mostra presente.

Essa questão reforça a rápida expansão dos colonos para o estabelecimento da colônia agrícola. Com a abertura das picadas e estradas, a ocupação continuava às margens dos rios Vermelhos, Morro Alto, Cachoeira e Jaguariú, fazendo com que assim surgissem novos povoados. Já nesse momento começam as transformações da paisagem, a ação dos imigrantes sobre o espaço, imprimindo sua cultura.

Figura 12 - Centro da Colônia Dona Francisca em 1852



Fonte: Ficker (2008, p. 141)

De acordo com Santana (1998), a problemática da relação entre homem e natureza já estava presente desde o início do crescimento da cidade e tal fato pode ser esclarecido pela,

[...] a retirada da densa cobertura florestal que dominava o sítio, para abertura de estradas e implantação de moradias e das lavouras; os aterros das áreas alagadiças – grande parte delas consistindo de gamboas do rio Cachoeira, onde ocorria a vegetação de mangue – a retificação e dinamitamento de pedras do leito do Rio Cachoeira; o corte e o desmonte de morros para retirada de material para aterros, além da exploração da vegetação do mangue para a extração de tanino, insumo para os curtumes locais, se constituem em alguns exemplos de apropriação dos elementos da natureza pelo processo de produção da cidade [...] que pode ser facilmente apreendida da paisagem [...] local (SANTANA, 1998, p. 36).

Os imigrantes europeus que vieram para colonizar Joinville eram agricultores, artesões, comerciantes e intelectuais e acabaram percebendo, com o decorrer do tempo, o potencial econômico da nova cidade, pois havia demanda para os seus serviços e produtos. Dessa forma, surgiram e foram se organizando as pequenas e grandes atividades econômicas como: engenhos de erva-mate, moinhos, serrarias, usinas, oficinas, marcenarias, entre outros.

A formação da cidade de Joinville, salvo algumas diferenças por parte de localização geográfica e “escala espacial do fenômeno” (SANTANA, 1998, p. 20), segue a mesma linha dos acontecimentos nacionais.

Esse pressuposto evidencia que na cidade de Joinville houve pelo menos três ciclos econômicos distintos: o ciclo colonial, que ocorreu entre os anos de 1851 e 1901, quando chegaram os primeiros imigrantes; o ciclo comercial, entre 1920 e 1945, quando Joinville se transformou num ponto de referência de mercados do Sul; e o ciclo da industrialização, no período de 1945 até o fim da década de 1970, ocasionando para a cidade uma grande dificuldade, ou seja, a falta de infraestrutura urbana básica, principalmente, na ocupação de áreas de preservação ambiental (ROCHA, 1997).

Dessa forma, é possível considerar que o processo de utilização da natureza, principalmente em Joinville, foi fortemente influenciado pelos ciclos econômicos, conforme expõe Santana,

[...] em um primeiro momento, os ciclos extrativistas e a agromanufatura de exportação impuseram uma forma específica de organização espacial, os quais alteraram sobremaneira a natureza. Por sua vez, o processo de industrialização, iniciando em meados do século XIX e início do século XX, engendrou diferentes formas de organização do espaço e utilização dos recursos naturais, que resultaram em novas formas de poluição e agressão ao meio ambiente (SANTANA, 1998, p. 20).

Paralelamente ocorria o aumento do desempenho industrial da cidade, que com as transformações que estavam ocorrendo no Brasil, como a substituição das importações, e com as medidas modernizadoras propostas por Getúlio Vargas, depois viriam as indústrias automobilísticas e o governo de Juscelino Kubitschek, com sua campanha de “cinquenta anos em cinco” (TERNES, 2001).

O processo crescente de urbanização provoca toda a diferença no espaço, as mudanças geradas fazem com que as cidades se tornem um local com

características de produção industrial, com muitas técnicas, assim Santos (2012, p. 46), expõe que:

[...] meio urbano é cada vez um meio artificial, fabricado com restos de natureza primitiva, crescentemente encobertos pelas obras dos homens. A paisagem cultural substitui a paisagem natural e os artefatos tomam, sobre a superfície da terra, um lugar cada vez mais amplo.

Esses fatores citados, assim como essa modificação no meio natural, causam influência diretamente na industrialização da cidade de Joinville, uma vez que naquele período iniciou-se o surgimento de algumas das maiores indústrias, ainda em funcionamento na atualidade no país, como a Fundação Tupy, Consul, Döhler, Tigre e Embraco.

Assim, como na década de 70 a industrialização brasileira foi intensa, a de Joinville também foi crescente, e “as indústrias Joinvilenses, já amadurecidas, investiram nas fundações de novas unidades fabris, de suporte para sua atividade principal ou em outros tipos de setores, formando os grandes grupos empresariais” (ROCHA, 1997, p. 59).

Diante desses fatos, foi necessário manter os contatos com a Europa, fato esse que já ocorria desde a fundação da Colônia, principalmente pela necessidade de aquisição de matérias-primas, equipamentos e mão de obra qualificada. No entanto, conforme foram sendo disponibilizados esses itens nacionalmente, a matéria-prima estrangeira foi substituída.

De acordo com Rocha (1997, p. 71) “os contatos com o exterior eram necessários para aquisição de matéria-prima, de equipamentos, de tecnologia, para contratação de mão-de-obra qualificada e para o aprimoramento dos conhecimentos”. Explica Rocha (1997, p. 56) ainda que,

[...] mesmo Joinville não situando-se no contexto geográfico, distante do centro econômico nacional, são as indústrias do setor metal-mecânico e químico-plástico que se destacam, transpondo problemas, até então relevantes, como a distância do grande mercado consumidor em formação e a geração de tecnologias para o aumento da produtividade e qualidades dos produtos.

Conjectura-se assim que o intenso processo de imigração, que ocorreu em Joinville na década de 70, fez com que a hegemonia dos tempos coloniais cedesse

lugar a um ambiente de diversidade cultural e étnica, visto que milhares de pessoas, vindas de várias partes do Brasil, foram tornando-se cidadãos joinvilenses.

Por conta desse processo de migração a população teve um crescimento ampliado entre os anos de 1970 e 1980, como observado na Tabela 1.

Tabela 1 - Crescimento populacional em Joinville/SC, entre 1960 e 2010

ANOS	TAXAS MÉDIAS %	INÍCIO DA DÉCADA	FINAL DA DÉCADA
1950 a 1960	6,07	43.334	69.677
1960 a 1970	6,04	69.677	126.095
1970 a 1980	6,45	126.095	235.812
1980 a 1991	3,54	235.812	347.151
1991 a 2000	2,21	347.151	429.604
2000 a 2010	1,69	429.604	515.250

Fonte: Primária (2013, adaptada de IPPUJ, 2012, *web*)

Como evidencia Ternes (2001) ao relacionar a oferta de empregos com o processo de migrações, o que ocasionou um desenvolvimento econômico e novas manifestações culturais,

Empregos aos milhares, e milhares de novos habitantes, vindos de todas as partes do Sul do Brasil, com maior incidência de catarinenses do Sul e do Vale do Itajaí, bem como de paranaenses e paulistas. De repente, em pouco mais de duas décadas, entre os anos de 1950 e 1970, Joinville se tornou nacionalmente conhecida por dois grandes ícones: a bicicleta, meio de transporte usado por 60 mil dos 120 mil habitantes de então, dando a Joinville o cognome de “Cidade das bicicletas”, e [...] “Cidade das Flores” em razão da festa anual das flores e artes e dos jardins em profusão numa cidade que mantinha tradições europeias em sua arquitetura, culinária, folclore e no “jeito reservado” de viver (TERNES, 2001, p.12).

Essas manifestações culturais demonstram que a cidade mesmo passando por esse processo de transformação, mantém até nos dias atuais, o apelido de Cidade das Flores (Figura 13) e todo ano, esse apelido é comemorado com uma grandiosa festa, que de acordo com o site oficial da Festa (2013, *web*) “há cem anos Joinville é considerada a Cidade das Flores, no entanto, há 75 anos é celebrada essa tradição que está presente no dia a dia e na alma do joinvilense”.

A Festa das Flores¹⁴ faz circular o “amor que a cidade tem pelas flores” (2013, *web*), essa festa ocorre juntamente a outras tantas festas populares que acontecem durante o ano todo, como a Festa do Arroz, do Bandoneon, do Tiro-Rei, do Colono. Ainda no *site* da Festa (2013, *web*) é descrito que essas festas servem para “representar eventos que resgatam o cotidiano rural e a celebração das colheitas, além de [...], reunir a família para um momento de lazer, de provar comidas típicas e de apreciar as diversas manifestações culturais”.

Figura 13 - Festa das Flores - 2012



Fonte: Festa das Flores (2013, *web*)

Do mesmo modo, as bicicletas ainda são utilizadas na cidade (Figura 14), no entanto com muito menos espaço do que em épocas anteriores, porque quando aconteceu o processo de massificação no país, principalmente pela intensificação da industrialização, elas foram utilizadas como “veículo da classe trabalhadora” (MUBI, 2013, *web*), para poderem se deslocar aos seus locais de trabalho.

Em Joinville o parque fabril é extenso e diversificado, a forma de locomoção dos trabalhadores para o trabalho, era por meio da bicicleta. No entanto, como houve um acelerado processo de crescimento urbano o incentivo ao uso da bicicleta como meio de transporte foi deixado de lado, pela opção dos veículos motorizados (MUBI, 2013, *web*). Na atualidade, a bicicleta é utilizada na cidade, mais como veículo de lazer, do que deslocamento ao trabalho¹⁵.

¹⁴ A Festa das Flores, pelo seu viés histórico na cidade, pode ser considerada como uma tradição da cidade de Joinville/SC, desta forma, merece um estudo aprofundado, não sendo objeto da temática dessa dissertação.

¹⁵ A bicicleta e seu uso em Joinville/SC merece um estudo aprofundado, não sendo temática dessa dissertação.

Figura 14 - Bicicletas na cidade de Joinville/SC - 2013



Fonte: MUBI (2013, *web*)

Com a intensificação e aceleração da urbanização devido a esse crescimento da população, não foi somente o uso das bicicletas que sofreu alterações, mas também os parques fabris, “os discursos de modernidade eram sempre associados ao avanço industrial” (GUEDES, 2010, p. 32), sendo a Fundação Tupy uma referência nessa questão, principalmente pela transferência da indústria do bairro central para o bairro Boa Vista, em 1954 (Figura 16), que contribuiu para o povoamento e urbanização de espaços verdes de grande parte dos bairros da Zona Leste.

De acordo com Guedes (2010), o local onde seria instalada a fábrica, tinha acesso para a Baía da Babitonga, e isso facilitaria a construção de um cais para o escoamento da produção e o recebimento de matéria-prima. No entanto, como era mata fechada, foi preciso implantar toda a infraestrutura para abrigar a nova unidade, principalmente a construção de ruas.

O bairro Comasa (Figura 15) surgiu devido a essa empresa, os trabalhadores começaram a construir as moradas para ficarem mais próximos de seu local de trabalho e de uma grande fonte geradora de empregos (IPPUJ, 2012). O local onde a indústria se instalou tinha um acesso difícil, portanto como já mencionado, foi necessária a abertura das ruas, mas principalmente a construção de moradias para os trabalhadores e suas famílias.

A empresa, para manter os trabalhadores, “naquele local inóspito onde havia se instalado” (GUEDES, 2010, p. 34), colaborou para a construção das moradias, constituindo infraestrutura aos seus empregados.

Figura 15 - Construção do Comasa no bairro Boa Vista - 1960 e 1969

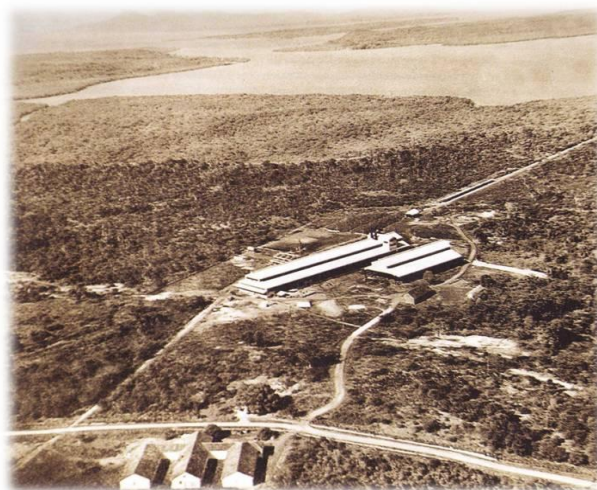


Fonte: Guedes (2010, p. 35 e 103)

Dessa forma, a área verde exuberante pertencente à Baía da Babitonga teve seu entorno todo modificado com o crescimento do parque fabril da empresa. Houve inúmeras alterações na área, sendo que na atualidade grande parte dessa região foi totalmente transformada, ocorrendo uma mudança no desenho da paisagem local.

A Figura 16 mostra a Fundação Tupy no ano de 1954 com a recente implantação da nova indústria. Segundo Guedes (2010) “a Tupy era considerada um exemplo do tão almejado progresso que toda a cidade desejava alcançar”. A máquina fotográfica distancia-se do lugar e enquadra um espaço muito maior do que a primeira imagem. Mostra a força e o tamanho da Fundação e, ao mesmo tempo, sugere um desenho geométrico e organizado no qual a força do homem é maior do que a força da natureza.

Figura 16 - Vista aérea da Fundação Tupy no bairro Boa Vista - 1954



Fonte: Guedes (2010, p. 31)

Como pode ser observado a Fundação Tupy (Figura 16), no ano de 1954 na recente implantação da nova indústria, e no ano de 2009 (Figura 17), a ampliação da estrutura do parque fabril, além da transformação do seu entorno.

Figura 17 - Vista aérea da Fundação Tupy no bairro Boa Vista - 2009



Fonte: Panoramio (2012, *web*)

Essas transformações no entorno das estruturas dos parques fabris foram levadas em consideração quando se definiu o Plano de Estruturação Urbana no ano de 1987 (IPPUJ, 2012), com o objetivo de propor novas reflexões sobre o destino da cidade e a qualidade de vida da população, além das áreas de interesse de preservação, que nas palavras de Sganzerla (2001, p. 61) “considerou-se a inserção do componente ambiental no processo de planejamento e estruturação da cidade”.

Foi pensando nessas áreas de interesse de preservação que houve necessidade de “[...] reconheceram-se as áreas com características especiais definindo-se tratamento urbanístico diferenciado com destaques para as áreas de morro e espaços urbanos reconhecidamente de interesse urbanísticos e ambientais” (SGANZERLA, 2001, p. 61).

Devido a essa visão é que foram reconhecidas as áreas com características especiais e de utilização do meio ambiente de Joinville, por meio das unidades de conservação da natureza, das unidades de uso sustentável, das áreas de proteção ambiental e das unidades de conservação municipais. No Quadro 3 serão descritas as características das unidades de conservação do município.

Quadro 3 - Unidades de conservação no município de Joinville - 1984-2004

Unidade de Conservação	Decreto de Criação	Área	Importância	Categoria de manejo
Parque ecológico Rolf Colin	Decreto Municipal n.º 6.959/92	16,30 km ²	Preservação da floresta atlântica e da fauna. Beleza paisagística	PI (proteção integral)
Parque Municipal da Ilha do Morro do Amaral	Decreto Municipal n.º 6.182/89	2,70 km ²	Turística. Histórica. Proteção do manguezal e dos sítios arqueológicos.	PI (proteção integral)
Estação Ecológica do Bracinho	Decreto Estadual n.º 22.768/84	46,10 km ²	Proteção à fauna e flora. Manutenção do regime hidrológico para garantir abastecimento público de água.	PI (proteção integral)
Área de proteção ambiental da Serra Dona Francisca	Decreto municipal n.º 8055/97	408,42 km ²	Preservação dos recursos hídricos de forma a garantir o abastecimento público de água potável. Turismo rural	US (Uso sustentável)
Área de Relevante interesse ecológico do Morro do Boa Vista	Decreto municipal n.º 11.005/03	3,90 km ²	Lazer e Educação Ambiental. Valorização da Mata Atlântica e da sua fauna.	US (Uso sustentável)
Reserva particular do Patrimônio Natural do Caetezal - RPPN	Portaria do IBAMA n.º 168/01	46,13 km ²	Preservação dos recursos hídricos e proteção da fauna e flora.	US (Uso sustentável)
Parque Municipal Morro do FINDER	Decreto municipal n.º 7.056/93	0,50 km ²	Preservação e conservação dos recursos naturais.	PI (proteção integral)
Parque Natural Municipal da Caieira	Decreto municipal n.º 11.734/04	1,27 km ²	Preservação dos ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza paisagística. Possibilitar pesquisa científica e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental.	PI (proteção integral)

Fonte: IPPUJ (2011, p. 36)

Ao estabelecer essas unidades de conservação, a cidade de Joinville busca a preservação, a manutenção e a utilização sustentável dos espaços, as características naturais relevantes, além das paisagens que guardam certas marcas do período de fundação até os dias de hoje, mesmo passando por um processo de modificação caracterizado pelas ações humanas.

A ação humana interfere nos espaços, assumindo a temporalidade da história humana, bem como o tempo da natureza, e segundo Santos (2004, p. 54) “são testemunhos de um momento do modo de produção e de um momento do mundo, pois a paisagem é o resultado de uma acumulação de tempos”.

Portanto, a paisagem de Joinville foi sendo construída, destruída, reconstruída e transformada, seguindo um caminho em que o tempo histórico foi cunhado principalmente pelos ciclos econômicos. Hoje se percebe em Joinville o

resultado das ações do homem na natureza, no tempo e no espaço, ecoando num sistema que possui relações com a memória e a cultura no seu entorno, guardando aspectos simbólicos e ambientais na paisagem estabelecida.

Como já mencionado no capítulo anterior, o artigo 3º da Portaria que estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira, prevê que mesmo com o dinamismo que ocorre entre a ação humana e a cultural, principalmente em determinadas porções do território nacional, ela deve sempre conviver com as transformações econômicas e sociais que ocorrem, mas, no entanto, devem buscar ser inerentes ao processo de sustentabilidade e com isso aplicar a preservação do patrimônio. Essa junção de preservação e sustentabilidade pode ser remetida, segundo a UNESCO (2013, *web*), nas paisagens culturais, porque são elas que,

[...] refletem técnicas específicas de utilização sustentável das terras, tomando em consideração as características e os limites do ambiente natural em que são estabelecidas, bem como uma relação espiritual específica com a natureza. A proteção das paisagens culturais pode contribuir para as técnicas modernas de utilização sustentável e de desenvolvimento das terras, ao mesmo tempo que se conservam ou melhoram os valores naturais da paisagem. A existência continuada de formas tradicionais de utilização das terras apoia a diversidade biológica em muitas regiões do mundo. Daí que a proteção das paisagens culturais tradicionais seja útil para a manutenção da diversidade biológica.

A cultura de preservação da paisagem cultural está crescendo consideravelmente, à medida que a população entende e compreende que não se pode jogar fora o passado e toda a sua história. É preciso considerar o passado como o presente histórico, a ser transmitido de geração para geração com o passar dos anos, seu passado rico em valores culturais, trazidos com os imigrantes que ampliaram visões culturais “e com ela tradições, idioma, costumes, crenças” (S. THIAGO, 2001, p. 16).

No que se refere ao patrimônio construído na cidade de Joinville, em sua maioria, pertence ao patrimônio da colonização do município. Percebe-se que, na sua maioria, as edificações sofrem reformas nas fachadas, mas a função mantém-se desde os primórdios da colonização.

Entende-se que as transformações ocorridas ao nível econômico não foram suficientes para mudar o modo de se colocar no território, o que desvenda uma

forma conservadora como algumas casas autênticas em enxaimel¹⁶ que mesclam as influências dos imigrantes, com as adaptações necessárias ao local. Buscou-se a reforma ao invés da inovação dos espaços, e a ampliação e o desenvolvimento industrial dependeram das verbas dos empresários que mostraram a preferência pelo tradicional e consagrado (DE MIRA, 2012). Dessa forma, antigas fábricas ainda preservam suas chaminés (Figura 18), como marcos do patrimônio industrial.

No entanto, a cidade deveria adotar um ponto de vista mais amplo na sua forma de mostrar que uma política de conservação deverá considerar os movimentos da história da arquitetura e urbanismo.

Figura 18 - Chaminé da Indústria Wetzel e Moinho Santista - 2008



Fonte: Wetzel (2013, *web*); Moinho Santista (2013, *web*)

Nas últimas décadas, a busca de alternativas para um novo modelo de desenvolvimento no qual se procura vincular a questão cultural aos direitos da cidadania, tanto os direitos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais favorecem as mais diversas expressões na área de patrimônio cultural, fomentando assim a legislação específica para essa finalidade.

Essa tendência fica visível no documento instituído pelo Plano Municipal da Cultura (PMC), realizada em 2012 em Joinville que sugere como pressuposto para a

¹⁶ O Enxaimel é uma antiga técnica construtiva, na qual uma estrutura de madeira é encaixada e tem seus vãos preenchidos por tijolos ou taipa, sendo um dos principais legados da colonização alemã.

identidade da cidade, o alinhamento do desenvolvimento com a sustentabilidade, voltado para que os diferentes setores tenham o entendimento que:

[...] o processo de desenvolvimento da cidade, em seus múltiplos aspectos, deve considerar como pressuposto essencial e fundamental para sua viabilização, a cultura e o conjunto de políticas e práticas que dela emana. O desenvolvimento pela cultura se alcança através da transversalidade. No trabalho conjunto entre os diferentes difusores culturais, deve-se integrar a política cultural às de educação, [...] planejamento urbano e rural, preservação ambiental (PMC, 2012, p. 36).

O poder público e a sociedade civil entendem a importância da preservação do patrimônio cultural e natural da cidade, com vistas a promover a qualidade de vida da população e novas formas de desenvolvimento econômico e social; para garantir a sustentabilidade, são necessários novos instrumentos de valorização da diversidade cultural do patrimônio de Joinville (PMC, 2012).

Na atualidade, existem muitos espaços nas áreas centrais da cidade que sofrem pelas dificuldades de preservação e manutenção, principalmente das edificações e das paisagens. Então, segundo o PMC (2012, p. 114) somente os “processos de reordenamento da paisagem urbana propiciarão novas percepções e valorações do espaço vivido socialmente”.

Para Ribeiro (2001, p. 76) é preciso que uma cidade seja pensada no sentido de otimizar “[...] os recursos existentes e seu uso, de forma que a população possa se inserir nesse contexto não como usuária, mas como co-autora e responsável pela nova paisagem que será construída”. A conservação da paisagem cultural e o processo de desenvolvimento têm uma estreita relação que não pode ser separada, mas integrada, uma vez que uma depende da outra.

No município de Joinville existem várias paisagens que são apropriadas para mostrar a cidade para o mundo, essas paisagens são consideradas representativas do local, que conforme Candau (2011) são os “signos memoriais”, assim denominados por mostrar a cultura da cidade, além de servirem para veicular informação, como ativar as lembranças das pessoas, sobre acontecimentos envolvendo essas paisagens.

Nessa descrição, pode-se citar alguns pontos: Alameda Brüstlein, Cascata do Piraí, Morro do Boa Vista, Baía da Babitonga (Figura 19), Estrada Dona Francisca (Figura 20), a Estrada Bonita. De acordo com Sganzerla (2001, p. 66).

[...] regiões ainda preservadas como as **estradas** da Ilha, Dona Francisca, **Bonita**, áreas de mananciais de abastecimento d'água, o distrito de Pirabeiraba, entorno do Aeroporto, canal do Rio Cubatão, Morro do Amaral e o Rio Palmital merecem atenção especial. São sítios que apresentam a paisagem natural da antiga Colônia, com características especiais de ocupação e uso do solo, traços culturais próprios e com grandes potencialidades turístico-ecológicas.

A Baía da Babitonga tem como pano de fundo a Serra do Mar, que liga a cidade de Joinville a ilha de São Francisco do Sul, possuindo importantes remanescentes da Mata Atlântica. Sua beleza natural é exuberante, fazendo com que essa região seja muito frequentada por turistas. As margens da Baía servem de fonte de renda para milhares de pescadores que residem no seu entorno, que podem dispor de 24 ilhas no seu entorno para extração de peixes.

Figura 19 - Baía da Babitonga - 2012



Fonte: Radar Sul (2013a, *web*)

O surgimento da Serra Dona Francisca deu-se em decorrência da abertura da Estrada Dona Francisca na segunda metade do século XIX e segundo Grein (2012, p. 15) “pela Serra, podemos percorrer estradas seculares tendo o verde da mata atlântica como pano de fundo para a apreciação de elementos arquitetônicos edificadas a longa data”.

Essa obra tem um importante valor histórico para a cidade de Joinville, pois permitiu a ligação das terras da Colônia Dona Francisca com o planalto de Curitiba, permitindo o escoamento de mercadorias, principalmente a erva-mate, produto que forneceu as bases para a industrialização da cidade¹⁷.

¹⁷ A Serra Dona Francisca, por apresentar características singulares, merece um estudo aprofundado que não é objeto de estudo desta dissertação.

Figura 20 - Panorama da Serra Dona Francisca – 2012



Fonte: Primária (2013)

Atualmente a Serra Dona Francisca é uma área de proteção ambiental, regida por leis de preservação que normatizam seus usos, e um local amplamente divulgado pelos órgãos que promovem o turismo na região, com a utilização dos recursos possibilitados pela natureza, ligados ao turismo rural, como também os ligados ao de representações culturais (GREIN, 2012).

A cidade contempla ainda outros espaços, “símbolos de memória”, como a Alameda Brüstlein conhecida como Rua das Palmeiras (Figura 21), o terminal de Ônibus no Centro de Joinville, o Mercado Municipal, a Estação da Memória, na antiga sede ferroviária já mencionada no capítulo anterior, que também são exemplos de lugares que evocam memórias e significados aos moradores da cidade e que representam parte de sua história, de sua cultura e, por conseguinte, elementos da paisagem cultural local.

Esses espaços estão evidentes na memória das pessoas que durante as entrevistas realizadas, para coleta de dados deste estudo, fizeram menção diretamente a esses pontos da cidade.

De acordo com Pelegrini (2006, p. 116) são “nos recônditos da memória que residem aspectos que a população de uma dada localidade reconhece como elementos próprios da sua história [...] das paisagens naturais ou construídas”.

Indo ao encontro desse pensamento, considera-se a memória como vínculo do ser humano com o seu tempo histórico, justamente por possibilitar a ele a percepção da sua participação como “sujeito da história”, que o torna ciente das

questões sociais que envolvem os lugares onde vive (paisagem), seus espaços de produção e cultura (PELEGRINI, 2006).

Figura 21 - Vista da Alameda Brüstlein de Joinville - 2012



Fonte: Radar Sul (2013b, *web*)

Como um centro urbano e industrial há também que se falar da inusitada sintonia da área urbana com a rural em Joinville. Referência como um polo industrial, é estranho pensar que Joinville possa também trazer em seu cabedal cultural os costumes e tradições da vida rural, e que em muitos pontos da cidade esse entrecruzamento de culturas pode ser percebido, seja num ambiente em que o natural está mais presente, seja em espaços em que a ação do homem se faz visível, é importante perceber que a identidade do cidadão joinvilense está relacionada com a paisagem cultural que se forma em seu entorno. Nesse sentido, o ser humano além de produtor de sua cultura passa a ser um interpretador, um leitor do lugar com o qual convive.

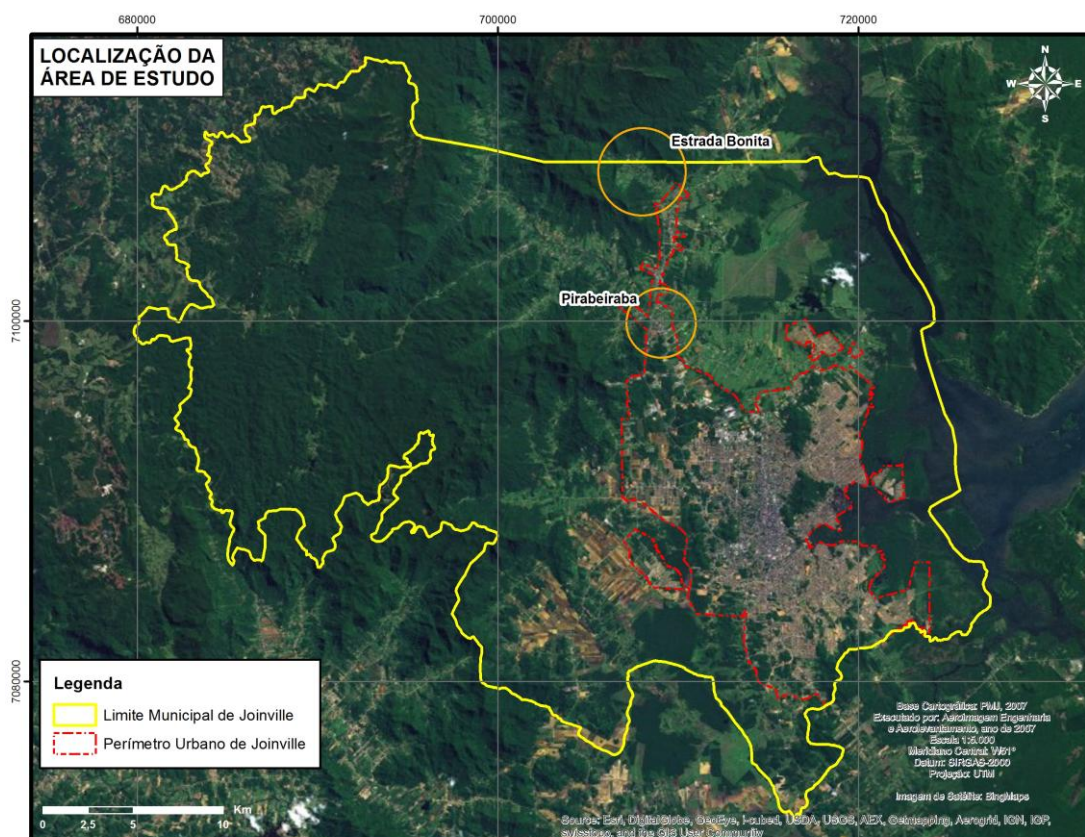
Assim sendo, o próximo capítulo apresenta e analisa os relatos de pessoas cuja memória está relacionada aos lugares ou espaços considerados paisagem cultural na cidade de Joinville, usando como recorte espacial a Estrada Bonita, no Bairro Rio Bonito.

3 ESTRADA BONITA: PAISAGEM CULTURAL DE JOINVILLE?

Neste capítulo serão analisadas as entrevistas profundas, que foram realizadas com o objetivo de compreender o que esses sujeitos de pesquisa consideram como paisagem na cidade de Joinville, principalmente o quanto é paisagem da área conhecida como Estrada Bonita (Figura 22).

Para poder entender como a Estrada Bonita é percebida, foram registrados relatos de pessoas que conhecem a cidade há mais de 40 anos, ou que já estiveram ou moraram na Estrada Bonita, assim como com o viveram e trazem à memória as transformações pela qual a cidade de Joinville tem passado.

Figura 22 - Localização da área de estudo do limite da cidade de Joinville/SC - 2013



Fonte: CCJ (2013)

Foram entrevistadas oito pessoas, cinco das quais são moradoras da Estrada Bonita, e a escolha dessas cinco pessoas se deu pelo fato de serem produtores rurais que praticam o Turismo Rural. Já a seleção das outras três pessoas, se deu

pelo fato de serem residentes na cidade há mais de quarenta anos, estarem envolvidas com o ambiente universitário, e assim optou-se por professores residentes em Joinville/SC. A classificação dos sujeitos de pesquisa pode observado no Quadro 4.

Quadro 4 – Classificação dos sujeitos da pesquisa

Nome/Sigla	Classificação
AH	Morador residente na Estrada Bonita
AJR	Morador residente na cidade e professor
AJS	Morador residente na cidade e professor
AK	Morador residente na Estrada Bonita
IP	Morador residente na Estrada Bonita
MD	Morador residente na Estrada Bonita
RH	Morador residente na Estrada Bonita
RS	Morador residente na cidade e professor

Fonte: Primária (2013)

Durante as entrevistas foi possível perceber que os relatos levantados também podem ser analisados como indicadores das transformações nas paisagens na cidade como um todo, embora o foco tenha sido centralizado na paisagem da Estrada Bonita, outros lugares foram considerados como parâmetro comparativo.

Antes, contudo, de iniciar as análises dos dados levantados, é essencial proceder com uma retomada do contexto geográfico e histórico da localidade de Joinville/SC (Figura 22), que foi explanado no capítulo anterior e da Estrada Bonita, informações que auxiliarão para a interpretação das informações encontradas, afinal “a humanização das paisagens implica em um olhar sobre a história” (CLAVAL, 2004, p. 19).

O ano de 1858 foi um período importante para o desenvolvimento da Colônia Dona Francisca¹⁸, e também para a região do nordeste catarinense, e foi naquele ano que se iniciaram os trabalhos de construção da Estrada da Serra, que mais

¹⁸ O médico germânico Robert Christian Berthold Avé-Lallemant, presenciou e descreveu aspectos dos primeiros anos de vida na Colônia, incluindo os trabalhos da já Estrada Dona Francisca. Mas, o que chama a atenção, é a que ele veio ao Brasil, como convidado de Alexander Von Humboldt para participar da expedição Novara ao Brasil. Alexander Von Humboldt, como já mencionado, foi o primeiro a tratar da questão da paisagem.

tarde recebeu o nome de Serra Dona Francisca, tendo servido para a fundação de um segundo núcleo colonial, segundo Grein (2012, p. 28) “[...] se buscavam traçados para subir a serra em uma tentativa não apenas de estabelecer laços com outras vilas, como também de expansão da Colônia sobre áreas não povoadas do planalto”.

Esse segundo núcleo já estava previsto no século XIX com a “conclusão da estrada sobre a picada já existente, que ligava o local chamado Três Barras, nas imediações de Garuva, ao planalto de Curitiba” (GREIN, 2012, p. 25), onde surgiu a Estrada Dona Francisca, caminho utilizado para conduzir mercadorias até a Vila de São Francisco (GREIN, 2012).

A construção da estrada ligando a Colônia Dona Francisca ao planalto começou com uma picada (Picada Francesa¹⁹) e foi a partir desta picada aberta da área de Annaburg (atual região do Bairro Vila Nova) em direção ao Cubatão, que se estabeleceu por muitos anos a comunicação entre Pedreira (primeiro nome de Pirabeiraba) e as obras da Estrada da Serra. No entanto, Léonce Aubé defendia a construção de outra estrada para chegar ao Planalto, e assim ele empregou todos os esforços para que fosse realizada a obra, segundo Grein (2012, p. 40),

A Estrada Três Barras, como já dito, teria sido durante algum tempo o único ramal de abastecimento da Colônia Dona Francisca. Em direção a essa estrada seguiam os trabalhos de abertura de uma picada coordenados por Léonce Aubé, obra financiada pelo governo imperial. Porém, ao mesmo tempo, a direção da Colônia explorou outro traçado, este financiado pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo. Os dois projetos teriam o mesmo objetivo: explorar uma via de comunicação com o planalto.

Essa via servia como meio de ligação entre o planalto e o litoral, um ponto que “todos os anseios da Colônia pudessem ser concretizados, referindo-se aos ideais de desenvolvimento da Colônia por intermédio de estradas rumando ao interior” (GREIN, 2012, p. 28) e assim, chegou ao local onde seria fundada Pedreira.

As primeiras referências ao segundo núcleo colonial depois de Joinville, hoje o distrito de Pirabeiraba são percebidas na reprodução feita por Ficker (2008, p. 122), da carta do negociante Gustav Mueller, escrita em janeiro de 1853, onde,

¹⁹ Em homenagem a Louis François Léonce Aubé, engenheiro francês, Vice-Cônsul da França em Santa Catarina e representante do Príncipe de Joinville.

Desde a minha última notícia a colônia já mudou bastante, e em lugar do mato alto e escuro, vêem-se plantações de arroz, milho e cana. Os que inicialmente perderam coragem e desistiram, agora são convencidos do êxito da Colônia e reiniciaram as suas plantações. Falando de mim, arrendei o meu chão desde novembro e mudei para um local afastado duas horas e meia de Joinville e perto da Serra azulada, chamada “Serra da Coritiba”. Já se estabeleceram muitos colonos neste lugar [...] esse novo núcleo é chamado “Águas Vermelhas” [...] a duas horas de caminhada da minha venda e com um barulho ensurdecedor, cai à gigantesca Cascata do Rio Pirai [...] mais para o norte umas vinte léguas e acima da serra encontra-se a cidade de Coritiba [...] a uma hora daqui mato dentro existe um rio muito bonito de águas límpidas com abundância de peixes, chamado Rio Botucas.

Em virtude dessa expansão, chegou então a Joinville em março de 1859, o conselheiro Luiz Pedreira de Couto Ferraz, com a finalidade de inspecionar o andamento das obras da estrada. Assim, com esse objetivo percorreu a estrada em construção, com o Sr. Léonce Aubé, que na data de 15 de abril de 1859 havia doado ao conselheiro um lote de 500 braças quadradas na área, fundando Pedreira, em sua homenagem e que mais tarde recebeu o nome de Pirabeiraba (ESTEVEZ, 2010), denominação que se originou do rio que corta a região e que quer dizer “peixe brilhante” (IPPUJ, 2012, *web*).

Esse espaço foi recebido como o primeiro dos lotes coloniais justamente por estar no ponto estratégico distribuído pela abertura da clareira nas proximidades do Rio Cubatão, onde desembocava os três caminhos: Picada Francesa e Caminho do Cubatão, vindos da Colônia e a Picada do Pinto, em direção a Três Barras (PR). Os limites da área urbana e da área rural de Joinville constam em Lei municipal²⁰, que delimita também a política administrativa do município. Assim, a Estrada Bonita pertence ao Distrito de Pirabeiraba, que foi oficialmente criado pela lei nº 1.526/77²¹ (IPPUJ, 2012).

O Distrito de Pirabeiraba localiza-se ao norte do município de Joinville (Figura 22), com uma área total de 441,22 km², tendo na sua divisão zona urbana e zona rural, além de ser dividido em três bairros, o centro, o bairro Dona Francisca e o bairro Rio Bonito.

A localidade do bairro Rio Bonito está situada ao norte de Pirabeiraba, com uma área total de 5,71km², sendo composta por uma população aproximada de seis mil habitantes (IPPUJ, 2012). Nessa localidade existem vários atrativos naturais,

²⁰ Lei nº 27/96, na descrição do perímetro urbano e na Lei Estadual nº 11.340, de 08 de janeiro de 2000. Os limites do município foram alterados e a Lei nº 13.993, de 20 de março de 2007, consolida as alterações (IPPUJ, 2012).

²¹ Lei Municipal nº 1.526, de 05 de julho de 1977, e na Lei nº 1.681, de 10 de setembro de 1979, que define a porção urbana e rural (IPPUJ, 2012).

cachoeiras e fauna de mata atlântica. Sua população tem como predominância a colonização germânica, distribuídos em várias estradas, dentre elas a “Estrada Bonita” que segundo Esteves (2010, p. 14) é assim denominada “por ser cortada por um rio que apresenta uma aparência bela e tranquila”.

A Estrada Bonita, que oficialmente chama-se Estrada Rio Bonito, está situada à margem da BR-101, no sentido Norte-Sul, a uma distância aproximada de 20 km do pórtico principal de entrada da cidade. Essa porção do território apresenta uma singularidade de beleza com encantos naturais, características estas de peculiaridade que fazem parte do processo para a definição da categoria de paisagem cultural.

Retomando os diversos conceitos de patrimônio, cultura e paisagem cultural, é impossível desvincular determinado objeto (nesse caso, paisagem) cultural das pessoas para as quais ele será significativo. Afinal, são seus usos que o tornam representativo dessa categoria patrimonial, assim volta-se a. se é possível então, afirmar que a Estrada Bonita é, de fato, uma “paisagem cultural”?

Pensando nesse pressuposto é que foram definidas as pessoas para as entrevistas, sobre vivências e memórias associadas ao patrimônio cultural da cidade de Joinville. Assim de acordo com Candau (2011, p. 16),

Se identidade, memória e patrimônio são “as três palavras-chave da consciência contemporânea” – poderíamos, aliás, reduzir a duas se admitimos que o patrimônio é uma dimensão da memória – é a memória, podemos afirmar, que vem fortalecer a identidade, tanto no nível individual quanto no coletivo: assim, restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir sua identidade.

Nas entrevistas, um aspecto marcante foi a maneira apaixonada como os moradores se referem à Estrada Bonita, que mesmo conhecendo/morando em outros lugares, é ali, naquele espaço, que eles querem permanecer. O sentimento de “pertencer àquele lugar”, de coletividade, produzem lembranças, que são guardadas de cada época de suas vidas e acabam reproduzindo constantemente, fazendo com que isso se perpetue, gerando o sentimento de identidade (HALBWACHS, 2006).

Esse sentimento de identidade pode ser observado no relato do Sr. AK²², morador da Estrada Bonita desde seu nascimento, quando descreve a história da

²² Neste estudo, os nomes das pessoas entrevistadas serão abreviados com siglas por razões éticas e previstas no TCLE.

Estrada Bonita. Sua narrativa remete a várias gerações de moradores, *“hoje na propriedade nós somos a quarta geração”*. Ainda nas palavras do Sr. AK, *“meu bisavô, então, adquiriu esse valezinho, conhecido como Estrada Bonita, do governo, era dos príncipes de Joinville. Na verdade era Caminho Bonito [...] só uma trilha no meio da mata”*.

Como referência à Estrada Bonita, pode-se perceber que o Sr. AK demonstra conhecer a história do local onde reside, ao descrever situações que estão sendo transmitidas de geração em geração: *“[...] na verdade meus bisavôs vieram da Alemanha [eles] eram [em] três irmãos, meu avô na verdade foi o colonizador do local. Um foi para o Rio de Janeiro e o outro para Minas. Depois da Segunda Guerra Mundial a gente perdeu o contato com eles, porque os alemães eram muito caçados naquela época, não podia falar (alemão), muito menos se comunicar. Hoje eu entro em contato com um e outro, [...] na internet e tudo. [...] ele (avó) acabou vendendo algumas propriedades do lado direito, para imigrantes da mesma época. E depois começaram a trabalhar com madeira, era o trabalho deles, construir casas, pontes e estradas [...] Depois mais tarde, ele tinha nove filhos, e acabou dividindo o restante da propriedade para os filhos”*.

A manutenção da história de geração em geração é reafirmada por Halbwachs (2006, p. 31), quando diz que *“para confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material ou sensível”*, que é o que acontece quando o Sr. AK discorre sobre ligação da abertura da estrada com sua família, assim como com orgulho o Sr. RH coloca que ainda preserva *“[...] um pedaço do rancho [que está em sua família] há 113 anos”* (Figura 23).

Figura 23 - Foto do rancho da família Hatennhauer - 2013



Fonte: Primária (2013)

Os relatos do Sr. AK recuperam as dificuldades em como sobreviver, num local “no meio da mata”, e diante dessa situação, essas pessoas começaram um processo de extração da madeira (para fazer suas moradias) e a agricultura para seu consumo.

Dessa forma, na medida em que o homem começa o processo de interação com a natureza, surge também uma relação cultural, transformando o espaço, e essa modificação do espaço para Santos (2012, p. 70) “é resultado de uma ação dos homens agindo sobre o próprio espaço por meio de objetos naturais e artificiais”.

A força de trabalho dos agricultores, que começaram a produzir produtos para a sua subsistência, modificaram o espaço e a natureza, situação observada na carta do negociante Gustav Mueller, já citada, e transcrita por Ficker (2008, p. 124) ele declara que,

[...] a lavoura rende bastante para viver e ganhar dinheiro, apesar do trabalho imenso no preparo do chão e desmatamento das florestas, um morgen²³ plantado de cana de açúcar rende entre 190 e 200 mil réis, quando aproveitado para o fabrico de cachaça. Para o pequeno colono, a plantação de arroz, milho, feijão e mandioca é mais recomendável.

Mesmo com todo o processo de industrialização que ocorreu na cidade, a base do setor primário do município de Joinville ainda é constituída da agricultura

²³ *Morgen*: unidade de **medida** de área, usado na Alemanha, Polônia entre outros.

familiar, e cerca de 97% das propriedades tem menos que 50 hectares, com destaque para o cultivo de arroz irrigado, de banana e de hortaliças, além da bovinocultura leiteira, que conforme o IPPUJ (2013) está presente em 68% das propriedades, sendo a fonte de renda desses estabelecimentos, incluindo aqui, a Estrada Bonita.

Para serem considerados como integrantes da agricultura familiar, os produtores rurais devem atender alguns requisitos, definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (2013) como: residir na propriedade ou em local próximo, assim como oitenta por cento da renda bruta familiar deve ser proveniente da exploração do estabelecimento.

Na Estrada Bonita, essa realidade se faz presente pela produção local que está mais focada na piscicultura, um processo que se encontra em franco desenvolvimento, oferecendo uma nova fonte de renda aos moradores, que contam com duas estações de produção de alevinos (IPPUJ, 2013).

Essa opção da piscicultura surgiu, para o Sr. RH, morador da Estrada Bonita, a partir de um simpósio oferecido *“na EPAGRI [...]” e por acaso, me ofereceram um curso [...] então, hoje nós estamos indo para vinte e nove anos [de experiência em piscicultura] [...] estamos com três criadouros e o pesque-pague”*.

Para enfatizar a importância da piscicultura para a sua renda, a Sra. AH, moradora da Estrada Bonita, que nasceu no Paraná, migrou para Santa Catarina aos cinco anos de idade, fixando residência em Pirabeiraba, após o casamento, foi morar na Estrada, completa que são *“três lagoas onde o peixe é engordado, quando ele está bom, é retirado e passado para o lago onde as pessoas pescam, depois [o lago] é abastecido com alevinos novamente”*.

Outro aspecto produtivo e de sustentabilidade da Estrada Bonita, foi a implantação do Turismo Rural, com o objetivo de otimizar esse espaço de beleza natural da Encosta da Serra do Mar, da Floresta Tropical Atlântica e seus rios com cachoeiras. Tal projeto surgiu da parceria e estudos entre a Fundação 25 de Julho e o Conselho Municipal de Turismo com a comunidade local.

No entanto, no decorrer da abertura da Estrada pelos agricultores, houve períodos de dificuldades, como afirma o Sr. AK *“meu avô continuava com a parte da cachaça [...] com muita dificuldade também porque não tinha mercado”*, assim foi preciso recorrer a outras fontes de sustento, um exemplo disso, é que a família do

Sr. AK passou por vários processos produtivos desde a extração de madeira, da produção de cachaça ao trabalho com gado de leite.

Para corroborar essa situação, a Sra. IP, que nasceu na Estrada Bonita, morou alguns anos na área urbana de Joinville, agora retornou em definitivo para a Estrada Bonita, relata que seus pais também eram agricultores, cuja plantação era para subsistência da família, então, *“o que era de consumo. O aipim, a batata, o arroz, milho, verduras, muita verdura, não é? Criava-se o porco, o boi, a vaca, tanto para corte como para leite, e manteiga”*.

Nas colocações do Sr. RH ao falar das fontes de sustento, além da agricultura, diz que a família possuía *“[...] umas cabeças de gado, e tinha um rancho para umas galinhas”*.

Esses relatos fundamentam que a subsistência das famílias moradoras da Estrada Bonita dependia exclusivamente da sua produção local, que era insuficiente e que diante desse fato, foi necessário procurar outras formas de sobreviver, tais como êxodo rural, diversificação das atividades como implantação do projeto de turismo rural, para aproveitar o fato de que a Estrada Bonita é a expressão de uma beleza exuberante e desafiadora.

O incentivo das políticas públicas para a agricultura familiar, para o escoamento da produção e para o consumo de produtos coloniais, as atividades rurais afetam diretamente as condições financeiras do pequeno agricultor (ESTEVES, 2010).

Por essa fragilidade da natureza, que podem ser mensuradas pela aceleração do processo de desenvolvimento, o êxodo rural, como já mencionado, mais principalmente pelos processos de desmatamento em curso no local, situação visível nos depoimentos realizados pelo Sr. RH e pela Sra. AH, que suscitou a preocupação com as transformações da Estrada Bonita.

O casal manifestou preocupação com o desmatamento, assim exposto pelo Sr. RH *“desmatamento era bem grande... como, nesta propriedade, a nossa propriedade, se nós tivéssemos continuado [desmatando], na propriedade não teria uma árvore”*, mas depois que o local foi tornando-se conhecido como um ponto de Turismo Rural há uma tendência em manter e incentivar a arborização.

O casal Sr. RH e Sra. AH, entendem que o turismo rural é um fator de preservação do espaço: *“é que antigamente as pessoas desmatavam para fazer uma roça nova, para plantar alguma coisa para sobreviver. Hoje em dia com essa*

implantação do turismo, nós já estamos ganhando dinheiro de outras maneiras, então não temos a necessidade de desmatar e de fazer novas lavouras". Essa mesma preocupação é reforçada pelo Sr. MD, morador da estrada há 42 anos ao mencionar que *"ela [a mata] sofria [...] até o final da década de 80, era permitida a exploração de madeira na Serra do Mar, na Mata Atlântica, depois foi proibido"*. Mas para o Sr. MD, ainda *"falta a preservação, mas uma preservação séria e consciente das matas de nossa serra"*.

A implantação do projeto de Turismo Rural, ocorreu na década de 1990, em parceria do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar do governo federal com a Fundação de Desenvolvimento 25 de Julho, além da Fundação de Promoção Turística de Joinville, ambas do governo municipal. No entanto "já havia propriedades que vendiam seus produtos muito antes do programa ser instalado, como o Restaurante Tia Martha, existente desde 1977" (ESTEVES, 2010, p. 27), esses produtos caseiros eram vendidos para a subsistência das famílias.

Assim como o restaurante, também já existiam algumas pousadas extraoficiais, na Estrada Bonita, como foi lembrado no depoimento do Sr. AK *"então na verdade, muitas pessoas acabavam encostando-se a essa casa, que era do meu avô para poder descansar, depois da viagem do Paraná [...] para o porto de São Francisco"*.

O principal objetivo desse modelo de projeto é trazer benefícios para os habitantes da localidade, assim como auxiliar no desenvolvimento das propriedades, com relação ao aspecto socioeconômico. Este incentiva a comunidade a comercializar seus produtos, assim como inibe o êxodo rural, ao incentivar a permanência dos jovens nas propriedades, além de possibilitar, conforme afirma Esteves (2010, p. 30), "[...] a valorização da agricultura familiar, uma vez que a sua cultura tornou-se o próprio atrativo turístico, agregando valores em seus produtos caseiros, contribuindo no aumento da renda familiar e da auto-estima da comunidade local".

Nas palavras do Sr. RH e da Sra. AH, foi a partir da transformação da Estrada Bonita em Turismo Rural, pela Fundação 25 de Julho, que passou a incentivar os moradores a receberem os turistas locais e a produzir alimentos caseiros para a venda. Essa mudança pode ter sido um fator que os fez permanecer no local, pois a vida na lavoura era bastante difícil, conforme conta a Sra. AH: *"Na época [...] a Fundação 25 de Julho começou a visitar as famílias, para incentivar a abrirem as*

portas para os turistas. O que aconteceu, tinha vários proprietários, de áreas agrícolas, que trabalhavam na roça e que colocaram as propriedades a venda, porque não tinham mais como sobreviver. Ficou complicado, essas chácaras que existem na Estrada Bonita, eram tudo de agricultores que moravam aqui. Então tem várias propriedades que foram vendidas, as pessoas foram embora porque não conseguiam mais se manter na lavoura. O preço do produto, era baixo, era difícil o trabalho, então vendiam as propriedades. Quem sabe nós não teríamos vendido também, se não tivesse esse incentivo, essa mudança”.

Essa iniciativa de valorizar o espaço da Estrada Bonita fez com que os moradores interessados em permanecer no local desenvolvessem um novo olhar e com isso, houve o renascimento do sentimento de identidade, além, de gerar uma melhor qualidade de vida para as pessoas.

Uma característica simples, mas que demonstra essa identidade, foi inserida no momento em que a Estrada Bonita, passou pelo processo de implantação do projeto de turismo rural, e as propriedades rurais, em sua maioria, receberam placas de madeira (Figura 24) com a identificação do nome do produtor e os produtos caseiros que fabricam, agregando com isso uma particularidade única ao local que residem.

Figura 24 - Propriedade identificada com placa de madeira - 2012



Fonte: Primária (2012)

Com a prática do turismo rural houve melhora significativa para os moradores na comunidade, porque o desenvolvimento da estrada trouxe melhores “condições de permanência e locomoção para os lugares que fornecem serviços a comunidade” (ESTEVES, 2010, p. 28).

Uma das principais melhorias para a Estrada Bonita foi realizada pela coletividade, segundo o Sr. AK *“em 97 nós criamos a Associação de Proprietários, na Estrada Bonita, conseguimos abranger praticamente 90%”* dos moradores, ainda nesse sentido, o Sr. AK coloca que *“a gente [...] conseguiu trazer o asfalto para a comunidade”*. Esse marco também ficou evidente na fala do Sr. RH *“E nós aqui temos o asfalto, ficou muito bom”* para o acesso à Estrada.

Hoje, pode-se dizer que tudo aquilo que é acrescentado ao natural faz o processo cultural ser revisitado, por exemplo, no caso da Estrada Bonita, ao inserir na natureza (asfalto, pontes) elementos artificiais ao ambiente natural, acabam depois de certo tempo, para a sociedade presente no processo, tornando-se algo cultural. Santos (2012, p. 73) define *“a paisagem é uma herança de muitos momentos, já passados”*.

Mesmo com essa herança, segundo Luchiari (2001), a paisagem cultural passa por diversas modificações, mas mesmo com essas modificações a Estrada Bonita, ainda lembra uma antiga colônia de imigrantes do século passado, há a preservação da diversidade, junto à riqueza do cenário, tradição cultural e que corroboram a recomendação do IPHAN (2012, *web*) que indica a importância de *“em tempos de globalização e pasteurização das culturas”* do benefício de *“valorizar contextos de vida singulares, que se traduzam na relação harmônica do homem com a natureza e, conseqüentemente, em maior qualidade de vida”*.

Essa roda da água é apenas uma figura decorativa (Figura 25), na propriedade do Sr. AK, que com o museu agrícola, serve para lembrar aos visitantes como essa peça foi muito utilizada na Estrada Bonita, principalmente no comentário do Sr. RH *“pelo meu pai, ele fez um engenho para fazer cachaça [...] para ter energia, então ele colocou a roda da água para moer a cana”*.

Figura 25 - Roda de água na propriedade do Sr. AK - 2012



Fonte: Primária (2012)

Esse é mais um exemplo da transformação na Estrada Bonita, a substituição de materiais, implantação da energia elétrica, entre outros, para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Entretanto, se para a Sra. AH e o Sr. RH a transformação em Turismo Rural foi importante para a sua permanência na localidade. Para a moradora Sra. IP a mudança teve outra conotação para a sua vida: *“[...] aqui na verdade o pessoal [...] nunca teve ajuda, digamos, para o turismo, e eu acredito que poderia ser melhor, está faltando muita coisa, já teve mais opções, hoje bem menos. Eu falo em hotelaria, pousadas [...]. A gente já teve duas, três pousadas que hoje já não existem mais. Então isso já defasou para o turista, não é?”*

Ao expor essa questão, a Sra. IP ressalta uma observação enfatizada pelo Sr. AK, em seu relato, em que a proposta original do turismo rural foi mais abrangente, incluindo outros produtos e serviços, além dos oferecidos na atualidade. O Sr. AK discorre que, *“[...] em novembro de (19)92 a gente fez o portal da entrada, para chamar as pessoas para dentro [Estrada Bonita] e a partir de (19)93 então é que pegou [...] identificando essas propriedades com o endereço do local, o nome do proprietário e o que ele oferece lá dentro. Teve restaurante, tinha pesque-pague, tinha panificação [...] não foram todas as pessoas que se adaptaram naquela época. [...] depois em 95 nós tivemos outra proposta. De a comunidade trabalhar com crianças, com escolas”.*

Uma situação, que chama a atenção é justamente o número de propriedades que deixou de fazer parte desse projeto coletivo, seja por falta de adaptação ou por outros motivos. Mas, de acordo com Esteves (2010), “iniciaram o programa 16 propriedades”, no entanto, conforme o IPPUJ (2013) na Estrada Bonita, na atualidade são oito produtores comprometidos com o Turismo Rural, conforme demonstrado no Quadro 5.

Quadro 5 - Produtores rurais comprometidos com o turismo rural - 2013

PRODUTORES	ATIVIDADES	PRODUTOS
Grünwald Restaurante/Pousada	Comércio	Alimentação e hospedagem.
Hotel Mews	Comércio	Hospedagem.
Restaurante Tia Martha	Comércio	Alimentação
Ango Kersten	Comércio e Lazer	Passeio de trator, produção de melado, caldo-de-cana, museu agrícola e turismo pedagógico.
Família Hattenhauer	Comércio e Lazer	Pesque-pague, produtos coloniais, hospedagem e quiosques com churrasqueiras.
Pesque- Pague Debatin	Lazer	Pesque-pague
Restaurante Gehrmann	Comércio e Lazer	Café rural e almoço caseiro em panela de barro, piscina e eventos.
Olinda Kersten	Produção e comercialização	Produtos coloniais - pães, cucas, biscoitos e geleias.

Fonte: Primária (2013, adaptado de IPPUJ, 2013).

Um fato que contribuiu para essa diminuição no número de produtores pode ser percebida na fala do Sr. MD ao referir-se aos produtores que faziam parte do projeto, mas *que “não se mantiveram, porque achavam que não compensava [...] que foram absorvidos pelo comércio e indústria da região”*. Com uma ressalva para aqueles *que “desde o começo [...] não se ligaram ao turismo rural por questão de orgulho, de atender turista no final de semana”*.

Essa mesma questão pode ser demonstrada no comentário do Sr. AK, que para algumas pessoas, no momento em que *“acabaram abrindo a porta para pessoas estranhas, não deu muito certo, a privacidade acabou”*. Assim como não houve adaptação de *“algumas pessoas, que queriam descansar final de semana, porque o turismo, na verdade, no começo [...] ele prende a pessoa dentro da propriedade”*.

Como moradora da Estrada Bonita, a Sra. IP coloca ainda que há poucos artesões e que o local é longe do centro da cidade para que eles possam fazer cursos e obter orientação de como fomentar seus negócios e melhorar as condições

para o Turismo. No entanto, essa colocação da Sra. IP auxiliaria algumas pousadas e restaurantes a complementar o desenvolvimento da agricultura familiar da comunidade, transformando outras propriedades em empreendimentos turístico/cultural, visando a permanência das pessoas da família na unidade de produção (ESTEVES, 2010), além de reforçar a preservação do espaço e da paisagem.

Diferente dos demais entrevistados, a Sra. IP foi absorvida pela indústria, e durante grande parte de sua vida, foi funcionária em diversas empresas de Joinville, assim, residindo em outra localidade da cidade, até seu retorno efetivo à Estrada. Desse modo, ao ser questionada sobre uma paisagem significativa na cidade de Joinville, a primeira localidade que a Sra. IP citou foi a Alameda Brüstlein (Figura 21) que ela atesta conhecer desde que era, de fato, uma rua. Por extensão, citou também o Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville, no fim da Alameda Brüstlein: *“Ela (a Alameda Brüstlein) sempre está linda, sempre me chama atenção... Aquele casarão lá do museu, aquilo é a coisa mais linda, sabe? Estava no jornal, na foto memória, [...] dá pra ver que as árvores foram cortadas. Aquele museu sempre [...]. Aquela casa sempre mexeu comigo”*.

A identificação que o ser humano tem com determinados espaços, principalmente porque alguns desses espaços apresentam pontos de referências, com significados distintos para cada pessoa, influenciados pela memória. Uma pessoa identifica-se com vários lugares, numa perspectiva multifacetada gerada pela composição dos seus testemunhos e suas lembranças, afinal segundo Halbwachs (2006, p. 29) “o primeiro testemunho a que podemos recorrer será sempre o nosso” assim como “tal lugar, tal circunstância, assumiam para nós um valor que não poderiam ter para os outros” (HALBWACHS, 2006, p. 38).

Ainda para Halbwachs (2006), existe uma memória individual, mas que compõe uma memória coletiva do grupo social, que faz parte da pessoa, e isso aparece claramente, quando as pessoas remetem suas falas a algum lugar onde vivem. Porque é nesse lugar que ocorreu a interação das pessoas com a natureza, seja na forma de trabalho ou num momento de lazer.

Destaca-se assim a subjetividade da relação de paisagem cultural com a memória, caracterizada pela capacidade humana de se conectar, com o ambiente natural, assim como com o construído, além de expressar as virtudes de uma determinada comunidade (CASTRIOTA, 2009). Esse traço de conexão entre

paisagem cultural e memória serve como fundamento para despertar as lembranças dos moradores.

Ao perscrutar as lembranças da Sra. IP com relação ao Museu, seus sentimentos surgem e a Sra. IP atesta sua identificação pelo lugar e dá indícios, ainda que titubeantes, de que conhece sua história: “[...] parecia que eu já tinha vivido tudo aquilo, que eu morei naquela casa. Sempre que eu levava amigos lá, para conhecer o museu, parecia que eu morava lá, que eu já tinha morado lá. Eu me sentia a princesa lá, que nem morou, não é [a princesa Dona Carolina]?”.

Interessante perceber que a Sra. IP identificou a Alameda Brüstlein como uma paisagem cultural, atrelando-a a sua memória, buscando sua identificação com o lugar, testemunhando as diversas transformações. Candau (2011) coloca que a memória não existe sem identidade, afinal há necessidade, por parte do ser humano de estabelecer relações com espaços que possuem algum significado individual ou para um grupo.

Ao ser indagada sobre o significado da Estrada Bonita, a Sra. IP foi ainda mais idílica: “A [Estrada Bonita] é tudo. A minha infância, minha juventude, eu vinha passear para cá, sempre [...]. [Eu tinha] sempre o sonho de voltar pra cá, e voltei, trouxe os meus pais também, faz dez anos que eles faleceram. E a Marta foi muito importante aqui? Às vezes as pessoas falam, você mora onde? Eu moro na Estrada Bonita. Não sei onde é. Eu moro ali no Tia Martha. Nossa, eu conheço aquilo lá há muitos anos, então é uma história. Ela deixou a marca dela aqui”.

A Marta, citada pela Sra. IP, foi sua mãe. A Sra. IP relata que a Marta trabalhava nas festas, fazia doces e outros alimentos. Essa lembrança, o “laço vivo das gerações” (HALBWACHS, 2006) faz parte da identidade particular dessa família, assim, a reconstituição de sua filiação, certamente serve para salvaguardar a memória de seus ancestrais, dessa forma, está resguardando também as suas (CANDAU, 2011).

Essa articulação de identidade e herança aparece nas manifestações culturais atuais quando aplicadas à paisagem cultural, porque somam valores ao lugar, e esta é uma das atribuições de valor que implica na aplicação do “conceito de singularidade que costuma ser a base para a diferenciação de um bem cultural patrimonializável de outro que não é” (IPHAN, 2013, web).

Assim, para que se tenha uma compreensão de paisagem cultural é necessário o entendimento de que a sua dimensão é resultado da percepção

humana que chega aos sentidos, uma vez que ela mesma se define como “o que nossa visão alcança (...) não sendo formada apenas por volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc.” (SANTOS, 2012, p. 67); ou seja, não se pode falar de paisagem a não ser a partir de sua percepção.

Uma referência constante percebida nas entrevistas com os moradores da Estrada é o “Tia Martha”, principalmente, por esse local já estar em funcionamento muito antes de ouvirem falar em turismo rural. Esse local, segundo os relatos dos moradores, já existe há mais de 35 anos, e conta o Sr. AK que *“nos anos 70, abriu um restaurante lá em cima no final da estrada que era o Tia Martha. Na verdade, era uma área de lazer simples, a primeira estrutura, para você ter uma ideia, era de xaxim. Bem simples coberto com folha de mato”*.

O empreendimento rudimentar apresentava uma peculiaridade, que chamava a atenção, fato este, que faz com que determinada paisagem seja reconhecida como de importância cultural, e que por certo, deveria ser a atração dos visitantes que procuravam não só a natureza, mas os serviços que encontravam ali e que segundo Castriota (2009, p. 264) “ilumina exatamente as interações entre os aspectos natural e cultural, material e imaterial do patrimônio”.

No início o “Tia Martha” (hoje, restaurante), na verdade, era um local aberto para que as pessoas pudessem pescar, no pesque-pague, que foi montado no sítio, da mãe da Sra. IP. Depois, conforme as pessoas vinham para a Estrada, ainda nas colocações da Sra. IP, querendo um *“churrasco [...] uma cervejinha”*, foi surgindo a construção do Tia Martha *“construído assim, de casqueiro²⁴ [...] a cozinha ainda uma parte de chão batido, e ali [naquele lugar] vinha o prefeito da cidade, empresários, políticos de Brasília”*.

Atualmente, o “Tia Martha” (Figura 26) é um restaurante à beira do rio onde é possível se refrescar, possui ampla estrutura, assim como é um dos pontos mais acessados na localidade, com destaque para a natureza, possuindo também como opção, um bosque com churrasqueiras, para quem deseja curtir a paisagem, refugiando-se da cidade grande.

Na gastronomia, possui bufê com pratos da cozinha caseira, principalmente marreco recheado com repolho roxo, além de servirem também costela, *einsbein²⁵*,

²⁴ **Casqueiro:** um modo de referir-se ao lugar onde a madeira vai ser serrada.

²⁵ **Einsbein:** comida típica de origem alemã, cujo principal ingrediente é o “joelho de porco com chucrute (conserva de repolho fermentado)”.

aipim com bacon, maionese, saladas, assim como lanches, pingas e sobremesas. Esse empreendimento pratica o turismo rural, dessa forma, promove e preserva os recursos naturais do seu entorno, além de contribuir para o desenvolvimento econômico e sustentável da localidade. De acordo com Leff (2009, p. 274) o “território é o lugar onde a sustentabilidade se fundamenta em bases ecológicas e em identidades culturais”.

Essa demonstração de visão ambiental, proporcionada pelo estabelecimento, serve para aproximar, ainda mais, cultura e natureza, que constituem “os pilares fundamentais de uma nova racionalidade social e produtiva” (LEFF, 2009, p. 273). Ainda nas palavras de Leff (2009, p. 272) “as culturas e suas práticas tradicionais de convivência e manejo sustentável da natureza vêm sendo reconhecidas [...] na sustentabilidade ecológica do planeta”.

Essa sustentabilidade também está prevista na Convenção Europeia da Paisagem, já mencionada neste trabalho no capítulo 1, particularmente, ao relacionar que se deve garantir o uso das paisagens para as futuras gerações. No entanto, como as paisagens se constroem a partir das relações entre os seres humanos e a natureza, ao longo do tempo, ela está constantemente em evolução.

Figura 26 - Fachada do Restaurante Tia Marta - 2012



Fonte: Restaurante Recanto Tia Marta (2012, *web*)

Portanto, ao relatar as transformações que ocorreram na área da Estrada Bonita, a Sra. IP demonstra em seu relato, um sentimento de pertencimento ao local, relacionado à paisagem e, que de acordo com Claval (2011, 52), “a paisagem está carregada de sentido investida de afetividade por aqueles que vivem nela ou que a descobrem”.

Partindo desse pensamento, percebe-se no relato da Sra. RS, quando descreve as mudanças na cidade como um todo, também esse sentimento de afetividade, principalmente relacionadas às paisagens da cidade de Joinville. Então, esse sentimento produz no homem uma condição de dependência, com a natureza “viver para o homem, é produzir espaço” (SANTOS, 2012, p. 96). Logo, todo o processo de vida do homem, sua maneira de viver, sua forma de conduzir a vida é um processo de criação do próprio espaço.

Assim como o homem vai no decorrer da história transformando o espaço, com sua experiência, ele acumula e inova métodos. Ao afirmar sua relação com a natureza, demonstra que essa relação é dinâmica, progressiva, decerto por se tratar de um momento de troca contínua entre o homem e a natureza, principalmente nesses processos de inovação.

Na visão da Sra. RS, na medida em que o homem constrói algo, acaba destruindo outro, afinal segundo a Sra. RS *“não tem como construir uma cidade, ou qualquer outro espaço, você cria um espaço, você destrói alguma coisa”*, como resultado dessa ação do homem, ela cita: *“[...] Ah! Tinha a confeitaria Dietrich, não é? Mas era a minha geração, a da minha mãe e a das minhas filhas, Meu Deus! Aquilo para nós era uma referência, nas nossas horas de lazer, na nossa vida social [...], ela ficava na esquina da Rua do Príncipe, agora é um estacionamento. Quando tu vais para o Banco do Brasil. [...] Naquela esquina era o Dietrich. E com um flamboyant maravilhoso. E a casa, bem característica dos descendentes germânicos. Então, a gente ia tomar café, os melhores doces... Era a única confeitaria mesmo, aquela era atração turística. Ela era uma referência cultural, um patrimônio, entende? [...] Então isso o que era, é uma paisagem cultural que foi destruída, e que tem esse saudosismo, por quê? Porque ela se relacionava, interagia na nossa vida”*.

Nesta mesma linha de transformações da cidade o Sr. AJS expõe que, *“[...] hoje a gente vê quanto cresceu verticalmente a cidade. Automaticamente vai mudando um pouco a paisagem, não é? Então aquela cidade com as casas, os jardins e tudo, continuam ainda, existem bairros assim bem ajardinados, ainda a população procura, manter essa tradição, mas já diminuiu consideravelmente por causa do progresso, não é? O crescimento da cidade em si”*.

O Sr. AJS vê o progresso da cidade e suas inerentes mudanças de forma positiva, mas percebe que alguns problemas surgiram com as alterações nas

paisagens, inclusive já mencionado nos relatos dos moradores da Estrada Bonita. Devido a esse progresso da cidade (urbana), muitos moradores venderam suas propriedades para buscar melhor qualidade de vida na cidade, porque não conseguiam continuar a morar no campo e depender da produção rural. Essa situação também pode ser percebida quando se comenta sobre o processo de industrialização da cidade de Joinville, no capítulo 2.

As alterações nas paisagens são percebidas pelo Sr. AJS que considera o natural como paisagem, ao incluir no texto a seguir o termo “propriamente dita”: *“[...] sempre causa impacto o que automaticamente vai diminuindo a área verde, a paisagem propriamente dita, os próprios jardins já vão diminuindo e tudo, o centro da cidade, por exemplo... Praticamente não existe, já é uma selva de pedra. Isso é o progresso, não é? Não tem como [parar] [...]”*.

Mais tarde, o Sr. AJS, comenta que desconhece a expressão “paisagem cultural”, afinal, no seu relato demonstra que a paisagem engloba apenas o que é natural, com pouca ênfase nas transformações humanas.

Já a Sra. RS demonstra no seu relato, uma noção do conceito de paisagem cultural, ao mencionar que *“[...] paisagem cultural é uma paisagem que os seres humanos já colocaram a mão em cima de uma maneira. Não é mais natureza. Pode ser um campo cultivado, pode ser um rio manipulado, ou pode ser uma floresta cortada, plantada, qualquer coisa que os homens fazem para existir. Então, por que que a gente está preocupada com o cultural? Porque é a relação do homem com a natureza, com o meio ambiente”*.

Partindo dessa relação do homem com a natureza, a Sra. RS defende a ideia que a paisagem cultural deve servir como ponto de referência para a sociedade, ou melhor, a sociedade deve analisar as paisagens e perceber que mesmo tendo várias conotações de cultural, é preciso que seja considerado *“[...] um ponto especial para você... De referência, porque não é tudo paisagem. Se não eu vou olhar um terreno vazio e “essa é uma paisagem natural”. Tem que ver o que é o ponto de referência. Então se aquele espaço que está ali é um ponto de referência cultural, que trás uma identidade para cidade”*.

Partindo desse pensamento, pode-se considerar essa relação entre a sociedade e a natureza, como um processo de percepção que resultará na atribuição de valores perante o meio. Esse valor deve ser o ponto de referência, para identificar um recorte do território, que deva ser considerado paisagem cultural.

Para cada pessoa ou grupo, a paisagem tem um significado, porque as pessoas atribuem valores diferentes, mas cheios de significados às suas paisagens, seus lugares, e isso tem como característica o sentimento de pertencimento. Assim, fazendo menção à Portaria n.º 127/2009, pela relação de afetividade e a simbologia aplicadas à paisagem, elas remetem novamente à definição do IPHAN (2013, *web*) que “determinada porção do território nacional pode ser peculiar devido às qualidades excepcionais [...] à qual a vida ou a ciência humana imprimiram marcas; [...] ou atribuíram valores, estabelecidas entre homem e natureza”.

Parecem incomodar, no discurso do Sr. AJS, as manipulações humanas realizadas na paisagem da Estrada Bonita, demonstrando nessa colocação, que possui identidade com outro lugar da cidade de Joinville: “*A Estrada Bonita realmente é bonita, justamente pelas tradições [...] Eu confesso que eu não considero assim... Eu penso que foi uma exploração mais turística, eu considero mais bonita a própria Dona Francisca, até a subida da serra, com todas as casas ao natural, é mais bonita do que a Estrada Bonita*”.

Essa identidade expressa pelo Sr. AJS para com a Serra Dona Francisca, é reforçada ao mesmo tempo em que seus significados e valores internalizados, servem para alinhar os sentimentos ao lugar que se ocupa no mundo social e cultural (HALL, 2001).

Outra referência à Serra Dona Francisca é feita pelo Sr. AJR “*a Serra é muito bonita até hoje*” mesmo tendo passado por algumas situações inusitadas quando conheceu a Serra, como relata: “[...] *falando de serra também eu tive a oportunidade de participar dos primeiros jogos abertos de Santa Catarina, morava em Mafra e nós viemos de ônibus [...] e uma coisa interessante que um ônibus para pegar a Dona Francisca tinha determinadas curvas que ele tinha que dar a ré, uma ou duas vezes para fazer a curva, ele não conseguia fazer de primeira de tão fechada que era a estrada de chão batido, era pedregulho. [...]. A paisagem era sensacional*”.

Todavia a Estrada Bonita também é “sensacional”, principalmente por manter a paisagem rural que sempre teve: áreas verdes, com suas casas rústicas, cachoeiras e rios de águas claras (IPPUJ, 2013).

Pode-se ainda fazer uma analogia ao processo de ocupação desse espaço, sobretudo porque os primeiros moradores venceram as adversidades do clima e do solo, dedicando-se à lavoura principalmente, e tentando suprir suas necessidades

básicas, buscaram outras atividades nos alambiques, na inclusão do turismo rural (IPPUJ, 2013). No entanto, na afirmação de Santos (2012, p. 97) na atualidade,

[...] as formas impostas à natureza são muito mais complexas, resultado de uma série de herança. A natureza conhece um processo de humanização cada vez maior, ganhando a cada passo elementos que são resultados da cultura. Torna-se cada dia mais culturalizada, mais artificializada, mais humanizada.

No entanto, o Sr. AJR também expressa preocupação com a transformação na paisagem de Joinville, mostrando certo “desejo” de conservação das tradições que encontrou na cidade assim que a conheceu, uma vez que o Sr. AJR é de Cuiabá-MS: *“[...] o que mais chamou atenção foram as construções verticais, os prédios. Quando eu vim para cá só tinha um ou dois prédios e hoje virou uma floresta de prédios. De uma hora para outra... E outro aspecto, além dos prédios, foi o calçamento, que antes era só calçamento, era só paralelepípedo e parece que existiu uma cultura na cidade que o asfalto não iria resolver o problema, devido a terra. [...]. E de uma hora para outra começaram colocar o asfalto em cima do paralelepípedo [...] era tradição o paralelepípedo, e hoje a gente vê a Max Colin a João Colin todas com asfalto”*.

Das paisagens da cidade, o Sr. AJR chama a atenção para o ginásio Abel Shultz e acrescenta que aquele cenário lhe é representativo porque é professor de Educação Física. Nesta citação, o Sr. AJR deixa claro que o seu desejo de conservação está muito relacionado à questão da memória e ao significado que determinada paisagem tem para ele e evidencia isso quando questionado sobre o significado de “paisagem cultural”: *“[...] eu acho que no meu entendimento é a cultura da região. A paisagem cultural ela significa a cultura da determinada região. Eu posso dar um exemplo, como Lages, a paisagem cultural de Lages é o pinus, [...] já a paisagem aqui da nossa região é diferente da paisagem do alto da serra”*.

A memória é povoada de lembranças, que quando reativada, pode mostrar o significado de algo ao entrar no nosso campo da percepção, principalmente quando há “reconhecimento de uma figura ou de um lugar” (HALBWACHS, 2006, p. 53), ele ainda complementa, que:

[...] reconhecemos muito bem esse lugar e ao mesmo tempo recordamos a disposição de espírito em que estávamos quando o vimos, parece que a lembrança permaneceu agarrada às fachadas daquelas casas, aguardando

ao longo daquela vereda, na borda daquela enseada, nesse rochedo em forma de cadeira – e, quando voltamos a passar por lá, damos uma paradinha e ela retoma em nossa memória um lugar que, sem isso, jamais seria ocupado.

Assim, ao citar seus pontos de referência, na cidade de Joinville, o Sr. AJR recorda de momentos da sua vida e reforça nas suas lembranças como foram importantes esses lugares. O processo de entrelaçamento da memória à paisagem cultural ocorre quando na relação do homem com meio ambiente, as lembranças despertam o sentimento de “pertencimento” àquele recorte territorial, considerado especial.

Sobre a paisagem cultural da Estrada Bonita o Sr. AJR acrescentou uma informação que é importante sobre a tradição cultural do local. De acordo com ele, essa tradição ligada à cultura alemã era central em Joinville e com o progresso, a manutenção cultural dessas tradições foi transferida para a periferia de Joinville, para lugares como a Estrada Bonita que conserva o trabalho artesão, a arquitetura enxaimel, a jardinagem florida e a vegetação natural (Figura 27), com vales e pequenos rios, tendo como pano de fundo a Serra do Mar.

Figura 27 - Vegetação natural da Estrada Bonita - 2013



Fonte: Primária (2013)

O IPHAN ao estabelecer a chancela da Paisagem Cultural, na Portaria n.º 127/2009, coloca como um dos fatores que servem de parâmetro para identificar os possíveis recortes territoriais o “sentimento de pertencimento, que os moradores possuem com o lugar, a identidade” (IPHAN, 2012, *web*).

Esse apego ao lugar com o sentimento de pertencimento pode ser percebido nos relatos dos moradores. Como comenta a Sra. AH e o Sr. RH, primeiro nas

palavras da Sra. AH, “[...] nos sentimos muito bem, nossa! E se fosse pra gente morar na cidade nós não iríamos viver muito tempo [...] aah, estamos chegando em casa, que lugar bom [...] nunca passou pela minha cabeça de querer sair daqui. É muito bom, mesmo. É tranquilo, graças a Deus a gente tem sossego aqui, tranquilidade ainda, não é? Então é muito bom. O ar aqui é puro ainda”.

Da Convenção Europeia de Paisagem consta a seguinte definição para paisagem “designa uma parte do território, tal como percebido pelas populações, na qual seu caráter resulta da ação de fatores naturais e/ou humanos e de suas inter-relações” (RIBEIRO, 2007, p. 53).

A Convenção Europeia de Paisagem ainda afirma “que a paisagem é um patrimônio comum e um recurso partilhado” (RIBEIRO, 2007, p. 53). Corroborando as palavras de sua esposa, o Sr. RH diz que para ele a Estrada Bonita é “[...] tudo, é tudo. Então não existe em Joinville... Entramos, por causa dessas ruazinhas, entramos num bairro esses dias, “onde que nós estamos agora?”. Eu perguntei a uma senhora “como é que é o nome desse bairro?” “É o Paraíso.” É o nome de uma vila ali que é chamada Paraíso, mas o paraíso é a Estrada Bonita.

Esse mesmo sentimento de “fazer parte de um lugar”, ter uma melhor qualidade de vida, pode ser sentido nas colocações do Sr. AK, quando comenta fatos que ocorreram em visitas a sua propriedade: “[...] eu sei que esses tempos até um grupo de faculdade fez uma pergunta para mim, assim, “**mas... aqui tem o quê?**”. Eu digo, nós temos tudo o que vocês tem lá [na cidade], e um pouquinho mais, nós temos mais liberdade. **Nós temos a natureza, temos o ar puro!** Aqui a gente tem internet, tem celular, tem tudo o que você tem lá, nós temos aqui também. “Vocês têm isso?”. Para eles é surpresa. Então esses dias teve outro questionamento de um grupo de São Paulo. “Poxa, mas vocês estão aqui no meio do mato, como é que vocês fazem para ao supermercado, em um hospital?” Eu digo, aqui não leva quinze minutos. Você em São Paulo leva duas horas para se locomover. Ela olhou bem sério pra mim, “é, isso é verdade”, eu digo que sim, felizmente é verdade” (grifo nosso).

Essa preservação de contextos de vidas simples, tradições locais, devem não deveriam ser esquecidos, sob pena do empobrecimento do próprio espírito e dos cenários das paisagens criadas e naturais (IPHAN, 2013) que podem ser observadas nas casas em estilo enxaimel (Figura 28) com varandas e os jardins floridos.

Figura 28 - Casa em estilo enxaimel (construção localizada na Estrada Bonita - Joinville/SC) - 2012



Fonte: Primária (2012)

A Estrada Bonita, na voz do povo que está intimamente ligado a ela, seja porque retira desse local sua sobrevivência e produz, nessa vivência, fragmentos de memória ou por aqueles que, mesmo com uma certa distância, percebem o local como parte do seu imaginário, como uma paisagem cultural e como um espaço de referência à memória coletiva, sujeita à ação de diversos grupos sociais ao longo do tempo.

Entretanto, Candau (2011, p. 35) coloca que a “existência de atos de memória coletiva não é suficiente para atestar a realidade de uma memória coletiva. Um grupo pode ter os mesmos marcos memoriais sem que por isso compartilhe as mesmas representações do passado”.

Os seres humanos conquistaram, alteraram a terra, modificaram as suas paisagens, “transformaram os ambientes naturais em contextos de vida que lhes permitem ao mesmo tempo produzir o que necessitam, desenvolver redes de relações e dar um sentido ao seu destino” (CLAVAL, 2011, p. 20).

A Estrada Bonita não se desvincula da história da produção do espaço geográfico joinvilense, na qual representou diferentes papéis no imaginário das pessoas que fizeram ou ainda fazem parte dessa composição cultural, que é bela e harmoniosa, de um lado, e apresenta uma fragilidade de outro, uma vez que a aceleração do processo de desenvolvimento e o êxodo rural podem causar

mudanças nesse cenário, embora tenha ficado claro que as transformações irão ocorrer de qualquer maneira.

A preservação e a (re)qualificação da paisagem têm sido considerados sinônimos de reforço de elementos das paisagens existentes, ou de criação de novos elementos, tanto no sentido material mas principalmente no sentido imaterial, fortalecendo a identidade, visando sempre promover a emancipação cultural e econômica de lugares e regiões (ROCA, 2009).

De acordo com todos os relatos aqui mencionados, tem-se uma visão da percepção das pessoas sobre a paisagem da Estrada Bonita, muitas identificam os saberes e modos de ser e estar nessa Estrada, assim, como remete ao sentimento de pertencer àquele espaço.

Apesar desse reconhecimento por parte dos moradores, a Estrada Bonita, como a grande maioria das áreas brasileiras, sofre problemas, alguns por conta de resultados das situações climáticas, dentre esses, deslizamentos de terra, modificação do nível das águas, inundações, além das provocadas pelas ações humanas negligentes, expressas na pressão urbana, na visitação turística incontrolada e na supremacia dos interesses econômicos. Os riscos são decorrentes da degradação acelerada, de empreendimentos de grande porte, públicos ou privados, do desenvolvimento urbano e turístico acelerado, de destruições por mudanças de uso (IPHAN, 2013).

Como descrito pelo Sr. MD, “[...] houve um deslizamento grande lá dentro na Serra, numa região desabitada. Assim digamos, que uma faixa de uns 200 metros. E um morro vertical, desceu, e desceu com árvore, com pedra, com tudo... E veio numa época que estava chovendo muito, numa noite de chuva forte, veio tudo... Foi levando tudo que tinha no caminho, árvore, pedra [...] Aquelas árvores antes do restante ficaram cheias de madeira [que deslizaram do morro]. Cheias de árvore, árvore pequena, árvore grande... De quase meio metro de espessura mais ou menos. Havia naquela época um terreno do meu primo, numa área que quando o rio alagava ficava uma lagoa parada, e lá ele tirou 40 metros cúbicos de lenha que veio com a enxurrada, de tão forte que foi. Aquela foi a mais forte, em termos ambientais. E realmente alterou a paisagem, aquele deslizamento dá para ver até hoje”.

Outro ponto que chama a atenção, é que somente oito famílias, estão mantendo o funcionamento do Turismo Rural, visto que os demais participantes desistiram do negócio, devido a dificuldades de manterem-se no trabalho ou para

poderem ir trabalhar nas indústrias da região. Essas oito famílias demonstram a preocupação de como manter seu negócio, além de como vão dar “continuidade do processo de transmissão do conhecimento aos mais jovens é fundamental para a preservação dos diversos saberes locais” (IPHAN, 2012, *web*).

Nesse sentido, os moradores já vislumbram novas ideias para a preservação e manutenção da Estrada Bonita, conforme relato do Sr. MD, quanto remete ao uso de cavalos para ampliar o passeio na estrada e melhorar o Turismo Rural, além de garantir a permanência das famílias na estrada, sua sugestão é a implantação de passeios com animais, *“com fazer um passeio de cavalo, tem pasto na região, tem gente que gosta de cavalo [...] porque tem lugares longe daqui que tem hípicas e que atendem esse tipo de turismo”*. Pois como a Estrada Bonita é visitada pelos mais variados públicos, então, as sugestões teriam que procurar atender a toda essa diversidade de turistas.

Dessa forma, é preciso preservar a paisagem cultural da Estrada Bonita, sua história e cultura. Perante esse panorama, o Município, o Estado e a União, poderiam criar um pacto de gestão para implementar um plano de desenvolvimento local, principalmente com foco no patrimônio cultural e na sustentabilidade da Estrada Bonita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se com esse trabalho refletir sobre a paisagem cultural na cidade de Joinville/SC. A discussão sobre paisagem cultural em Joinville/SC é um assunto recente, assim como em todo o país. No geral, a paisagem cultural é um conceito pouco conhecido, inexplorado, as reflexões e discussões são incipientes e polêmicas, principalmente com relação às modificações das paisagens, sejam naturais ou culturais. Procura-se entender como esses espaços são transformados com certa velocidade, visto que a paisagem cultural não é algo estático, mas sim um elemento fluido (MOREIRA, 2007).

A sociedade constrói paisagens culturais como parte do cotidiano de suas vidas, gerando um legado cultural para as futuras gerações, assim como pode ser percebido na Estrada Bonita.

A cidade de Joinville, em Santa Catarina, apresenta paisagens significativas para sua população, algumas expostas pela mídia, que podem ser visualizadas nos cartões postais, *folders* e outros e também estão na memória dos cidadãos, além de constituírem base para a sustentabilidade das populações que nelas residem.

Os sujeitos abordados durante a pesquisa mencionam a Alameda Brüstlein, a Serra Dona Francisca, a Estrada Bonita como paisagens relevantes e que despertam o sentimento de identificação com esses espaços. Nesse processo, criam um 'signo memorial', que é repassado de geração em geração. Essas mesmas paisagens são utilizadas pela mídia, no plano de turismo, como paisagens para "mostrar a cidade" aos consumidores externos.

A voz dos sujeitos entrevistados confirmaram as implicações simbólicas e culturais que envolvem os indivíduos; de perceber os laços entre vida humana e mundo; os vínculos que movem os seres humanos e fazem do espaço urbano uma arena de embates, mas também um local de prazer, de viver.

A metodologia da pesquisa foi de natureza qualitativa, a técnica de coleta de dados utilizada foi a entrevista profunda, para que as memórias dos sujeitos entrevistados, tanto os moradores residentes na cidade, quanto os moradores locais se tornassem fontes de conhecimento histórico sobre as paisagens, principalmente em função dos sujeitos apresentarem relação direta com o lugar, além de relatarem como foi o processo de transformação do meio e seu entorno, até os dias atuais.

Durante a elaboração desta dissertação, surgiram diversas questões pertinentes: O que podemos entender como paisagem cultural? Será que é válido somente o que o IPHAN chancela como paisagem cultural? Quem pode, efetivamente, definir quais paisagens devem ou não ser escolhidas como paisagens culturais?

O estudo mostrou que em Joinville existem paisagens culturais fortemente representativas, uma delas é a Estrada Bonita que apresenta características peculiares ou elementos integradores do homem com o meio ambiente, revelando o embricamento da natureza com a cultura. A paisagem cultural é uma concepção híbrida formada pelas relações sociais, e assim, pode-se dizer que a paisagem não morre, apenas se transforma.

A Estrada Bonita apresenta uma estrutura representativa de paisagem cultural criando um cenário intrínseco da natureza, das casas com suas peculiaridades arquitetônicas, assim como as plantações, os cursos da água e outras características que a tornam especial e única.

Cabe aqui o reconhecimento de que as pessoas entrevistadas, tanto os moradores residentes na cidade, quanto os moradores locais, identificam a Estrada Bonita como uma paisagem cultural, ainda que não tenham nenhum conceito formal sobre o assunto, ou seja, sabem que a paisagem lhes é significativa porque evoca memórias e tradições que estão inerentemente conectadas à paisagem. Ao se preservar o meio ambiente, acaba se preservando também a cultura de determinada região, que muitas vezes está na memória das pessoas envolvidas.

Os dados da pesquisa ainda revelam que há necessidade de uma atuação compartilhada, integrada e participativa de diferentes órgãos da administração pública junto à sociedade (como um pacto) com o objetivo de fazer a gestão e utilizar uma determinada área onde haja características de referências culturais, principalmente nas paisagens excepcionais, marcadas pela ação humana, ao longo do tempo. A perspectiva histórica reencontra assim o seu lugar na política de patrimônio que como foi possível ter conhecimento no estudo, prevaleceu a percepção estética e a ênfase na arquitetura (FONSECA, 2009).

Para essa atuação compartilhada dos diferentes órgãos da administração pública, sugere-se a implantação de medidas e ações com vistas a fortalecer a sustentabilidade do local, tais como:

- o fortalecimento do Turismo Rural, com novas formas de regulamentação para a venda de produtos, por exemplo, a cooperação entre os produtores e vigilância sanitária, para o registro de produção artesanal;
- a revitalização das estradas com implantação de ciclovias, oportunizando que os turistas interajam com a paisagem da região; e
- pesquisa com os residentes da Estrada Bonita para uma avaliação produtiva das propriedades, na forma de atender ao turismo sustentável.

Todavia essas medidas e ações devem estar contempladas no pacto de gestão e ser adotadas pelos pactuantes, de forma a garantir a efetiva preservação e manutenção da Estrada Bonita.

Essas são sugestões preliminares e servem para mostrar que mesmo com o processo de transformações que está ocorrendo, é significativo manter e resguardar os contextos de vidas singulares. Tais ideias acabam por fortalecer a comunidade, permitindo assim ampliar o atendimento aos turistas, melhorando sua qualidade de vida, contribuindo para a sustentabilidade do local e reforçando a singularidade da Estrada Bonita.

A participação da comunidade local é uma fonte estratégica importante para o entrelaçamento da sustentabilidade com a paisagem cultural, visto que são os moradores locais, neste caso, da Estrada Bonita, que fazem parte da formação das paisagens culturais. Fazendo parte da manutenção desses espaços o envolvimento dos moradores, o lugar é valorizado pelos usos que dele fazem.

Em tempos de transformação, faz-se necessário um apoio maior por parte da gestão pública, do registro e apoio das práticas tradicionais, que estão ameaçadas e cujo desaparecimento, resultaria além da perda cultural, num empobrecimento ecológico, devido à degradação ambiental. Por isso é tão importante a aplicação do conceito de sustentabilidade na preservação da paisagem cultural.

Este estudo também proporcionou ao Curso de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade e ao Grupo de Pesquisa sobre Cultura e Sustentabilidade, coordenado pela Profa. Dra. Mariluci Neis Carelli, conhecer um pouco sobre a história da paisagem, e em especial da aplicação desse conceito em Joinville, e oportunizou compreender melhor o processo de construção da cidade, além de discutir a contradição de separar o patrimônio material do imaterial.

Conclui-se este estudo, ressaltando a importância do entrelaçamento da cultura com o meio ambiente, cuja vertente, aqui considerada da paisagem cultural,

deve ser algo que embora não explicitamente possa servir de pressuposto para incentivo a planejamentos de estudos de sustentabilidade, incentivo ao turismo rural, além de fundamento para discussões sobre a temática. Este estudo procurou mostrar que há muito ainda a ser refletido, discutido e divulgado sobre a paisagem cultural em Joinville/SC.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mario. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ÁLVAREZ, Muñárriz Luis. **La Categoría de paisaje cultural**. AIBR. Revista de Antropología Iberoamericana. ene-abr 2011, p57-80. 25 p. ISSN: 1695-9752. Acesso 62562368-EBSCO.

BRASIL. **Constituições brasileiras**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legbras/>>. Acesso em: 20. mar. 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Manual do plano de safra da agricultura familiar**. 2012. Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/plano-safra/>>. Acesso em: 1 nov. 2013.

_____. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil**. 2004. Disponível em: < http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Diretrizes_Desenvolvimento_Turismo_Rural.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2013.

CANADÁ. **Wildlife habitat**. Disponível em: <<http://whc.org/en/list/421/gallery/>>. Acesso em: 15 out.2013.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução: Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CARTA de Bagé. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Bage_PaisagemCultural.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2012.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CASTRO, D. G. **Significados do conceito de paisagem**: um debate através da epistemologia da geografia. Disponível em: <<http://www4.pucsp.br/~diamantino/PAISAGEM.htm>>. Acesso em: 2 jun.2012.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2006.

CLAVAL, Paul. A da paisagem dos geógrafos. In: _____. ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto L. (Org). **Paisagem, textos e identidades**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

CLAVAL, Paul. **A morfologia da geografia**. Florianópolis: UFSC, 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROZENDAHL, Zeny. Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROZENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

CURY, Isabelle (Org). **Cartas patrimoniais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.

DE MIRA, Fárida M. **Arquitetura moderna em Joinville**: a catedral diocesana São Francisco Xavier. 2012. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural de Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville.

DELPHIM, Carlos F. de M. **Paisagem cultural**: depoimento [outubro. 2008]. Entrevistador. Silvestre Gorgulho. Disponível em: <<http://www.gorgulho.com>>. Acesso em: 26 jun. 2011.

DUTRA, E. J. S.; PETER, A. P. **Paisagem cultural**: escola de Berkeley. In: XVII Congresso de Iniciação Científica, nov., 2008. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/cic/2008/cd/pages/pdf/CH/CH_00539.pdf>. Acesso em: 25set. 2013.

ESTEVES, Valeria. **No caminho do sabor e da cultura**: uma abordagem sobre a cozinha e o cotidiano da estrada bonita (Pirabeiraba-Joinville/SC). 2010. 123f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural de Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville.

FCJ. Fundação Cultural de Joinville. **Cultura de Joinville**. Disponível em: <<http://www.joinvillecultural.sc.gov.br>>. Acesso em: 15 jul. 2012.

FESTA das Flores. Disponível em <<http://www.festadasflores.com.br>>. Acesso em 7 out. 2013.

FICKER, Carlos. **História de Joinville**: crônica da Colônia Dona Francisca. 3. ed. Joinville: Letradágua, 2008.

FIGUEIREDO, Vanessa G. B. O patrimônio e as paisagens: novos conceitos para velhas concepções? In: COLÓQUIO IBERO-AMERICANO: paisagem cultural, patrimônio e projeto: desafios e perspectivas, 2, 2012, Belo Horizonte, **Anais**. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

FONSECA, Maria C. L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla do patrimônio cultural. In: _____. **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

FRIEDRICH, Caspar David. **O caminhante sobre o mar de névoa**. 1818. Pintura óleo sobre tela. Disponível em: <<http://www.deutschland.de/pt/topic/cultura/artes-arquitetura/o-caminhante-sobre-o-mar-de-nevoa>>. Acesso em: 26 set. 2013.

FUNARI, PEDRO P. A.; PELEGRINI, S. C. A.; RAMBELLI, G. (Orgs). **Patrimônio cultural e ambiental**: questões legais e conceituais. São Paulo: Annablume; Fapesp; Campinas: Nepam, 2009.

FUNARI, PEDRO P. A.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

GOMES, Edvânia Torres Aguiar. Natureza e cultura. In: _____. ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

GOMES, Vanice Teresinha. A transformação do natural ao social: capitalismo e crises sociais. **Revista Científica da Faculdade de Balsas**. Ano I, n.1, 2010. Disponível em: <<http://www.unibalsas.edu.br/revista/index.php/unibalsas/article/viewFile/8/8>>. Acesso em: 5 abr. 2011.

GREIN, Gustavo. **Olhares contemporâneos sobre a serra Dona Francisca**. Joinville: Univille, 2012.

GUEDES, S. P. L. de C. **Esporte e lazer em Joinville**: memórias da Associação Atlética Tupy. Joinville: Univille, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pos-podernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

ICOMOS. Conselho internacional de monumentos e sítios. Brasil. **Cartas internacionais**. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/002_001.html>. Acesso em: 26 jun. 2013.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Paisagens culturais**. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

_____. **Portaria nº 127 de 30/04/2009**: estabelece a chancela da paisagem cultural brasileira. Disponível em: <<http://iphanparana.wordpress.com/iphanparana/legislacao/legislacao-do-patrimonio-material/portaria-no-127-de-30-de-abril-de-2009/>>. Acesso em: 20 maio 2011.

_____. **Reflexões sobre a chancela da paisagem cultural brasileira**. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 17 abr. 2012.

IPPUJ. Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville. **Joinville**: cidade em dados. 2013. Joinville, SC, 2013.

_____. **Joinville**: cidade em dados. 2010-2011. Joinville, SC, 2011.

_____. Prefeitura Municipal de Joinville. **Joinville em números**. 2011. Joinville, SC, 2011.

_____. **Plano de estruturação urbana**. Joinville, SC, 1987.

JOINVILLE. Prefeitura Municipal. **Plano municipal de cultura de Joinville**. Joinville, SC, 2012.

LE GOFF, Jacques. Patrimônio histórico, cidadania e identidade cultural: o direito à memória. In: BITTENCOURT, Circe (Org.) **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

LEFF, Enrique. Cultura, natureza e sustentabilidade: pulsão pelo gasto e entropia social. In: _____. **Racionalidade ambiental**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2009.

LOZIĆ, Sanja; KRKLEC, Kristina; PERICA, Dražen. **Typology of vis island based on influence of geological, geomorphological and pedological characteristics on natural and cultural landscape**. In....Nase more. 2012, vol. 59 issue 1/2, p.82-91. 10p.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes; BRUHNS, H. T; SERRANO, C. **Patrimônio, natureza e cultura**. Campinas: Papirus, 2007.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A (Re) Significação da paisagem no período contemporâneo. In: _____. ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Os usos culturais da cultura**. Palestra proferida na abertura da turma III, do mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade. Universidade da Região de Joinville. UNIVILLE, Joinville, 2010.

MOINHO Santista. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1582218&page=2&langid=5>>. Acesso em: 2 out. 2013.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço**. São Paulo: Contexto, 2007.

MUBI. Museu da Bicicleta de Joinville. **Bicicletas**. Disponível em: <http://www.museudabicicleta.com.br/museu_apres.html>. Acesso em: 7 out. 2013.

MYGA-PIĄTEK, Urszula. **Cultural Landscape of the 21st Century**: geographical consideration between theory and practice. *Croatian Geographical Bulletin*. 2011, Vol. 73 Issue 2, p129-140. 12p. ISSN:1331-5854. Acesso 73813425-EBSCO.

NOVA VENEZA. Prefeitura. **Turismo**. Disponível em: <<http://www.novaveneza.sc.gov.br/turismo/item/detalhe/922>>. Acesso em: 25 set. 2013.

PANORAMIO. **Vista aérea Fundação Tupy**. Disponível em: <<http://www.panoramio.com/photo/21355146>>. Acesso em: 24 jun. 2012.

PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, n. 51, p. 115-140, 2006.

POLLAK, Michael. Memória e identidade. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTUGAL. **Convenção europeia de paisagem**. Disponível em: <http://www.progeo.pt/pdfs/dec4_2005.pdf>. Acesso em: 5.mar. 2013.

RADAR SUL. Turismo e Negócios em SC. **Baía da Babitonga**. Disponível em: <http://www.sctur.com.br/joinville/baia_da_babitonga.asp>. Acesso em: 7 out. 2013a.

_____. Turismo e Negócios em SC. **Alameda Brüstlein**. Disponível em: <http://www.sctur.com.br/joinville/rua_das_palmeiras.asp>. Acesso em: 7 out. 2013b.

RESTAURANTE Recanto Tia Marta. Onde comer. Disponível em: <<http://www.turjoinville.com.br/static/fotos/>>. Acesso em 17 maio 2012.

RIBEIRO, M. E. J. Cidade x natureza: formação e transformação. **Estudos**, v. 28, n. 1, p. 67-86, jan./fev., 2001.

RIBEIRO, R. W. **Paisagem cultural e patrimônio**. Brasília: Iphan, 2007.

ROCA, Zoran. **Paisagem, identidade territorial, desenvolvimento e terrafilia**. Sessão de debate e reflexão sobre a política nacional de arquitetura e paisagem. Sintra: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2009.

ROCHA, I. O. **Industrialização de Joinville-SC: da gênese às exportações.** Florianópolis: [s.n], 1997.

ROCHA, Samir. A. **A valorização da paisagem natural protegida em área urbana: parque municipal do Finder, Joinville (SC).** 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: _____ . **Turismo e patrimônio cultural.** São Paulo: Contexto, 2009.

S. THIAGO, Raquel. Joinville: cultura e história. **Instituto 150 anos.** Joinville: Letradágua, 2001.

SACHS, Ignacy. **A terceira margem.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir.** São Paulo: Vórtice, 1986.

SALGUEIRO, T.B. **Paisagem e geografia.** Portugal: Finisterra. v. 36. N. 72, p. 37-53, 2001.

SANTANA, N. **A produção do espaço urbano e os loteamentos na cidade de Joinville (SC) - 1949/1996.** 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia.** 6. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

_____. **A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed. São Paulo: USP, 2006.

_____. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

SAUER, C. O. A morfologia da paisagem. In: _____. CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni (Orgs). **Paisagem, tempo e cultura.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

SCIFONI, Simone. **A Construção do patrimônio natural**. São Paulo: Labur, 2008.

SGANZERLA, Norberto. O processo urbanístico. **Instituto 150 anos**. Joinville: Letradágua, 2001.

SILVA, Tadeu.T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

TERNES, Apolinário. O singular momento dos 150 anos. **Instituto 150 anos**. Joinville: Letradágua, 2001.

_____. **História econômica de Joinville**. Joinville: Meyer, 1996.

_____. **História de Joinville**: uma abordagem crítica. Joinville: Meyer, 1981.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Intitulado diretrizes operacionais para a implementação da convenção do patrimônio mundial, revisão de 22ª sessão da Comissão do Patrimônio Mundial de Dezembro/1998**. Disponível em: <<http://whc.unesco.org>>. Acesso em: 26 jun. 2013a.

_____. **Convenção do patrimônio mundial, cultural e natural**. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/421/gallery/>> Acesso em: 10 mar. 2013b.

_____. **Paisagem cultural do Parque Nacional Tongariro**. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/421/gallery/>> Acesso em: 15 out. 2013c.

_____. **Critérios para inscrição dos bens culturais**. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/culture/world-heritage/>. Acesso em: 26 jun. 2013d.

_____. **Paysages culturelles**. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/fr/activites/477>>. Acesso em: 17 ago. 2013e.

URUSSANGA. Prefeitura. **Turismo.** Disponível em: <<http://www.urussanga.sc.gov.br/turismo/guia/detalhe/228>>. Acesso em: 25 set. 2013.

WETZEL. **Wetzel – O caminho de uma grande empresa.** Disponível em: <<http://www.wetzel.com.br/pt/institucional/historia.php>>. Acesso em: 3 out. 2013.

VESENTINI, José William. **Geografia política e geopolítica:** determinismo e possibilismo. Disponível em: < <http://www.geocritica.com.br/artigos.htm>>. Acesso em: 26 set. 2013.

VIEIRA FILHO. Dalmo. Palestra de encerramento. In: ENIPAC - Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural, 1, Joinville. Universidade da Região de Joinville – Univille, Joinville, jun./2012.

WICK, Jan Van. **A adoração ao cordeiro místico.** Pintura óleo sobre tela. 1432. Disponível em: <http://www.auladearte.com.br/historia_da_arte/images/gotico/van_eyck08.jpg>. Acesso em: 26 mar. 2013.

ZANIRATO, S. H. Experiências de prevenção de riscos ao patrimônio cultural da humanidade. **Revista Ambiente & Sociedade.** Campinas, v. XIII, n. 1., p. 151-164, jan./jun., 2010.

ZANIRATO, S. H.; RIBEIRO, W. C. **Patrimônio cultural:** a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 26, n. 51, p. 251-262, 2006. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102->. Acesso em: 21 abr. 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista

Projeto “Uma discussão sobre Paisagem cultural em Joinville/SC”

- Registrar data e local da entrevista:
- Dados de identificação
- Nome e filiação
- Data e local de nascimento
- Endereço
- Estado civil – filhos – quantos – cônjuge
- Escolaridade
- Profissão
- Outras atividades (política – religiosa – voluntária, etc)

Natural de Joinville? Se não. Quando veio para Joinville?
 Em que área de Joinville morou?
 Sabe o que é Paisagem cultural?

Quais são as paisagens mais significativas para você em Joinville? Por quê?
 Essas paisagens sofreram transformações? Como? Por quê? De que forma?
 Você pode comentar sobre essas transformações? Por quê?
 Tem relevância essas mudanças nas paisagens? Como sentiam essas paisagens?
 Como viam essas paisagens?
 Qual o significado da Estrada Bonita para você?

Perguntas para as pessoas da Estrada Bonita

Você identifica alguma paisagem significativa, aqui onde mora?
 Quais seriam os motivos para preservar essa paisagem? Por quê?
 O que significa a destruição da paisagem para você? E para a sua comunidade?
 Essa paisagem tem alguma relevância para a população que reside no seu entorno?

As pessoas vêm de que local?
 O que é feito no local e vendido? O que é mais consumido?
 O que o turista mais gosta? Tudo? Tudo o que?
 Porque tinha movimento e agora tem menos?
 As pessoas da comunidade sobrevivem da renda recebida da Estrada.

APÊNDICE B – Tabela de paisagens culturais no mundo

N	PAÍS	NOME DA PAISAGEM CULTURAL	DATA INSCRIÇÃO
1	Afeganistão	Paysage culturel et vestiges archéologiques de la vallée de Bamiyan	2003
2	África do Sul	Paysage culturel de Mapungubwe	2003
3	África do Sul	Paysage culturel et botanique du Richtersveld	2007
4	Alemanha	Le royaume des jardins de Dessau-Wörlitz	2000
5	Alemanha	Parc de Muskau / Parc Mużakowski ²	2004
6	Alemanha	Vallée du Haut-Rhin moyen	2002
7	Andorra	La Vallée du Madriu-Perafita-Claror	2004
8	Argentina	Quebrada de Humahuaca	2003
9	Austrália	Parc national d'Uluru-Kata Tjuta	1987
10	Áustria	Paysage culturel de Fertö / Neusiedlersee ³	2001
11	Áustria	Paysage culturel de Hallstatt-Dachstein / Salzkammergut	1997
12	Áustria	Paysage culturel de la Wachau	2000
13	Azerbaijão	Paysage culturel d'art rupestre de Gobustan	2007
14	Brasil	Rio de Janeiro, paysages cariocas entre la montagne et la mer	2012
15	Canadá	Le Paysage de Grand-Pré	2012
16	Cazaquistão	Pétroglyphes du paysage archéologique de Tamgaly	2004
17	China	Mont Wutai	2009
18	China	Parc national de Lushan	1996
19	China	Paysage culturel du lac de l'Ouest de Hangzhou	2011
20	Colômbia	Paysage culturel du café de la Colombie	2011
21	Cuba	Paysage archéologique des premières plantations de café du sud-est de Cuba	2000
22	Cuba	Vallée de Viñales	1999
23	Espanha	Paysage culturel d'Aranjuez	2001
24	Espanha	Paysage culturel de la Serra de Tramuntana	2011
25	Espanha	Pyrénées - Mont Perdu ⁴	1997
26	Etiópia	Paysage culturel du pays konso	2011
27	EUA	Papahānaumokuākea	2010
28	Filipinas	Rizières en terrasses des cordillères des Philippines	1995
29	França	Bassin minier du Nord-Pas de Calais	2012
30	França	Juridiction de Saint-Émilion	1999
31	França	Les Causses et les Cévennes, paysage culturel de l'agropastoralisme méditerranéen	2011
32	França	Pyrénées - Mont Perdu ⁴	1997
33	França	Val de Loire entre Sully-sur-Loire et Chalonnes	2000
34	Gabão	Ecosystème et paysage culturel relique de Lopé-Okanda	2007
35	Hungria	Parc national de Hortobágy - la Puszta	1999

36	Hungria	Paysage culturel de Fertő / Neusiedlersee ³	2001
37	Hungria	Paysage culturel historique de la région viticole de Tokaj	2002
38	Índia	Abris sous-roche du Bhimbetka	2003
39	Indonésia	Paysage culturel de la province de Bali : le système des subak en tant que manifestation de la philosophie du Tri Hita Karana	2012
40	Islândia	Parc national de Þingvellir	2004
41	Israel	Route de l'encens – Villes du désert du Néguev	2005
42	Itália	Côte amalfitaine	1997
43	Itália	Parc national du Cilento et du Vallo Diano, avec les sites archéologiques de Paestum et Velia et la Chartreuse de Padula	1998
44	Itália	Portovenere, Cinque Terre et les îles (Palmaria, Tino et Tinetto)	1997
45	Itália	Sacri Monti du Piémont et de Lombardie	2003
46	Itália	Vallée de l'Orcia	2004
47	Japão	Mine d'argent d'Iwami Ginzan et son paysage culturel	2007
48	Japão	Sites sacrés et chemins de pèlerinage dans les monts Kii	2004
49	Líbano	Ouadi Qadisha ou Vallée sainte et forêt des cèdres de Dieu (Horsh Arz el-Rab)	1998
50	Lituânia	Isthme de Courlande ¹	2000
51	Lituânia	Site archéologique de Kernavė (Réserve culturelle de Kernavė)	2004
52	Madagáscar	Colline royale d'Ambohimanga	2001
53	México	Grottes préhistoriques de Yagul et Mitla au centre de la vallée de Oaxaca	2010
54	México	Paysage d'agaves et anciennes installations industrielles de Tequila	2006
55	Mongólia	Paysage culturel de la vallée de l'Orkhon	2004
56	Nigéria	Forêt sacrée d'Osun-Oshogbo	2005
57	Nigéria	Paysage culturel de Sukur	1999
58	Noruega	Vegøyan – Archipel de Vega	2004
59	Nova Zelândia	Parc national de Tongariro	1990
60	Papua Nova Guiné	Ancien site agricole de Kuk	2008
61	Polónia	Kalwaria Zebrzydowska : ensemble architectural maniériste et paysager et parc de pèlerinage	1999
62	Polónia	Parc de Muskau / Parc Mużakowski ²	2004
63	Portugal	Paysage culturel de Sintra	1995
64	Portugal	Paysage viticole de l'île du Pico	2004
65	Portugal	Région viticole du Haut-Douro	2001
66	Quénia	Forêts sacrées de kayas des Mijikenda	2008
67	Quirguizistão	Montagne sacrée de Sulaiman-Too	2009
68	Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	Île de St Kilda	1986
69	Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	Jardins botaniques royaux de Kew	2003

70	Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	Paysage industriel de Blaenavon	2000
71	Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	Paysage minier des Cornouailles et de l'ouest du Devon	2006
72	República Árabe Síria	Villages antiques du Nord de la Syrie	2011
73	República Checa	Paysage culturel de Lednice-Valtice	1996
74	República da Maurícia	Paysage culturel du Morne	2011
75	República Democrática Popular do Laos	Vat Phou et les anciens établissements associés du paysage culturel de Champassak	2001
76	República Islâmica do Irão	Bam et son paysage culturel	2004
77	República Islâmica do Irão	Le jardin persan	2011
78	Rússia	Isthme de Courlande ¹	2000
79	Senegal	Delta du Saloum	2011
80	Senegal	Pays Bassari : paysages culturels Bassari, Peul et Bédik	2012
81	Suécia	Paysage agricole du sud d'Öland	2000
82	Suíça	Lavaux, vignoble en terrasses	2007
83	Togo	Koutammakou, le pays des Batammariba	2004
84	Vanuatu	Domaine du chef Roi Mata	2008
85	Zimbábue	Monts Matobo	2003

¹ fronteira da Região de Klaipeda, Neringa e Klaipeda (Lituânia) com a região de Kaliningra do Distrito Zelenogradsk (Federação Russa)

² fronteira da região de County Lubuskie, Zary região, cidade Lecnica, Polónia e Saxónia, com o distrito de Lusatia, cidade de Bad Muskau, Alemanha.

³ fronteira de Burgenland, na Áustria com a cidade de County Győr-Ménfőcsanak, na Hungria

⁴ Fronteira da Comunidade Autónoma de Aragão, província de Huesca, Municípios Torla, Fanlo Tella-Sin Puértolas, Bielsa e Broto na Espanha com as cidades de Midi-Pyrenees, Hautes-Pyrénées de 1999 na França.

Fonte: Primária (2013, adaptada de UNESCO, 2013e, *web*)

ANEXOS

ANEXO 1 - Termo De Consentimento Livre e Esclarecido - Conforme Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996 (Conselho Nacional de Saúde)

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado(a) **“UMA DISCUSSÃO SOBRE PAISAGEM CULTURAL EM JOINVILLE/SC”** desenvolvida(o) por **Eliziane Meurer Boing**. Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é coordenada / orientada por **Mariluci Neis Carelli**, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº 3461-92321 ou mariluci.carelli@gmail.com.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é “Discutir a percepção sobre a paisagem cultural em Joinville/SC”. Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde.

Minha colaboração se fará por meio de entrevista semiestruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo(a) pesquisador(a) e/ou seu(s) orientador(es) / coordenador(es).

Fui ainda informado(a) de que posso me retirar desse(a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Após ser esclarecido(a) sobre as informações do projeto, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine o consentimento de participação do sujeito, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

Pesquisador responsável: Nome _____

Assinatura: _____

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar do presente estudo como sujeito e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Joinville, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Sujeito ou Responsável legal: _____

Telefone para contato: _____

ANEXO 2 - Portaria n.º 127/2009 – IPHAN

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
PORTARIA Nº 127, DE 30 DE ABRIL DE 2009.

Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e tendo em vista o que prescreve a Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, a Lei nº 8.113, de 12 de dezembro de 1990, e o inciso V do art. 21 do Anexo I do Decreto nº 5.040, de 07 de abril de 2004, que dispõe sobre a Estrutura Regimental do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -IPHAN, e CONSIDERANDO, o disposto nos artigos 1º, II, 23, I e III, 24, VII, 30, IX, 215, 216 e 225 da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO, o disposto no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, no Decreto-Lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941, que dispõe sobre o tombamento de bens no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, e no Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, que institui o registro de bens culturais de natureza imaterial;

CONSIDERANDO, a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade;

CONSIDERANDO, que o Brasil é autor de documentos e signatário de cartas internacionais que reconhecem a paisagem cultural e seus elementos como patrimônio cultural e preconizam sua proteção;

CONSIDERANDO, que a conceituação da Paisagem Cultural Brasileira fundamenta-se na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, segundo a qual o patrimônio cultural é formado por bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico;

CONSIDERANDO, que os fenômenos contemporâneos de expansão urbana, globalização e massificação das paisagens urbanas e rurais colocam em risco contextos de vida e tradições locais em todo o planeta;

CONSIDERANDO, a necessidade de ações e iniciativas administrativas e institucionais de preservação de contextos culturais complexos, que abranjam porções do território nacional e destaquem-se pela interação peculiar do homem com o meio natural;

CONSIDERANDO, que o reconhecimento das paisagens culturais é mundialmente praticado com a finalidade de preservação do patrimônio e que sua adoção insere o Brasil entre as nações que protegem institucionalmente o conjunto de fatores que compõem as paisagens;

CONSIDERANDO, que a chancela da Paisagem Cultural Brasileira estimula e valoriza a motivação da ação humana que cria e que expressa o patrimônio cultural;

CONSIDERANDO, que a chancela da Paisagem Cultural Brasileira valoriza a relação harmônica com a natureza, estimulando a dimensão afetiva com o território e tendo como premissa a qualidade de vida da população;

CONSIDERANDO, que os instrumentos legais vigentes que tratam do patrimônio cultural e natural, tomados individualmente, não contemplam integralmente o conjunto de fatores implícitos nas paisagens culturais;

resolve:

Estabelecer a chancela da Paisagem Cultural Brasileira, aplicável a porções do território nacional.

TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

I - DA DEFINIÇÃO

Art. 1º. Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.

Parágrafo único - A Paisagem Cultural Brasileira é declarada por chancela instituída pelo IPHAN, mediante procedimento específico.

II - DA FINALIDADE

Art. 2º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira tem por finalidade atender ao interesse público e contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos de promoção e proteção existentes, nos termos preconizados na Constituição Federal.

III - DA EFICÁCIA

Art. 3º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira considera o caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as porções do território a que se aplica, convive com as transformações inerentes ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis e valoriza a motivação responsável pela preservação do patrimônio.

IV - DO PACTO E DA GESTÃO

Art. 4º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira implica no estabelecimento de pacto que pode envolver o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando a gestão compartilhada da porção do território nacional assim reconhecida.

Art. 5º. O pacto convencionado para proteção da Paisagem Cultural Brasileira chancelada poderá ser integrado de Plano de Gestão a ser acordado entre as diversas entidades, órgãos e agentes públicos e privados envolvidos, o qual será acompanhado pelo IPHAN.

TÍTULO II DO PROCEDIMENTO

V - DA LEGITIMIDADE

Art. 6º. Qualquer pessoa natural ou jurídica é parte legítima para requerer a instauração de processo administrativo visando a chancela de Paisagem Cultural Brasileira.

Art. 7º. O requerimento para a chancela da Paisagem Cultural Brasileira, acompanhado da documentação pertinente, poderá ser dirigido:

I - às Superintendências Regionais do IPHAN, em cuja circunscrição o bem se situar;

II - ao Presidente do IPHAN; ou

III - ao Ministro de Estado da Cultura.

VI - DA INSTAURAÇÃO

Art. 8º. Verificada a pertinência do requerimento para chancela Da Paisagem Cultural Brasileira será instaurado processo administrativo.

§ 1º - O Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização - DEPAM/IPHAN é o órgão responsável pela instauração, coordenação, instrução e análise do processo.

§ 2º - A instauração do processo será comunicada à Presidência do IPHAN e às Superintendências Regionais em cuja circunscrição o bem se situar.

VII - DA INSTRUÇÃO

Art. 9º. Para a instrução do processo administrativo poderão ser consultados os diversos setores internos do IPHAN que detenham atribuições na área, as entidades, órgãos e agentes públicos e

privados envolvidos, com vistas à celebração de um pacto para a gestão da Paisagem Cultural Brasileira a ser chancelada.

Art. 10. Finalizada a instrução, o processo administrativo será submetido para análise jurídica e expedição de edital de notificação da chancela, com publicação no Diário Oficial da União e abertura do prazo de 30 dias para manifestações ou eventuais contestações ao reconhecimento pelos interessados.

Art. 11. As manifestações serão analisadas e as contestações julgadas pelo Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização - DEPAM/IPHAN, no prazo de 30 (trinta) dias, mediante prévia oitiva da Procuradoria Federal, remetendo-se o processo administrativo para deliberação ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Art. 12. Aprovada a chancela da Paisagem Cultural Brasileira pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, a súmula da decisão será publicada no Diário Oficial da União, sendo o processo administrativo remetido pelo Presidente do IPHAN para homologação final do Ministro da Cultura.

Art. 13. A aprovação da chancela da Paisagem Cultural Brasileira pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural será comunicada aos Estados-membros e Municípios onde a porção territorial estiver localizada, dando-se ciência ao Ministério Público Federal e Estadual, com ampla publicidade do ato por meio da divulgação nos meios de comunicação pertinentes.

VIII - DO ACOMPANHAMENTO E DA REVALIDAÇÃO

Art. 14. O acompanhamento da Paisagem Cultural Brasileira chancelada compreende a elaboração de relatórios de monitoramento das ações previstas e de avaliação periódica das qualidades atribuídas ao bem.

Art. 15. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira deve ser revalidada num prazo máximo de 10 anos.

Art. 16. O processo de revalidação será formalizado e instruído a partir dos relatórios de monitoramento e de avaliação, juntando-se manifestações das instâncias regional e local, para deliberação pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Art. 17. A decisão do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural a propósito da perda ou manutenção da chancela da Paisagem Cultural Brasileira será publicada no Diário Oficial da União, dando-se ampla divulgação ao ato nos meios de comunicação pertinentes.

Art. 18. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO DE A